

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
4 - NIRE 35300050274		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Lourenço Marques, 158 - 14º. andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
3 - CEP 04547-100	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 2195-2306	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 011	12 - FAX 2195-2291	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL presidencia.aesbrasil@aes.com			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Alexandre César Innecco			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Lourenço Marques, 158 - 14º. andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
4 - CEP 04547-100	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 2195-2352	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 011	13 - FAX 2195-2504	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL alexandre.innecco@aes.com			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2008	31/12/2008
2 - Penúltimo	01/01/2007	31/12/2007
3 - Antepenúltimo	01/01/2006	31/12/2006
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernest & Young Auditores Independentes S.S.		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Antonio de A. Navarrete		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 120.817.178-08

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2008	2 31/12/2007	3 31/12/2006
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	66.605	16.651.204	16.651.204
2 - Preferenciais	100.739	25.184.768	25.184.768
3 - Total	167.344	41.835.972	41.835.972
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Prestação de Serviço Público
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	12/08/2008	Dividendo	28/08/2008	ON	2,0261310590
02	RCA	12/08/2008	Dividendo	28/08/2008	PNA	2,2287441650
03	RCA	12/08/2008	Dividendo	28/08/2008	PNB	2,2287441650
04	RCA	19/12/2008	Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,3878608970
05	RCA	19/12/2008	Juros Sobre Capital Próprio		PNA	0,4266469870
06	RCA	19/12/2008	Juros Sobre Capital Próprio		PNB	0,4266469870
07	PROPOSTA		Dividendo		ON	3,4646417930
08	PROPOSTA		Dividendo		PNA	3,8111059720
09	PROPOSTA		Dividendo		PNB	3,8111059720

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 17/02/2009	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	12.556.389	12.152.542	12.451.381
1.01	Ativo Circulante	3.997.505	3.653.020	3.917.564
1.01.01	Disponibilidades	1.541.853	1.332.586	1.059.809
1.01.01.01	Numerário disponível	1.467.429	1.038.868	87.317
1.01.01.02	Numerário em trânsito	477	219	413.445
1.01.01.03	Títulos e valores mobiliários	73.947	293.499	559.047
1.01.02	Créditos	2.058.158	1.825.851	2.478.802
1.01.02.01	Clientes	2.058.158	1.825.851	2.478.802
1.01.02.01.01	Consumidores, concessionárias e permis.	1.372.485	1.307.312	1.900.867
1.01.02.01.02	Tributos e contrib. sociais compensáveis	384.039	148.560	71.754
1.01.02.01.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	297.730	279.877	444.653
1.01.02.01.04	Serviços prestados	22.873	21.249	24.830
1.01.02.01.05	Devedores diversos	3.494	3.333	3.084
1.01.02.01.06	Contas a receber - acordos	91.018	105.166	137.213
1.01.02.01.07	Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	(209.576)	(183.872)	(195.286)
1.01.02.01.08	Outros créditos	96.095	144.226	91.687
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	45.831	26.320	27.752
1.01.03.01	Almoxarifado	45.831	26.320	27.752
1.01.04	Outros	351.663	468.263	351.201
1.01.04.01	Comp de var dos itens da parcela A	349.550	458.305	343.076
1.01.04.02	despesas pagas antecipadamente	2.113	9.958	8.125
1.02	Ativo Não Circulante	8.558.884	8.499.522	8.533.817
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.869.360	1.825.797	2.052.615
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.710.087	1.676.452	1.889.413
1.02.01.01.01	Consumidores, concessionárias e permis.	7.951	41.577	227.812
1.02.01.01.02	Tributos e contrib. sociais compensáveis	80.424	75.138	75.397
1.02.01.01.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	873.586	972.967	905.311
1.02.01.01.04	Cauções e depósitos vinculados	539.549	414.489	340.643
1.02.01.01.05	Contas a receber - acordos	128.192	124.547	163.878
1.02.01.01.06	Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	(71.985)	(87.716)	(310.270)
1.02.01.01.07	Comp de var dos itens da parcela A	152.370	135.450	486.642
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	159.273	149.345	163.202
1.02.02	Ativo Permanente	6.689.524	6.673.725	6.481.202
1.02.02.01	Investimentos	9.202	48.072	1.400.628
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	1.352.556
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.06	Bens e direitos para uso futuro	2.876	41.609	41.609
1.02.02.01.07	Outros	6.326	6.463	6.463
1.02.02.02	Imobilizado	6.680.322	6.625.653	5.080.574
1.02.02.02.01	Em serviço	6.156.529	6.089.567	4.751.574
1.02.02.02.02	Em curso	266.864	320.193	256.180
1.02.02.02.03	Intangíveis	256.929	215.893	72.820
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	12.556.389	12.152.542	12.451.381
2.01	Passivo Circulante	3.636.369	2.902.009	3.523.166
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	50.430	32.715	196.635
2.01.02	Debêntures	0	0	200.000
2.01.03	Fornecedores	808.954	683.529	983.067
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	599.256	376.328	472.545
2.01.04.01	Contribuição social	49.931	3.412	12.693
2.01.04.02	ICMS	277.296	216.739	263.966
2.01.04.03	IR lucro real - corrente	89.448	14.050	50.379
2.01.04.04	IR - reavaliação	22.408	5.222	7.993
2.01.04.05	CS - cofins	44.627	36.476	46.549
2.01.04.06	CS - pis	9.689	7.919	10.106
2.01.04.07	CS - reavaliação	8.067	3.464	2.878
2.01.04.08	Parcelamento - pis	76.526	69.648	63.238
2.01.04.09	Outros	21.264	19.398	14.743
2.01.05	Dividendos a Pagar	681.376	222.748	130.393
2.01.05.01	Dividendos declarados	620.711	162.730	130.393
2.01.05.02	TJLP	60.665	60.018	0
2.01.06	Provisões	229.778	331.874	176.521
2.01.06.01	Trabalhista	169.302	62.281	65.519
2.01.06.02	Cofins	0	179.687	0
2.01.06.03	Plano cruzado	10.641	24.365	22.298
2.01.06.04	Diversas cíveis	20.346	42.817	0
2.01.06.05	ILL	14.858	14.129	0
2.01.06.06	Cetemeq	0	0	88.704
2.01.06.07	Outras	14.631	8.595	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	1.266.575	1.254.815	1.364.005
2.01.08.01	Obrigações estimadas	77.093	73.947	58.715
2.01.08.02	Encargos do consumidor a recolher	76.768	58.973	95.352
2.01.08.03	Folha de pagamento	3.382	4.002	1.316
2.01.08.04	Encargo de dívida	100.497	90.642	321.368
2.01.08.05	Previdência privada	258.385	251.599	238.685
2.01.08.06	Encargos tarifários	570	571	2.920
2.01.08.07	Cosip	25.806	23.655	24.397
2.01.08.08	Operações de swap cambial	20.195	21.784	20.098
2.01.08.09	Comp de var dos itens da parcela A	96.141	180.923	158.274
2.01.08.10	P&D, eficiência energética, EPE	237.041	228.465	238.317
2.01.08.11	Contas a pagar banco santos	244.539	198.184	162.791
2.01.08.12	Outros	126.158	122.070	41.772
2.02	Passivo Não Circulante	5.621.196	5.928.745	6.732.164

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.621.196	5.928.745	6.732.164
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	843.950	803.908	846.821
2.02.01.01.01	Moeda estrangeira	139	20.931	50.402
2.02.01.01.02	Moeda nacional	843.811	782.977	796.419
2.02.01.02	Debêntures	1.050.000	1.050.000	850.000
2.02.01.03	Provisões	1.223.035	1.147.435	1.149.265
2.02.01.03.01	Trabalhista	249.188	338.726	170.311
2.02.01.03.02	Cofins	832.404	718.326	845.116
2.02.01.03.03	Plano cruzado	29.346	42.796	86.472
2.02.01.03.04	Diversas cíveis	48.869	14.233	23.913
2.02.01.03.05	INSS	17.805	16.287	13.752
2.02.01.03.06	Outras	45.423	17.067	9.701
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	1.240.040
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	2.504.211	2.927.402	2.646.038
2.02.01.06.01	Previdência privada	1.865.980	2.083.475	2.184.222
2.02.01.06.02	CS - reavaliação	129.759	142.428	40.304
2.02.01.06.03	IR - reavaliação	360.441	400.035	111.954
2.02.01.06.04	Reserva de reversão	66.085	66.085	66.085
2.02.01.06.05	Parcelamento - pis	37.848	104.057	157.681
2.02.01.06.06	Comp de var dos itens da parcela A	4.110	76.446	37.557
2.02.01.06.07	Obrigações de swap cambial	0	22.468	28.414
2.02.01.06.08	Outros	39.988	32.408	19.821
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.298.824	3.321.788	2.196.051
2.05.01	Capital Social Realizado	1.057.629	1.057.629	1.057.629
2.05.01.01	Capital subscrito e integralizado	1.057.629	1.057.629	1.057.629
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	2.142.917	2.220.773	1.132.670
2.05.03.01	Ativos Próprios	2.142.917	2.220.773	1.132.670
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	98.278	43.386	5.752
2.05.04.01	Legal	98.279	43.386	5.752
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	(1)	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	11.750.535	11.306.322	11.168.600
3.02	Deduções da Receita Bruta	(4.220.675)	(4.113.474)	(4.316.892)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	7.529.860	7.192.848	6.851.708
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(6.262.570)	(5.867.244)	(5.398.437)
3.05	Resultado Bruto	1.267.290	1.325.604	1.453.271
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	129.387	(168.091)	(357.516)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0
3.06.03	Financeiras	129.387	(103.970)	(372.101)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	614.183	349.702	418.003
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(484.796)	(453.672)	(790.104)
3.06.03.02.01	Despesas financeiras	(244.992)	(431.210)	(604.694)
3.06.03.02.02	Variações monetárias/cambiais líquidas	(170.991)	45.328	(185.410)
3.06.03.02.03	TJLP	(68.813)	(67.790)	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	(64.121)	14.585
3.07	Resultado Operacional	1.396.677	1.157.513	1.095.755
3.08	Resultado Não Operacional	59.583	(90.479)	(50.728)
3.08.01	Receitas	115.652	13.248	6.038
3.08.02	Despesas	(56.069)	(103.727)	(56.766)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.456.260	1.067.034	1.045.027
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(441.112)	(322.958)	(306.138)
3.11	IR Diferido	(56.852)	(99.235)	(44.591)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	(320.927)
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	(320.927)
3.12.02.01	Ítems extraordinários	0	0	(320.927)
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	68.813	67.790	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	1.027.109	712.631	373.371
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Mil)	167.344	41.835.972	41.835.972
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	6,13771	0,01703	0,00892
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.430.801	1.964.259	1.520.103
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.303.995	1.594.889	650.279
4.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.027.109	712.631	373.371
4.01.01.02	Depreciação e amortização	369.096	330.455	313.029
4.01.01.03	Variação monetária/cambial	(181.883)	16.521	100.913
4.01.01.04	Baixa de bens do ativo imobilizado	83.797	95.834	44.035
4.01.01.05	Resultado da equivalência patrimonial	0	64.121	(14.585)
4.01.01.06	Tributos e contrib. sociais diferidos	(47.274)	145.156	(94.339)
4.01.01.07	Fundo de pensão - CVM nº. 371	26.391	111.936	486.253
4.01.01.08	Prov./rev. p/crédito de líquid. duvidosa	(37.675)	(231.942)	71.051
4.01.01.09	Variação de valores da parcela A	64.434	350.177	(629.449)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	126.806	369.370	869.824
4.01.02.01	Consumidores e revendedores	(9.001)	697.915	217.339
4.01.02.02	Tributos e contribuições sociais	(131.468)	(99.130)	28.533
4.01.02.03	Serviços prestados	(1.624)	3.581	(5.782)
4.01.02.04	Devedores diversos	(161)	(249)	19.155
4.01.02.05	Almoxarifado	(19.511)	1.432	6.291
4.01.02.06	Contas a receber - acordos	3.314	38.882	125.383
4.01.02.07	Outros créditos	15.328	(241.053)	(419.187)
4.01.02.08	Compensação var. dos itens da parcela A	153.277	521.874	1.071.715
4.01.02.09	Despesas pagas antecipadamente	(889)	256	2.099
4.01.02.10	Cauções e depósitos vinculados	(126.075)	(75.396)	(1.722)
4.01.02.11	Fornecedores	125.425	(299.538)	(180.598)
4.01.02.12	Tributos e contribuições sociais	149.329	(159.472)	(135.530)
4.01.02.13	Encargos de dívidas	9.855	(230.726)	15.223
4.01.02.14	Provisão p/ litígios e contingências	132.242	494.933	156.763
4.01.02.15	Encargos tarifários e do consumidor	17.794	(38.728)	48.813
4.01.02.16	Compensação var. dos itens da parcela A	(221.552)	(340.397)	31.598
4.01.02.17	Obrigações estimadas, folha de pgto.	30.523	95.186	(114.027)
4.01.02.18	Baixa de dividendos precritos	0	0	3.758
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(457.161)	861.311	(312.496)
4.02.01	Aquisições de direitos do imobilizado	(541.085)	(434.803)	(377.668)
4.02.02	Enc. financ. e efeitos inflacionários	(34.083)	(18.290)	(737)
4.02.03	Venda de bens e direitos	24.091	9.260	8.000
4.02.04	Consumidores participações financeiras	67.605	16.906	58.410
4.02.05	Investimentos	32.427	1.288.435	581
4.02.06	IR e CSSL sobre terrenos reavaliados	(6.116)	(197)	(1.082)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(764.373)	(2.552.793)	(966.079)
4.03.01	Ingressos de novos empréstimos	83.787	800.000	313.130
4.03.02	Dividendos pagos	(585.329)	(622.678)	(3.762)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2008 a 31/12/2008	4 -01/01/2007 a 31/12/2007	5 -01/01/2006 a 31/12/2006
4.03.03	Pagamentos de empréstimos	(35.148)	(2.530.346)	(891.724)
4.03.04	Pagamento previdência privada	(227.683)	(199.769)	(383.723)
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	209.267	272.777	241.528
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.332.586	1.059.809	259.234
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.541.853	1.332.586	500.762

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	0	2.220.773	43.386	0	0	3.321.788
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(981)	0	(981)
5.03	Saldo Ajustado	1.057.629	0	2.220.773	43.386	(981)	0	3.320.807
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.027.109	0	1.027.109
5.05	Destinações	0	0	0	0	(1.042.975)	0	(1.042.975)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(973.302)	0	(973.302)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(68.813)	0	(68.813)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	(860)	0	(860)
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	(77.856)	0	71.740	0	(6.116)
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	54.893	(54.893)	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	(1)	(1)
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	1.057.629	0	2.142.917	98.279	0	(1)	3.298.824

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	0	1.132.670	5.752	0	0	2.196.051
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.057.629	0	1.132.670	5.752	0	0	2.196.051
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	712.631	0	712.631
5.05	Destinações	0	0	0	0	(715.033)	0	(715.033)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(647.243)	0	(647.243)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(67.790)	0	(67.790)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	1.088.103	0	40.036	0	1.128.139
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	37.634	(37.634)	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	1.057.629	0	2.220.773	43.386	0	0	3.321.788

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	0	1.154.855	0	(262.086)	0	1.950.398
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.057.629	0	1.154.855	0	(262.086)	0	1.950.398
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	373.371	0	373.371
5.05	Destinações	0	0	0	0	(127.718)	0	(127.718)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(126.635)	0	(126.635)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	(1.083)	0	(1.083)
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	(22.185)	0	22.185	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	5.752	(5.752)	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	5.752	(5.752)	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	1.057.629	0	1.132.670	5.752	0	0	2.196.051

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
6.01	Receitas	11.776.012	11.338.859	10.972.412
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	11.750.535	11.306.322	11.168.600
6.01.02	Outras Receitas	59.583	(90.479)	(50.728)
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(34.106)	123.016	(145.460)
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(5.828.107)	(5.506.731)	(4.300.682)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	0	0
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(5.513.709)	(4.833.788)	(4.193.408)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	(314.398)	(672.943)	(107.274)
6.03	Valor Adicionado Bruto	5.947.905	5.832.128	6.671.730
6.04	Retenções	(369.096)	(330.455)	(313.029)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(369.096)	(330.455)	(313.029)
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.578.809	5.501.673	6.358.701
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	403.998	285.581	432.588
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	(64.121)	14.585
6.06.02	Receitas Financeiras	403.998	349.702	418.003
6.06.03	Outros	0	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.982.807	5.787.254	6.791.289
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.982.807	5.787.254	6.791.289
6.08.01	Pessoal	427.339	511.659	1.040.698
6.08.01.01	Remuneração Direta	167.609	153.196	168.345
6.08.01.02	Benefícios	58.860	52.989	48.187
6.08.01.03	F.G.T.S.	16.315	15.706	16.276
6.08.01.04	Outros	184.555	289.768	807.890
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.316.692	4.167.542	4.576.753
6.08.02.01	Federais	2.117.867	1.977.557	2.372.620
6.08.02.02	Estaduais	2.178.427	2.183.696	2.187.690
6.08.02.03	Municipais	20.398	6.289	16.443
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	211.667	395.422	800.467
6.08.03.01	Juros	205.798	385.882	790.104
6.08.03.02	Aluguéis	5.869	9.540	10.363
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.027.109	712.631	373.371
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	68.813	67.790	0
6.08.04.02	Dividendos	983.864	647.243	130.393
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(25.568)	(2.402)	242.978
6.08.05	Outros	0	0	0

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Acionistas e Administradores da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicional, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 18 de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008. As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e normas aplicáveis às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Perfil

A AES Eletropaulo é responsável pelo fornecimento de energia elétrica a 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a Capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do País. Maior distribuidora de energia elétrica da América do Sul em faturamento, a Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km², com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB per capita do Brasil.

Para atender à demanda de 5,8 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com 4.141 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura com 148 subestações (134 Estações Transformadoras de Distribuição, 9 Estações do sistema de Distribuição e 5 Estações Transformadoras Subterrâneas de Distribuição) e uma malha de cabos aéreos e subterrâneos de distribuição e subtransmissão de mais de 44,5 mil quilômetros, dos quais 1,743 km são linhas de subtransmissão, 2.855 km são rede de distribuição subterrâneas e 39.939 km de Rede de distribuição aérea primária e secundária.

Seus acionistas controladores, por meio das empresas AES Elpa e Companhia Brasileira de Energia, são a AES Corporation e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A AES Corporation é um dos maiores grupos mundiais na área de geração e distribuição de energia elétrica, emprega mais de 28 mil pessoas diretamente e está presente em 29 países. A AES Corporation detém 50,01% das ações ordinárias da Companhia Brasileira de Energia, com participação direta e indireta na AES Eletropaulo de 16,1%. O BNDES detém 49,99% das ações ordinárias da Companhia Brasileira de Energia e participação direta e indireta na AES Eletropaulo de 19,2%.

Contexto Setorial

O setor elétrico brasileiro tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Além desses organismos, destacam-se, dentre os principais agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (ONS), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado; a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

O atual modelo do setor foi elaborado com o objetivo de assegurar o atendimento de energia elétrica e a modicidade tarifária. O principal marco deste modelo setorial foi a Lei nº. 10.848, de março de 2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse de custos não-gerenciáveis (encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os custos gerenciáveis da Companhia (despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do reajuste da concessionária deduzidos do Fator-X.

No caso da Eletropaulo, a cada quatro anos, é realizada uma revisão tarifária, que visa a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de energia em suas respectivas áreas de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária, estão a avaliação da base de ativos, os custos e despesas operacionais da empresa de referência, perdas regulatórias, depreciação e o custo médio de capital (WACC) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia.

Em 2007, a Eletropaulo passou pelo segundo ciclo de revisão tarifária.

A ANEEL autorizou um índice de revisão tarifária de -8,43% à Eletropaulo, aplicado em sua tarifa desde 4 de julho de 2007.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Reajuste Tarifário de 2008

Em 1º de Julho de 2008, em Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi autorizado um reajuste tarifário médio de 8,01% à AES Eletropaulo, aplicado à sua tarifa a partir de 04 de Julho de 2008.

O efeito do Reajuste Tarifário de 04 de julho de 2008, a ser percebido pelos consumidores das diversas classes de atendimento, foi de:

Classe de Consumo	Índice
Baixa Tensão	+8,63%
Alta Tensão	+7,28%
A2 (88 a 138 kV)	+7,85%
A3a (34,5 kV)	+8,11%
A4 (2,3 a 25 kV)	+7,17%
Média Total	+8,12%

O reajuste autorizado pela Aneel em 1º de julho de 2008 é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2008		
Parcela A	Encargos Setoriais	2,27%
	Energia Comprada	0,58%
	Encargos de Transmissão	0,96%
	Total	3,81%
Parcela B		2,65%
Reajuste Base		
		6,46%
CVA Total		0,08%
Outros custos financeiros de Parcela A		0,42%
Outros custos financeiros de Parcela B		1,05%
Reajuste Total		
		8,01%

A participação positiva de 3,81% no reajuste econômico refere-se a:

(i) Encargos Setoriais – R\$ 1.022,6 milhões. Com destaque para o aumento de 1.590,2% nos Encargos de Serviço do Sistema – ESS, que totalizaram R\$103,0 milhões, devido à expectativa de despachos de térmicas em 2008 com vista a aumentar a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).

(ii) Energia Comprada – R\$ 3.849,4 milhões. A baixa representatividade no percentual total do reajuste, de 0,58%, decorre da redução no custo de energia comprada de Itaipu, uma vez que houve apreciação do Real frente ao Dólar nos últimos 12 meses. A taxa de câmbio utilizada para valorar o repasse atual foi de R\$1,64/US\$, enquanto na Revisão Tarifária de 2007 foi considerada a cotação de R\$1,94/US\$.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(iii) Encargos de Transmissão – R\$ 954,2 milhões. Reflete a publicação pela ANEEL das novas tarifas de transmissão, por meio da Resolução Homologatória nº 671, válidas a partir de 1 de julho de 2008.

Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi de 9,15%. A participação de 2,65% em relação ao Índice de Reajuste Tarifário resulta da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 13,44%, dos 12 meses findos em 30 de junho de 2008, e
- Fator X equivalente a 4,30%, composto por:
 - Xa de 2,01%, fruto da diferença positiva entre o IGP-M (13,44%) e o IPCA (5,90%) no período tarifário, e;
 - Xe de 2,05%, resultado da nova metodologia de cálculo que introduziu um fator de produtividade a ser aplicado nos custos operacionais projetados. O fator Xe ainda é provisório.

Componentes Financeiros

Dentre os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário, que montam a R\$ 128,9 milhões e tiveram participação de 1,55% no Índice de Reajuste Tarifário de 2008, há R\$ 10,5 milhões referentes aos seguintes ajustes da Revisão Tarifária Periódica de 2007, aplicados provisoriamente:

- Alteração do percentual das Receitas Irrecuperáveis, que passaram de 0,50% sobre a receita bruta para 0,60%;
- Taxa de depreciação regulatória foi alterada de 4,31% para 4,32%.
- É importante destacar que os demais itens pendentes do Processo de Revisão Tarifária de 2007, que foram objeto de discussão na Audiência Pública 052/07, também permanecem provisórios e sem alterações.

Atividades Operacionais

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, sejam elas industriais, comerciais ou serviços. Além disso, a extensão territorial de sua concessão é a de maior concentração populacional do País.

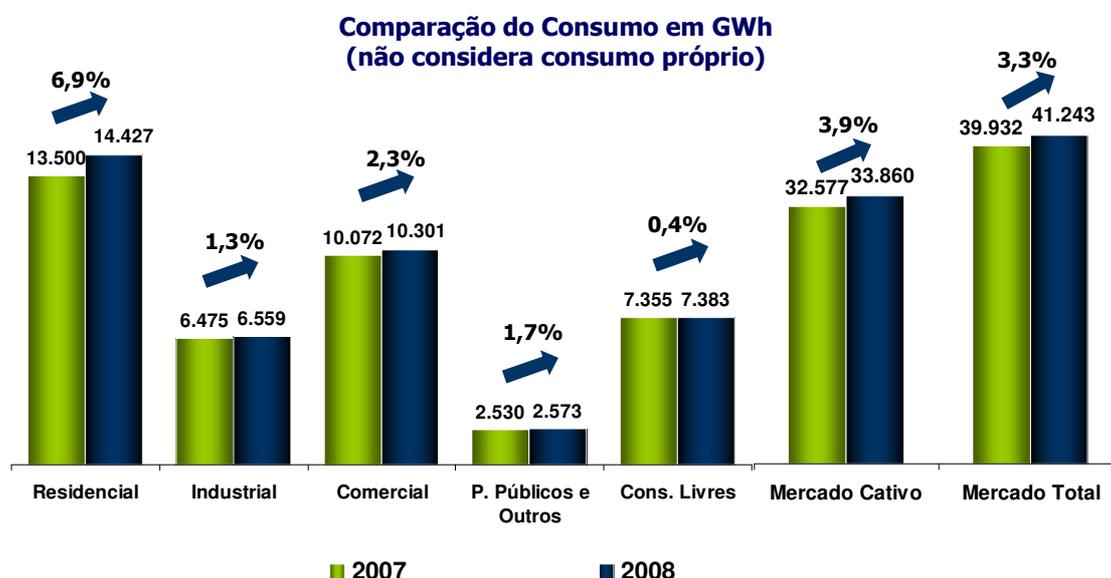
Atividade Comercial – Mercado

Em 2008, a AES Eletropaulo apresentou aumento no consumo total de energia em sua área de concessão (clientes cativos e livres) de 3,3%. O maior número de dias úteis no ano, 252 comparado a 248 em 2007, atrelado à condição econômica favorável na área de Concessão da Eletropaulo, principalmente no primeiro semestre do ano, explicam este incremento.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O número de clientes faturados totalizava 5,8 milhões ao final de 2008, um aumento líquido de 180,4 mil novos clientes no decorrer do ano, fruto do crescimento demográfico, da revitalização de áreas originalmente industriais que se tornaram centros comerciais ou residenciais e das estratégias comerciais para combater ligações irregulares.

Em 2008, a Companhia distribuiu para o mercado cativo 33.859,8 GWh de energia (excluindo o consumo próprio), montante 3,9% superior ao do ano anterior (32.577,0 GWh). Esse desempenho reflete positivamente o crescimento do consumo residencial e comercial, puxados pelas altas taxas de crescimento econômico de 2008.



Clientes Residenciais – com 5,4 milhões de clientes cadastrados ao final de 2008 (92,9% do total de unidades consumidoras da Companhia), registrou crescimento de 6,9% no consumo de energia no ano. O desempenho foi influenciado positivamente pelo registro de 175,7 mil novos clientes, inclusive devido ao trabalho de regularização de ligações elétricas ilegais. A elevação da renda real e crédito expandido até meados de 2008 também contribuiu para o aumento de consumo dessa classe.

Clientes Comerciais – com 365 mil clientes cadastrados ao final de 2008, a classe comercial apresentou acréscimo de consumo de 2,3% em relação a 2007, devido essencialmente ao maior número de dias úteis no ano, 4 a mais que em 2007.

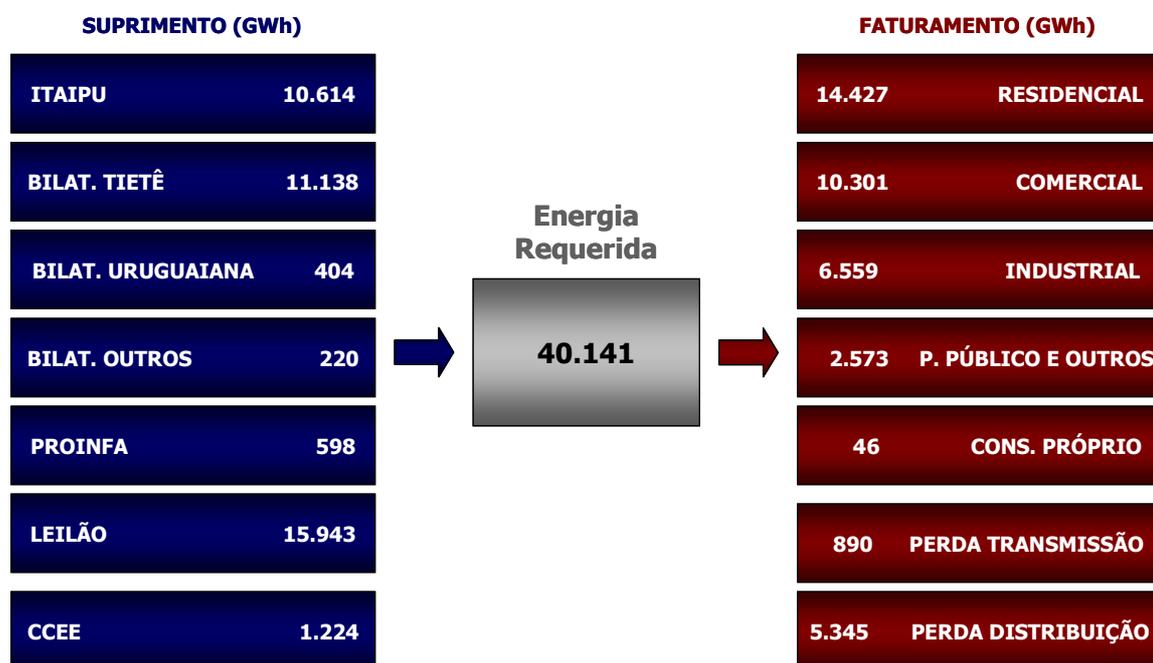
Clientes Industriais – A classe industrial, com 31 mil clientes cadastrados ao final de 2008, registrou aumento de consumo de energia de 1,3% no ano, devido, principalmente, ao retorno de 11 clientes do mercado livre (equivalente a um consumo de 123,0 GWh).

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Outros Clientes - inclui consumidores rurais, iluminação pública, poderes públicos e tração elétrica, com um total de 17 mil clientes cadastrados ao final de 2008. Registrou aumento de consumo de 1,7% no ano, decorrente da maior quantidade de dias úteis no ano.

Clientes Livres - embora não estejam na base regular de clientes, os consumidores da categoria Livre também contribuem com o faturamento por meio da TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - responsável pela recuperação dos encargos setoriais, custos operacionais da distribuidora, impostos sobre a receita e remuneração do capital próprio e de terceiros. Em 2008, 13 clientes livres por fontes renováveis, com consumo anualizado equivalente a 142 GWh retornaram à base de clientes cativos. Para 2009, há expectativa de 1 migração para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e o retorno de 5 unidades à base de clientes cativos. A Companhia registrou uma queda da receita com clientes livres por meio do recebimento da TUSD, que passou de R\$ 477,4 milhões em 2007 para R\$ 464,9 milhões em 2008.

Suprimento de Energia



- As cotas de Itaipu do gráfico acima diferem do apresentado no balanço, pois os valores contábeis de energia não apresentam perdas na rede básica contabilizadas pelo CCEE.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A energia distribuída pela AES Eletropaulo em 2008 a seus clientes foi originária das seguintes fontes:

- 39,7% ou 15.943 GWh - leilões realizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Tarifa média: R\$ 76,72/MWh;
- 26,4% ou 10.614 GWh - energia comprada de Itaipu em dólares, de caráter compulsório, em montante estabelecido pela ANEEL. Tarifa média: R\$ 95,30/MWh;
- 27,7% ou 11.138 GWh - contrato bilateral de compra de energia com a AES Tietê. Tarifa média: R\$ 140,66/MWh;
- 1,6% ou 624 GWh - contrato bilateral com AES Uruguaiana e outros contratos bilaterais firmados com co-geradores de energia (biomassa). Tarifa média: R\$ 126,18/MWh.
- 1,5% ou 598 GWh - Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas), cujo volume de compra de energia é estabelecido pela ANEEL, de acordo com a participação de mercado cativo das distribuidoras.

A partir de 15 de março de 2004, com o advento do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras puderam adquirir energia para atender seu crescimento de demanda apenas por meio de leilões regulados pela CCEE. No entanto, os contratos bilaterais firmados anteriormente vigorarão até seu vencimento.

Devido à recotização de Itaipu e Proinfa, à diminuição do suprimento do contrato bilateral de Uruguaiana e à frustração de atendimento a demanda nos leilões dos quais participou, a Eletropaulo recorreu à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para adquirir 1.224 GWh em 2008 (3,1% de sua energia requerida) ao preço médio de, aproximadamente, R\$ 106,23/MWh com o intuito de atender sua demanda e cumprir seus contratos. A Companhia poderá repassar essa despesa em sua tarifa no Reajuste Tarifário de 4 de julho de 2009, conforme determinado na Resolução Normativa nº. 305 da ANEEL, de 18 de março de 2008.

O volume da compra de energia é calculado com base em projeções de consumo para os próximos anos. Em razão disso, a AES Eletropaulo utiliza um modelo estatístico de otimização e análise de risco, que determina o volume adequado de contratação. A estratégia de suprimento baseia-se na manutenção do nível de contratação entre 100% e 103% da demanda projetada, de forma a evitar penalidades, conforme determina o Novo Modelo do Setor Elétrico. É prerrogativa das distribuidoras de energia, também de acordo com as regras do setor, a redução de contratos provenientes de leilões de energia existente, na medida em que os clientes migrem para o mercado livre.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Perdas e Arrecadação

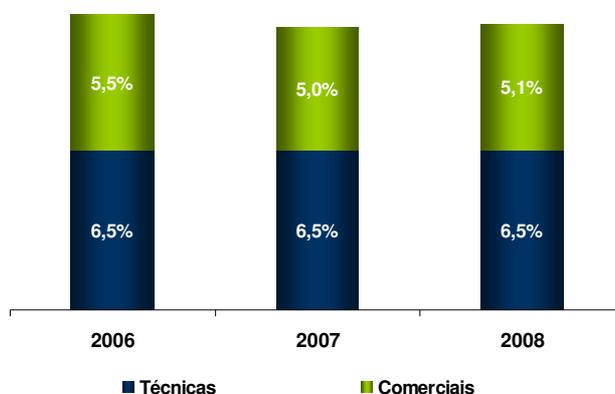
As Perdas de Distribuição são calculadas com base no “Critério de Perdas Físicas”, que considera o total de suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses (46.910 GWh). O total de perdas é um percentual desse montante, deduzindo-se energias retroativas faturadas relativas à recuperação de fraudes. Com base nesse cálculo, a média móvel dos últimos 12 meses corresponde a 11,6 %, sendo dividida em perdas técnicas (6,5%) e comerciais (5,1%). Durante o ano de 2008, houve um aumento de 0,1 ponto percentual nas perdas totais que pode ser explicado por dois principais fatores: (i) redução do volume de energia de outros sistemas que transitam pelo sistema da AES Eletropaulo, que embora não altere o volume (GWh) de perdas, provoca um aumento no percentual devido à metodologia de cálculo utilizada, e (ii) o período de estabilização do novo sistema comercial (CCS/SAP), que provocou atraso no cadastramento de regularização de ligações informais e redução da quantidade de inspeções de fraudes.

A AES Eletropaulo realizou em 2008, 434,6 mil inspeções de combate à fraude e anomalias e regularizou 74,5 mil ligações informais.

No início de 2008 entrou em operação o novo sistema de faturamento (CCS), que ocasionou redução no número de cortes efetuados durante o período de implantação. Esta variação gerou redução na taxa de arrecadação, que finalizou o ano de 2008 em 97,8% ante 99,5% do ano anterior e vem apresentando recuperação gradual.

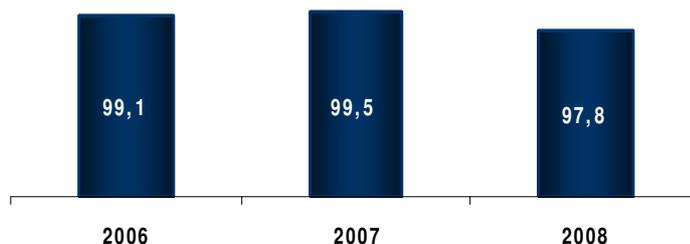
O total de cortes em 2008 foi de 396,8 mil, comparado a 1.345,4 mil em 2007. O número de religações foi de 385,7 mil em 2008, com 137,9 mil no 4T08, ante 931,2 mil em 2007 – reflexo, principalmente, da queda do número de cortes por conta do CCS. Mesmo com o aumento do número de cortes no final de 2008, o retorno do cliente à adimplência é gradual.

Perdas



13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Arrecadação (%)



Relacionamento com Clientes

Em 2008, entrou em operação o novo Sistema de Gestão Comercial da AES Eletropaulo, que marcou a integração entre os processos administrativos, financeiros e comerciais da empresa, unificando assim todos os processos de relacionamento com seus 5,8 milhões de clientes.

O projeto teve início em 2005, sendo implementado em duas etapas, em 2007 e em 2008. Como os desafios são muitos quando se troca um sistema comercial, a AES Eletropaulo mapeou as principais ocorrências que poderiam ser verificadas no atendimento ao cliente e, assim, ciente de seu papel social e com foco na transparência de todo o processo, a empresa adotou duas medidas: de comunicação e operacional.

No âmbito de comunicação, a AES Eletropaulo realizou um amplo plano de divulgação para clientes, órgão regulatório, poder público, órgãos de defesa do consumidor e formadores de opinião. Foram veiculadas propagandas em TV, rádio, jornais e conta de luz e distribuídos folders explicativos nas lojas e postos de atendimento. Do ponto de vista operacional, foram contratadas 370 pessoas para o call center, 100% dos atendentes foram treinados para trabalhar com o novo sistema e ampliado o horário de atendimento nas lojas.

Nova Lei de Atendimento ao Consumidor

A AES Eletropaulo adaptou seus processos para atender integralmente ao decreto 6.523, de 31 de julho de 2008, vigente desde 1º de dezembro de 2008, que fixa normas gerais para o atendimento ao consumidor e regulamenta a lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Exclusivamente para atender ao decreto, a AES Eletropaulo orientou seus colaboradores de atendimento sobre as novas exigências, promovendo 2,4 mil horas-homem de treinamento em apenas 15 dias.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Entre as principais ações, destacam-se a adoção de telefone apropriado para surdos e mudos, alterações no menu eletrônico de atendimento, oferecimento de protocolo no início do atendimento, fornecimento de gravação e histórico das solicitações do cliente, quanto requerido, entre outras.

Indicadores de Qualidade

Os índices DEC (duração equivalente de interrupção por cliente) e FEC (frequência equivalente de interrupção por cliente) foram de 9,2 horas e 5,2 vezes, respectivamente. Houve ligeiro aumento do DEC em função de chuvas atípicas no início do mês de agosto, após longo período de estiagem e aumento da parcela de desligamentos programados. O valor de DEC foi inferior ao de 2007 (5,6 horas), e permaneceu abaixo do padrão ANEEL (8,4 horas).

Para manter a qualidade dos serviços prestados e fazer frente às interrupções de fornecimento de energia provocadas pelas chuvas de verão, a Companhia desenvolve, todos os anos, a **Operação Verão**, uma força-tarefa que em situações extremas pode envolver cerca de 382 equipes técnicas e 880 atendentes de *call center*.

Investimentos

Em 2008, a AES Eletropaulo realizou investimentos no valor total de R\$ 456,7 milhões, incluindo R\$ 47,1 milhões de projetos financiados pelos clientes. O objetivo final dos investimentos realizados é a excelência operacional, aumentando a confiabilidade e a capacidade de atendimento dos sistemas, melhorando os níveis de qualidade e eficiência, minimizando perdas e oferecendo o melhor atendimento aos clientes de todas as classes de consumo.

A maior parte dos investimentos destina-se a serviços ao consumidor e à expansão e manutenção do sistema, porém a recuperação de perdas tem mostrado importância crescente na destinação dos recursos da Companhia. Em 2008, foram investidos R\$ 53,8 milhões no programa de cunho social e econômico de regularização de ligações elétricas que inclui a adoção de novas tecnologias em equipamentos de medição.

Com relação à Tecnologia da Informação (TI), em 2008, a AES Eletropaulo investiu R\$ 21,9 milhões, Tal valor foi bem inferior ao investido em 2007 (R\$ 63,9 milhões) tendo em vista que naquele ano foram gastos R\$ 53,1 milhões no Projeto Gênesis, que consiste na ampliação e modernização do sistema de gestão de processos administrativos e de atendimento aos clientes com o sistema de Gestão Comercial Integrada (CCS), cuja fase final entrou em operação em fevereiro de 2008.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Investimentos - R\$ milhões	2007	2008	V%
			2008x2007
Serviço ao Consumidor e Expansão do Sistema	160,9	203,3	26,3%
Manutenção	84,0	84,0	0,1%
Recuperação de Perdas	45,1	53,8	19,1%
Tecnologia da Informação	63,9	21,9	-65,7%
Outros	10,4	46,5	347,1%
Total (c/ recursos próprios)	364,3	409,6	12,4%
Financiado pelo cliente	69,2	47,1	-31,9%
Total	433,5	456,7	5,3%

Investimento Remunerável:

A base de remuneração sobre o investimento é uma conta participante do reajuste tarifário, criada com o intuito de remunerar a parte dos investimentos ainda não depreciados e a parte a ser depreciada. O primeiro é remunerado pelo WACC da empresa, enquanto o segundo é remunerado pela cota de depreciação para o período, respectivamente. Ambos são estipulados pela ANEEL.

A partir de 2007, os bens 100% depreciados deixaram de fazer parte do novo valor de reposição (ativo imobilizado) utilizado para o cálculo de reintegração (cota de depreciação x ativo imobilizado). Tal decisão impactou negativamente a recuperação destes investimentos, tendo em vista que a o valor recuperado pela depreciação tornou-se menor.

Componentes do Investimento Remunerável (R\$ milhões)	Revisão *	Reajuste	Reajuste	Reajuste	Revisão **	Reajuste
	junho-03	junho-04	junho-05	junho-06	junho-07	junho-08
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	9.884,6	10.834,9	11.606,2	11.706,5	11.101,6	12.594,0
b1) (-) Depreciação Acumulada	4.703,7	5.155,9	5.522,9	5.570,7	6.686,0	7.584,9
b2) (-) Depreciação Acumulada %	47,6%	47,6%	47,6%	47,6%	60,2%	60,2%
c) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE	634,3	695,3	744,8	751,3	887,4	1.006,7
d) Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	5.382,9	5.900,4	6.320,4	6.375,1	5.554,0	6.300,6
e1) Almoxarifado	22,0	24,1	25,8	26,0	31,1	35,3
e2) Ativo diferido	-	-	-	-	2,5	2,9
f) Investimento Remunerável (Base Remuneração)	4.770,6	5.229,2	5.601,4	5.649,8	4.700,2	5.332,1
g) (-) Bens 100% depreciados	-	-	-	-	1.016,5	1.153,2
h) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário n°)	1,00	1,10	1,17	1,18	1,00	1,13
i) cota de Depreciação - Taxa média Anual %	4,31%	4,31%	4,31%	4,31%	4,32%	4,32%

*) 1° ciclo de RTP - Junho de 2003
 Resolução Homologatória N°146 - 30 de Junho de 2005
 Valores extraídos do Quadro Aneel

**) 2° ciclo de RTP - Junho de 2007
 Resolução Homologatória N°500 - 3 de Julho de 2007
 Valores extraídos da Nota Técnica 184-Junho de 2007

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”)

Com investimentos de R\$ 15,8 milhões, a AES Eletropaulo encerrou no ano 6 projetos de P&D dos 35 que estavam em andamento em 2008, envolvendo as áreas técnica, operacional e comercial. A Companhia já conta com 86 projetos completados desde o início do programa em 1998, de um total de 115 projetos e quase R\$ 100 milhões investidos, dos quais aproximadamente 80% estão sendo aplicados ou estão em fase de introdução para a melhoria dos processos das diversas áreas da Companhia.

Eficiência Energética

Estimular o consumo seguro e adequado da energia é um dos principais objetivos estratégicos da AES Eletropaulo. A companhia, por meio de um amplo Programa de Eficiência Energética (PEE), está comprometida em proporcionar a seus diferentes tipos de clientes orientações e alternativas para evitar desperdícios e acidentes com eletricidade.

Por determinação da Aneel, a empresa destina 0,50% da receita operacional líquida a ações e projetos de eficiência energética. Desde 1998, quando o programa entrou em vigor, a AES Eletropaulo investiu recursos da ordem de R\$ 263 milhões. Em 2008, foram R\$ 53,9 milhões.

Os projetos de Eficiência Energética atendem clientes dos setores público e privado, tendo destaque o apoio ao Programa de Regularização de Ligações Ilegais. Esse programa proporciona a redução de perdas comerciais de energia elétrica e menor consumo por parte da população beneficiada. Inclui a doação do padrão de entrada e de lâmpadas eficientes, a substituição de geladeiras e uma intensa campanha de orientação sobre o uso seguro e racional da energia elétrica.

Saúde e Segurança

A AES Eletropaulo atua ativamente na prevenção de acidentes de trabalho envolvendo colaboradores próprios e contratados. Essa postura é amparada pelo Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO), pelo atendimento à legislação brasileira e às diretrizes da AES Corp.

Em 2008, o número de acidentes com afastamentos com colaboradores próprios e com colaboradores de empresas contratadas foi reduzido, respectivamente, em 39% e 21%. Esse desempenho foi resultado da intensificação de ações da companhia na prevenção de acidentes e do investimento na aquisição de equipamentos de proteção individual e coletivo (EPI e EPC).

Segurança com a População

Em 2008, a AES Eletropaulo registrou redução de 30% nos acidentes fatais e não-fatais envolvendo a rede elétrica e a população de sua área de concessão. Esse índice – referente aos acidentes que chegam ao conhecimento da empresa – é resultado dos esforços da companhia para levar informações e orientações aos clientes sobre o uso seguro da energia elétrica.

Ao longo do ano, todas as campanhas publicitárias realizadas em veículos de comunicação de massa – TV, rádio, jornais impressos, painéis de trem e de metrô - abordaram o tema. Com foco na conscientização e direcionadas aos públicos das classes C, D e E, as mensagens falavam sobre os cuidados para evitar acidentes durante a construção ou reforma da casa ou mesmo quando da instalação da antena de TV, principais causas dos acidentes na rede elétrica. A campanha trouxe resultados tão positivos que continua em 2009, com recursos próprios.

Excelência na Gestão

Em 2008, a qualidade da gestão da AES Eletropaulo foi reconhecida: pela primeira vez, a companhia foi finalista do Prêmio Nacional da Qualidade, promovido pela FNQ (Fundação Nacional da Qualidade), elevando a empresa à categoria de empresa de classe mundial, com desempenho acima da média global.

Essa conquista é fruto da evolução contínua da gestão dos negócios na distribuidora, cujo marco principal foi o refinamento do processo de planejamento estratégico, que é acompanhado em reuniões de análise do desempenho, que visa a assegurar o cumprimento da Missão, a implementação dos planos e a concretização da Visão, subsidiando o aprendizado organizacional. Os objetivos e os indicadores que compõem o Mapa são revistos anualmente.

Relacionamento com o Público Interno

O relacionamento da AES Eletropaulo com seus 4,1 mil colaboradores é norteado pelos Valores da companhia e pela transparência na condução dos processos relativos à gestão de pessoas. Em 2008, a companhia adotou ações para intensificar ainda mais esse relacionamento, como reuniões em grupos focais para ouvir a opinião e reivindicação dos colaboradores e integração de políticas de Recursos Humanos entre as empresas do Grupo AES no Brasil.

A AES Eletropaulo tem como foco, também, investir na capacitação e no desenvolvimento profissional dos colaboradores. Em 2008, foram 80 mil participações em cursos, palestras, seminários e capacitações, o que representa 591.929 mil horas de treinamento, uma média de 137 horas por colaborador.

Gestão Ambiental

A gestão ambiental da AES Eletropaulo está estruturada pela Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho do Grupo AES no Brasil e, para atender aos compromissos estipulados por essa Política, a empresa conta com um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) – certificado em conformidade à norma ISO 14001:2004. A empresa também atende às diretrizes da AES Corporation sobre padrões ambientais e à legislação ambiental, sendo auditada no mínimo a cada três anos para confirmação da adesão às diretrizes, que abrangem todos os segmentos da empresa e asseguram o atendimento à legislação, a integridade e a saúde dos colaboradores e a adoção de práticas preventivas para assegurar um processo limpo, ambientalmente correto e seguro de distribuição de energia elétrica.

Em 2008, a AES Eletropaulo destinou cerca de R\$ 65,3 milhões a ações e projetos que geram benefícios ao meio ambiente e reduzem o impacto das atividades da concessionária.

Gestão social

2008 foi o ano em que a AES Eletropaulo consolidou a sua estratégia de Responsabilidade Social, voltada principalmente para o desenvolvimento econômico e socioambiental das comunidades onde atua.

O foco objetivo e transparente - estimular o resgate da cidadania de crianças, jovens e adultos por meio de atividades educacionais, culturais, esportivas e de geração de renda – foi colocado em prática, tendo como tema transversal o compromisso da empresa com a conscientização da população sobre o uso seguro e adequado da energia elétrica.

Os principais projetos são:

- Casa de Cultura e Cidadania

Inaugurada em março de 2008, a Casa de Cultura e Cidadania, na Vila Guacuri (SP), atende 1 mil crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos e é um espaço de formação, expressão e lazer.

- Centros Educacionais Infantis Luz e Lápis

Há mais de 20 anos, a AES Eletropaulo mantém com recursos próprios dois Centros Educacionais Infantis (CEIs) - Luz e Lápis – localizados em Santo Amaro e Guarapiranga, na cidade de São Paulo. Em 2008 foram beneficiadas 268 crianças, entre 1 ano e 5 anos e 11 meses – em situação de risco social ou oriundas de famílias de baixa renda. Para 2009, a expectativa é ampliar esse número para até 332 alunos.

- Programa Energia do Bem

A AES Eletropaulo iniciou no segundo semestre de 2008 o Programa Energia do Bem. O foco é oferecer apoio e engajar os colaboradores que desejam contribuir voluntariamente – com seu tempo e suas habilidades - para a transformação de comunidades de baixa renda e para o desenvolvimento de instituições não-governamentais.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Transformando consumidores em clientes

Parte do Programa de Eficiência Energética e também realizado com recursos próprios, o Programa Transformando Consumidores em Clientes – antes denominado Regularização de Ligações Ilegais - tem como foco atuar nas comunidades de baixa renda, regularizar as ligações informais de energia elétrica e estimular uma cultura de uso responsável da eletricidade. O trabalho é o principal exemplo de ação que articula aspectos ambientais, econômicos e sociais, proporcionando a inclusão social e promovendo o acesso à cidadania. O projeto já levou informações e orientações a 574 mil moradores das comunidades de baixa renda. Desde 2004, quando a regularização teve início, já foram beneficiadas 290 mil famílias – ou cerca de 1,2 milhões de pessoas - de 1.242 comunidades de baixa renda do município de São Paulo.

Desempenho Econômico-financeiro

Receita Operacional

Em 2008, a receita operacional bruta atingiu R\$ 11.750,5 milhões, montante 3,9% superior ao registrado no ano anterior. O aumento é explicado por: (i) pela combinação do efeito da aplicação da revisão tarifária de 2007, negativa em 8,43%, com impacto a partir de 04 julho de 2007, com o efeito positivo do índice médio de reajuste tarifário de +8,01% sobre as tarifas da Companhia, aplicado a partir de 04 de julho de 2008; (ii) pelo consumo faturado de 33.859,9 GWh, 3,9% superior ao consumo faturado do ano anterior e (iii) pelo encerramento das amortizações da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) e Energia Livre em Outubro de 2007.

Foram contabilizadas Deduções da Receita Operacional de R\$ 4.220,7 milhões no ano, o que representa incremento de 2,6% (R\$ 107,2 milhões) em relação às deduções de 2007.

Em 2008, a receita operacional líquida da AES Eletropaulo acumulou R\$ 7.529,8 milhões, quantia 4,7% ou R\$ 337,0 milhões superior à registrada em 2007. O crescimento no consumo faturado em 2008 somado ao final da amortização de RTE e de Energia Livre ocorrido em outubro de 2007, são os principais fatores que explicam o acréscimo observado na receita líquida.

Demonstração dos Resultados	2007	2008	V%
			2008 x 2007
Receita Bruta	11.306,3	11.750,5	3,9%
Deduções à Receita Operacional	(4.113,5)	(4.220,7)	2,6%
Receita Líquida	7.192,8	7.529,8	4,7%

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Custos e Despesas Operacionais

As despesas operacionais somaram R\$ 5.893,5 milhões no ano, montante 6,4% (R\$ 356,7 milhões) superior ao registrado no mesmo período de 2007.

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	2007	2008	V%
			2008 x 2007
Gastos da Parcela A	4.096,7	4.700,3	14,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.314,4	3.753,9	13,3%
Transmissão	782,3	946,4	21,0%
PMSO	1.440,1	1.193,2	-17,1%
Pessoal + Entidade de Previdência Privada	569,0	485,2	-14,7%
Materiais & Serviços de Terceiros	305,7	329,1	7,6%
Outros	565,4	379,0	-33,0%
Total	5.536,8	5.893,5	6,4%

* Não inclui depreciação

Custos Operacionais

A despesa com **energia elétrica comprada** teve acréscimo de 13,3% no ano, explicado principalmente pelos motivos:

- maior volume de energia requerida, que totalizou 40.141 GWh em 2008 contra 38.647 GWh requeridos em 2007;
- pelo aumento de 6,1% no preço médio dos contratos de suprimento decorrente, sobretudo, do reajuste de preço do contrato bilateral com a AES Tietê de 13,44%, válido a partir de 04 de julho de 2008;
- mudança do regime de tributação de PIS e Cofins nos contratos inicial e bilateral com a AES Tietê de não-cumulativo (9,25%) para cumulativo (3,65%), e subsequente devolução à Eletropaulo dos montantes cobrados a maior desde o 3T04, resultando em uma reversão de despesa de R\$ 185,9 milhões no 2T07; e
- despesa de R\$ 203,7 milhões em 2008, referente à Amortização de Parcela A de Itaipu, comparada à despesa de R\$ 32,1 milhões reconhecida no ano de 2007.

Energia Comprada		
Tarifa Média (R\$/MWh)		
Fonte	2007	2008
AES TIETÊ	132,35	140,66
ITAIPU	94,79	95,30
LEILÃO	67,36	76,72
OUTROS CONTRATOS BILATERAIS	120,34	126,18
TOTAL	95,84	101,68

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2008, a despesa com **encargos do uso da rede elétrica e transmissão** foi 21,0% superior ao de 2007, em função, principalmente, do aumento de R\$ 154,4 milhões, entre os períodos comparados, no encargo de rede básica. As principais razões são: (a) No 4T07 em função da Revisão Tarifária das Transmissoras e com efeito retroativo a Junho de 2005 foi contabilizada uma reversão de despesa, sob a rubrica de Transmissoras, de R\$ 55,8 milhões. Desde então, o montante está sendo amortizado, em 18 meses (aproximadamente R\$ 3,1 milhões/mês). Em 2008 foram amortizados R\$ 39,3 milhões; (b) do aumento de 8,94% na cota anual do encargo de rede básica que compõe a tarifa a partir do reajuste tarifário de julho de 2008.

Pessoal

Os custos e despesas de **pessoal** reduziram 14,7%, devido principalmente à queda das despesas com entidade de previdência privada que totalizaram R\$ 26,4 milhões em 2008 ante R\$ 111,9 milhões em 2007. O principal motivo foi a reversão de despesa referente à Fundação Cesp, no valor de R\$ 62,5 milhões, registrada no ultimo trimestre de 2008.

Pessoal - em R\$ milhões	2007	2008	V%
			2008 x 2007
Pessoal e Encargos	294,7	299,6	1,7%
Entidade de Previdência	111,9	26,4	-76,4%
Acordos e Condenações Trabalhistas	162,4	159,2	-2,0%
Total	569,0	485,2	-14,7%

Outras Despesas Operacionais

As **outras despesas operacionais** apresentaram redução de 33,0%, totalizando R\$ 379,0 milhões no ano, um decréscimo de R\$ 186,5 milhões. A queda dessas despesas pode ser explicada pelo efeito positivo de R\$ 189,7 milhões referentes a reversão de PCLD e recuperação de perdas no ano de 2007, comparadas à contabilização de despesas de R\$ 134,8 milhões relativas à baixa de perdas e constituição de PCLD em 2008. Também explica as Provisões para contingências, R\$ 181,9 milhões inferiores em 2008, em virtude da contabilização, no 4T07, de R\$ 166,0 milhões referente ao processo de revisão das contingências trabalhistas.

Outras Receitas e Despesas

Em 2008, as outras receitas e despesas totalizaram uma receita de R\$ 59,6 milhões, comparada a uma despesa de R\$ 90,5 milhões em 2007. Essa diferença é explicada pelo registro dos créditos tributários referentes ao FINSOCIAL no 4T08, no valor de R\$ 88,9 milhões, abaixo explicada, e pela despesa não recorrente de R\$ 43,7 milhões, referente à baixa de ativos do sistema de automação de subestações registrada no 4T07.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No período de 1989 a 1992, a Companhia recolheu a contribuição ao FINSOCIAL com majorações de alíquotas (0,5% a 2%) que posteriormente foram reconhecidas como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal para todas as empresas que exerciam atividade comercial ou mista (prestadora de serviços e comercial), razão pela qual a AES Eletropaulo impetrou uma ação judicial contra o Governo Federal em 30 de agosto de 1994. Em dezembro de 2008, o Supremo Tribunal Federal negou recurso apresentado pelo Governo Federal, e finalmente, em fevereiro de 2009, findou o prazo para apresentação de novo recurso por parte do Governo Federal, assim a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª. Região, favorável à Companhia, transitou em julgado.

Em função da decisão proferida pelo STF, a Companhia reconheceu, em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008: (i) o valor de R\$ 88,9 milhões referente aos créditos tributários na rubrica de outras receitas e despesas; (ii) o valor de R\$ 210,2 milhões referente à atualização monetária dos créditos tributários, na rubrica de receita financeira. O efeito positivo no resultado da Companhia, monta R\$ 194,0 milhões, líquido de impostos, conforme determina o comunicado técnico Ibracon nº 02/2006.

EBITDA Ajustado

O Ebitda no ano de 2008 foi de R\$ 1.695,9 milhões, valor 8,3% superior ao apurado no ano de 2007..

O Ebitda ajustado totalizou R\$ 2.058,7 milhões em 2008, o que representa uma redução de 9,2% em relação ao ano de 2007. A margem EBITDA ajustado em 2008 foi de 27,3%, comparada a 31,5% em 2007. Em cumprimento ao disposto na medida provisória 449/2008, a conta outras receitas e despesas, antes classificada como não operacional, passou a impactar o Ebitda. Esta reclassificação foi feita retroativamente, com impacto positivo de R\$ 59,6 milhões em 2008 e negativo de R\$ 90,5 milhões em 2007.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Ebitda ajustado de 2008 levou em conta as seguintes correções para melhor refletir a geração de caixa da Companhia:

R\$ milhões	2007	2008	V%
			2008 x 2007
EBITDA	1.565,6	1.695,9	8,3%
Ajustes			
Desp. Passivo - FCESP	106,6	21,0	-80,3%
RTE	289,7	0,0	N.D.
Provisão RTE	17,3	0,0	N.D.
Provisão - Contingências	166,0	0,0	N.D.
Acerto contábil - Reavaliação Depósitos Judiciais	67,9	0,0	N.D.
Parcela A	53,8	341,7	535,0%
EBITDA Ajustado	2.267,0	2.058,7	-9,2%
Margem Ebitda	21,8%	22,5%	0,8 p.p.
Margem Ebitda Ajustado	31,5%	27,3%	-4,2 p.p.

Resultado Financeiro

Em 2008, o Resultado Financeiro foi uma receita de R\$ 129,4 milhões, comparativamente a uma despesa de R\$ 104,0 milhões, verificada em 2007.

A variação positiva do resultado financeiro de 2008 frente à 2007 refere-se principalmente à combinação dos efeitos: (i) reversão de R\$ 190,7 milhões, relativo à ampliação da base de cálculo de COFINS; (ii) provisionamento de R\$ 71,5 milhões referentes à multa do processo de majoração de alíquota do COFINS; e (iii) atualização monetária de créditos tributários de FINSOCIAL, no valor de R\$ 210,2 milhões.

A Eletropaulo possui um processo questionando a ampliação da base de cálculo e a majoração de alíquota de COFINS, para o qual os valores de Principal e dos Juros já estão provisionados. Com relação a parte referente à majoração de alíquota, em outubro de 2008, foi constituída uma provisão referente à multa de 20% sobre o Principal, no valor de R\$ 71,5 milhões, necessária para que a AES Eletropaulo pudesse continuar discutindo o processo.

Já no que tange à parte da ampliação da base de cálculo, houve decisão favorável à Companhia no Tribunal Regional Federal da Terceira Região (TRF 3R) e a União Federal tomou conhecimento da decisão em 13 de outubro de 2008 apresentando recurso às instâncias superiores dentro do prazo legal. Contudo, mesmo diante destes recursos, a empresa entendeu que a decisão recorrida é irreversível, em razão dos fortes precedentes favoráveis à Companhia nos Tribunais Superiores. Diante disto, foi realizada a reversão do passivo em dezembro de 2008, no valor de R\$ 190,7 milhões (R\$ 95,1 milhões referentes ao principal e R\$ 95,6 milhões referentes à correção), mesmo antes do trânsito em julgado.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com relação aos créditos tributários de FINSOCIAL, em 19 de dezembro de 2008 o STF decidiu como inconstitucional a majoração da alíquota de FINSOCIAL, referente ao período de 1989 a 1992. A atualização monetária desses créditos gerou uma receita de R\$ 210,2 milhões, reconhecidos no 4T08.

Resultado Líquido

No ano de 2008, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 1.027,1 milhões, comparado a R\$ 712,6 milhões em 2007, o que representa um acréscimo de R\$ 314,5 milhões. Contribuíram para o resultado positivo: (i) o incremento no consumo; (ii) o impacto positivo de R\$ 78,7 milhões no lucro líquido decorrentes da combinação da reversão relativa ao processo de ampliação da base de cálculo de Cofins e da provisão da multa do processo de majoração de alíquota do Cofins; e (iii) o efeito positivo de R\$ 194,0 milhões referente à decisão favorável do Finsocial.

Remuneração aos Acionistas

O total de proventos distribuídos e propostos pela Companhia com relação ao exercício de 2008 monta R\$ 1.043,0 milhões, correspondentes a 101,5% do lucro líquido do ano,, conforme quadro abaixo.

Em 2008, a Companhia pagou o montante de R\$ 359,5 milhões de dividendos intermediários, referentes à antecipação da distribuição dos resultados obtidos no primeiro semestre do ano.

Os juros sobre capital próprio, correspondentes ao exercício de 2008, foram deliberados em Reunião do Conselho de Administração (RCA) no dia 19 de dezembro de 2008.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O montante de dividendos complementares proposto pela administração da Companhia é de R\$ 3,46 por ação ON e R\$ 3,81 por ação PN. Já o total de juros sobre capital próprio (JCP) é de R\$ R\$ 0,39 por ação ON e R\$ 0,43 por ação PN.

Dividendos 2008 (R\$ milhões)	
Lucros Acumulados 31/12/2008	0,0
Lucro Líquido do Período - até 31/12/2008	1.027,1
Ajustes - Lei 11.638	(1,0)
Realização Reserva Reavaliação - até 31/12/2008	71,7
Saldo Líquido	1.097,9
Reserva Legal (5%)	(54,9)
Dividendos	1.043,0
Dividendos Intermediários Distribuídos	(359,5)
Juros Sobre Capital Próprio	(68,8)
Dividendos Complementares Propostos	(614,7)
Saldo Final	0,0

Endividamento

Atendendo às exigências da Lei nº 11.638, a Companhia incluiu no saldo total da dívida de 2008, contratos de arrendamento mercantil e locação sob a rubrica de Leasing. Esses contratos aumentaram o saldo da dívida em R\$ 83,8 milhões em 2008, entretanto, para efeito de análise, não iremos considerar esse montante no saldo total da dívida. Esses valores passaram a ser incluídos na rubrica "empréstimos e financiamentos" do passivo nas Demonstrações Financeiras, a partir do exercício de 2008.

A dívida bruta totalizou R\$ 4.085,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, valor 5,1% inferior à posição em 31 de dezembro de 2007, devido à redução da dívida com a Fundação CESP e ao cronograma normal de amortizações da dívida.

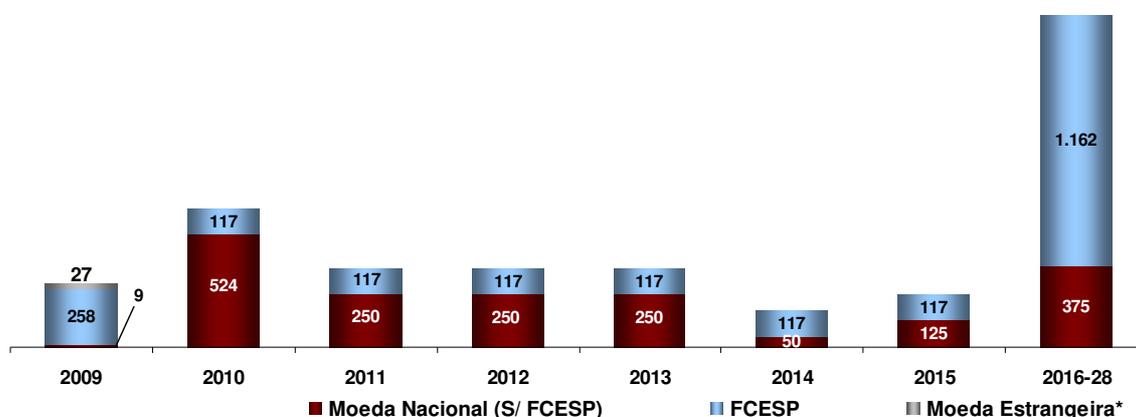
A dívida líquida em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 2.543,6 milhões, o que representa redução de 14,4% com relação a 31 de dezembro de 2007. Essa redução deveu-se ao cronograma normal de amortizações, além do aumento no saldo de disponibilidades, que totalizava R\$ 1.541,9 milhões em 2008.

O custo médio da dívida total da Eletropaulo passou de CDI + 0,87% a.a., em 31/12/07, para CDI + 0,36% a.a. no mesmo período de 2008. Essa redução é explicada pela variação da curva futura do IGP-M, cuja projeção é utilizada para o cálculo do fluxo futuro da dívida com o fundo de pensão até o vencimento.

O prazo médio da dívida total elevou-se de 6,8 anos, em 31 de dezembro de 2007, para 7,1 anos em 31 de dezembro de 2008, devido à extensão do vencimento do contrato de Ajuste de Reserva Matemática com a Fundação CESP de 2022 para 2028.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2008, a Eletropaulo possuía 0,7% de sua dívida total denominada em dólares, protegido da variação cambial em 96,3%, considerando o saldo das operações em 31/12/08, de R\$ 27,6 milhões (principal + juros). A companhia não mantém outras operações cambiais ou de derivativos.



(*) Taxa de Câmbio em 31/12/2008 - US\$ 1,00 = R\$ 2,3370

Em junho de 2008, a Standard & Poor's (S&P) elevou o *rating* em escala nacional da Companhia de A para A+, mantendo o *rating* em escala internacional em BB-. Dessa forma, os *ratings* em escala nacional da AES Eletropaulo, para a Fitch e S&P são A e A+, respectivamente. Já em escala internacional ambas mantêm BB-.

Governança Corporativa

Transparência é prioridade para os administradores e acionistas controladores da AES Eletropaulo, que entendem que um relacionamento de qualidade com todos os seus públicos, baseado na ética e na prestação de informações, é essencial para a gestão eficiente e estratégica dos negócios. Por isso, a Companhia é integrante, desde 2004, do Nível 2 de Governança Corporativa, segmento de listagem da Bovespa que reúne empresas com práticas diferenciadas de Governança.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

É importante mencionar que, de acordo com regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, a AES Eletropaulo compromete-se a resolver, por meio de arbitragem e nos termos do **Regulamento de Arbitragem**, as disputas ou controvérsias relacionadas ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa, ao Estatuto Social, às disposições da Lei das S.A. e a outras normas do mercado de capitais.

O relacionamento da AES Eletropaulo com seu público interno e todos seus públicos externos, assim como os princípios e modelo de trabalho, está sedimentado no Guia de Valores da AES, documento que dá as diretrizes para a atuação da Companhia.

Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE

A sintonia com as práticas diferenciadas e o respeito a seus diversos públicos foi mais uma vez reconhecida em 2008. As ações da AES Eletropaulo mantiveram-se na carteira dos ativos que integram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, após a revisão da composição dessa carteira em dezembro de 2008. O ISE inclui ações de companhias selecionadas entre os títulos de maior liquidez na Bovespa e que atendem a requisitos pré-definidos de responsabilidade social e sustentabilidade empresarial

Estrutura de Gestão

O órgão máximo da Companhia é o Conselho de Administração, composto por dez membros efetivos e sete suplentes, incluindo dois conselheiros independentes. A Companhia também mantém um Conselho Fiscal, deliberativo e consultivo, composto por cinco membros efetivos. As operações são comandadas pela Diretoria Executiva, formada pelo Diretor-Presidente e por sete Diretores Vice-Presidentes, que contam com o Comitê de Gestão de Política de Investimentos e Operacional.

Serviços de Auditoria Independente

A empresa Ernst & Young Auditores Independentes responde pela auditoria externa da AES Eletropaulo desde 2004, atendendo à obrigatoriedade de rodízio a cada cinco anos. Durante o ano de 2008, não foram contratados serviços complementares ou de consultoria com essa empresa, mantendo-se o foco de seus serviços exclusivamente em auditoria contábil.

Estrutura Societária – AES Eletropaulo

Em dezembro de 2008, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ 1.057,6 milhões representado por 66.604.818 ações ordinárias (39,8% do total) e 100.739.069 ações preferenciais (60,2% do total), com um *free float* total de 94.006.480 ações (56,18% do total). Ao final do exercício, a Empresa contava com aproximadamente 53 mil acionistas.

Acionista	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
AES ELPA	51.825.798	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	51.825.798	30,97%
União Federal	13.342.384	20,03%	258	0,01%	0	0,00%	13.342.642	7,97%
Cia Brasileira de Energia	0	0,00%	0	0,00%	7.434.390	7,56%	7.434.390	4,44%
BNDES	1	0,00%	0	0,00%	734.576	0,75%	734.577	0,44%
Outros (Free Float)	1.436.634	2,16%	2.369.091	99,99%	90.200.755	91,70%	94.006.480	56,18%
Total	66.604.817	100,00%	2.369.349	100,00%	98.369.721	100,00%	167.343.887	100,00%

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Participação do BNDES na Brasileira

Em 12 de março de 2007, a Companhia Brasileira de Energia (CBE) foi formalmente comunicada pelo BNDESPAR que este deu início à seleção de instituição financeira para coordenar o processo de alienação das ações de emissão da CBE de sua titularidade.

Em 28 de maio de 2007, a AES Eletropaulo informou ao mercado o recebimento, por parte da AES Corp., da notificação do BNDESPAR de que este exercerá seu direito de *Drag Along*, conforme previsto no Acordo de Acionistas. Pelo mesmo Acordo, a AES Corp. possui o direito de preferência na compra da participação do BNDESPAR na CBE.

O BNDESPAR e a AES Corp. contrataram instituições financeiras para o processo de avaliação econômico-financeira da CBE. Visto que as referidas avaliações apresentaram uma diferença superior a 10%, uma terceira instituição, KPMG Auditores Independentes, foi contratada pelo BNDESPAR e AES Corp. em conjunto, conforme previsto no acordo de acionistas. O processo de avaliação econômico-financeira foi concluído e, dando continuidade ao processo, o BNDESPAR decidirá em que momento prosseguirá com a elaboração do edital que definirá o formato, as condições e o cronograma para a realização da operação.

Mercado de Capitais

A AES Eletropaulo é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações ordinárias e preferenciais negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, sob os códigos ELPL3, ELPL5 e ELPL6. Integra o Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, desde dezembro de 2004, e a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, pelo terceiro ano consecutivo.

As ações preferenciais classe B da AES Eletropaulo (ELPL6) encerraram o ano de 2008 cotadas a R\$ 25,50 por ação, desvalorização de 29,9%, versus uma desvalorização de 41,2% do Ibovespa (Índice da Bolsa de Valores de São Paulo) e de 11,6% do IEE (Índice de Energia Elétrica) em relação a 2007.

As ações preferenciais classe A (ELPL5) registraram desvalorização de 20,3% em 2008.

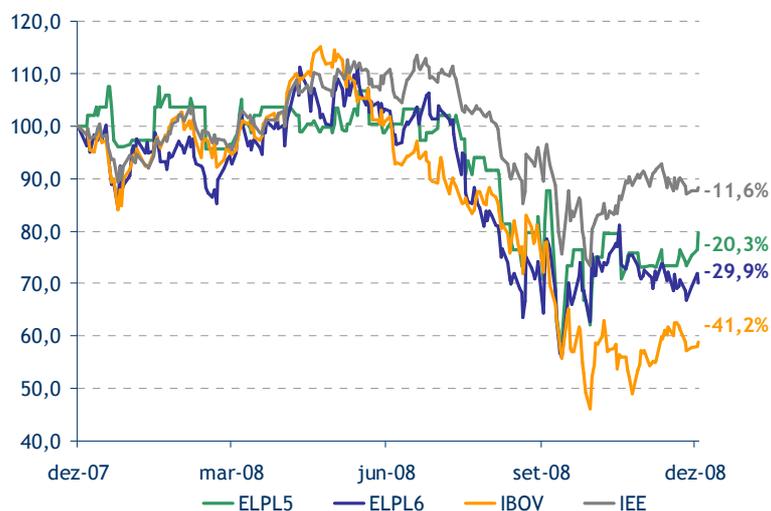
As ações ELPL6 foram negociadas em todos os pregões da Bovespa no ano. Os dados de liquidez mostram a realização de 296 mil negócios envolvendo cerca de 207,9 milhões de ações preferenciais e média diária de R\$ 25,7 milhões no mercado à vista no decorrer do período.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Balanco Social

Em 2008, a AES Eletropaulo doou o equivalente a 1% do Imposto de Renda devido (R\$ 1,3 milhão) aos fundos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. As prefeituras adimplentes com a Companhia receberam e repassaram essas contribuições a instituições de reconhecida atuação na área.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanco Social Anual / 2008



Empresa: Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A.

1 - Base de Cálculo		2008 Valor (Mil reais)			2007 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)		7.529.860			7.192.848		
Resultado operacional (RO)		1.456.260			1.067.034		
Folha de pagamento bruta (FPB)		587.119			673.476		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		24.478	4,17%	0,33%	21.921	3,25%	0,30%
Encargos sociais compulsórios		74.330	12,66%	0,99%	73.150	10,86%	1,02%
Previdência privada		26.391	4,50%	0,35%	111.936	16,62%	1,56%
Saúde		25.853	4,40%	0,34%	20.562	3,05%	0,29%
Segurança e saúde no trabalho		10.795	1,84%	0,14%	5.446	0,81%	0,08%
Educação		2.036	0,35%	0,03%	2.040	0,30%	0,03%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		1.035	0,18%	0,01%	629	0,09%	0,01%
Creches ou auxílio-creche		681	0,12%	0,01%	635	0,09%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados		50.016	8,52%	0,66%	31.603	4,69%	0,44%
Outros		20.395	3,47%	0,27%	44.509	6,61%	0,62%
Total - Indicadores sociais internos		236.010	40,20%	3,13%	312.431	46,39%	4,34%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		13.477	0,93%	0,18%	11.021	1,03%	0,15%
Cultura		6.676	0,46%	0,09%	6.643	0,62%	0,09%
Saúde e saneamento		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte		1.277	0,09%	0,02%	-	0,00%	0,00%
Creches		1.558	0,27%	0,11%	1.135	0,17%	0,11%
Combate à fome e segurança alimentar		1.754	0,12%	0,02%	1.561	0,15%	0,02%
Outros		10.465	0,72%	0,14%	8.636	0,81%	0,12%
Total das contribuições para a sociedade		35.207	2,42%	0,47%	28.996	2,72%	0,40%
Tributos (excluídos encargos sociais)		3.282.389	225,40%	43,59%	3.292.742	308,59%	45,78%
Total - Indicadores sociais externos		3.317.596	227,82%	44,06%	3.321.738	311,31%	46,18%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		10.241	0,70%	0,14%	3.474	0,33%	0,05%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		55.026	3,78%	0,73%	42.263	3,96%	0,59%
Total dos investimentos em meio ambiente		65.267	4,48%	0,87%	45.737	4,29%	0,64%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:							
		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%				<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2008			2007		
Nº de empregados(as) ao final do período		4141			4241		
Nº de admissões durante o período		283			335		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		6368			4507		
Nº de estagiários(as)		60			95		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		721			587		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		825			840		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		22,00%			17,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		410			261		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		1,00%			3,00%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		59			53		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2008			Metas 2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		61,7			0		
Número total de acidentes de trabalho		11			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa 32.459	no Procon 4.512	na Justiça 11.121	na empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa 72,00 %	no Procon 64,00 %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2008: R\$ 5.982.807			Em 2007: R\$ 5.787.254		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		72,2 % governo	7,1 % colaboradores(as)	17,6 % acionistas	71,9 % governo	8,8 % colaboradores(as)	12,4 % acionistas
			-0,4 % retido			6,9 % terceiros	0,0 % retido
7 - Outras Informações							
No ano de 2008 foram efetuados estudos e aprimoramentos na apuração dos dados, para prestar uma melhor informação ao mercado, tais estudos acarretaram algumas alterações nos números informados no ano base de 2007.							

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio e direcionamento do Conselho de Administração, que define as bases da estratégia seguida, a dedicação de nossos colaboradores e a parceria de nossos clientes, fornecedores e acionistas, responsáveis pelas conquistas alcançadas pela AES Eletropaulo.

São Paulo, 18 de Março de 2009

A Administração

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital aberto, de direito privado, autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia, conforme mencionado na nota nº. 26, faturou 33.860 GWh no exercício de 2008 e 32.577 GWh no exercício de 2007, atendendo a aproximadamente 5,8 milhões de clientes em dezembro de 2008 (Informação não auditada).

O prazo de duração da concessão é de 30 anos, conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº. 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº. 72, de 25 de março de 1998).

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Legislação Societária Brasileira, Leis nº.s 6.404/76, 9.457/97, 10.303/01 e 11.638/07, Medida Provisória nº. 449/08, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo poder concedente. A Lei nº. 11.638/07 e a Medida Provisória nº. 449/08, trouxeram alterações à legislação societária que resultaram em novos métodos e critérios contábeis que estão sendo adotados pela primeira vez pela Companhia. Os impactos decorrentes dessas alterações na legislação societária nas demonstrações contábeis da Companhia estão descritos e sumariados no item "d" abaixo.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 17 de fevereiro de 2009. De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº. 505, datada de 19 de junho de 2006, eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data da autorização de sua conclusão devem ser divulgados e, se necessário, ajustados nas mesmas.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Demonstração de Resultado do exercício está sendo apresentada na forma determinada pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, com aberturas e detalhamentos divulgados nas notas nº.s 26 a 33 e 38.

a) Estimativas

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram efetuadas com base no julgamento da administração sobre as informações disponíveis para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos incluídos nas demonstrações contábeis relacionados com estimativas incluem a definição de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação de provisão para créditos de liquidação duvidosa e de outras provisões, inclusive provisões para contingências, avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço. Estimativas, também foram utilizadas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº. 475/08.

As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas de acordo com a legislação vigente na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, em períodos subseqüentes, poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa, bem como a eventuais novos fatos que venham a ocorrer. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

b) Classificação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses, quando for provável que a realização ocorra em período superior a doze meses são classificados como não circulantes.

c) Consolidação

A Companhia, a partir de 2008, deixou de elaborar informações consolidadas tendo em vista que sua controlada Metropolitana Overseas II Ltd. foi encerrada em 28 de agosto de 2007.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Alterações na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi publicada a Lei nº. 11.638 que alterou e revogou dispositivos da Lei nº. 6.404/76 e da Lei nº. 6.385/76. A Lei nº. 11.638/07 (Lei 11.638) entrou em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2008. Em 3 de dezembro de 2008, foi publicada a Medida Provisória nº. 449 (MP 449), que entre as alterações na legislação tributária federal, criou em seu artigo nº. 15 o Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração do lucro real tratando dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº. 11.638 e pelos artigos nº.s 36 e 37 da própria MP 449, com a finalidade de buscar a neutralidade tributária até que nova Lei venha a disciplinar os efeitos tributários desses novos métodos e critérios contábeis. Os artigos nº.s 36 e 37 da MP 449 promoveram novas alterações na Lei nº. 6.404/76. A seguir apresentamos um resumo das principais alterações introduzidas nas Leis nº.s 6.404 e 6.385 pela Lei nº. 11.638 e MP 449:

- i) No conjunto de demonstrações contábeis elaboradas em cada ano deverão ser apresentadas as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado. A apresentação da demonstração das origens e aplicações de recursos não é mais requerida.

A Companhia está apresentando as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado em atendimento às determinações da Lei nº. 11.638.

- ii) A classificação de ativos e passivos passam a ser classificados entre circulante e não-circulante, sendo o ativo não-circulante composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

A Companhia está apresentando o balanço patrimonial de acordo com a nova estrutura determinada pela Lei nº. 11.638.

- iii) Eliminação da possibilidade de efetuar reavaliações espontâneas do seu ativo imobilizado. A nova lei deu a opção às companhias para manterem os saldos existentes dessa reserva, que deverão ser realizados de acordo com as regras atuais, ou de estornarem esses saldos até o final do exercício de 2008.

A Companhia decidiu manter a reserva de reavaliação registrada em seu balanço.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- iv) Eliminação do grupo de contas "ativo diferido" no balanço patrimonial, o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 que, por sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização.

A Companhia efetuou a reclassificação dos saldos do ativo diferido para as contas do ativo imobilizado ou intangível, de acordo com a natureza dos gastos efetuados.

- v) Eliminação do grupo de contas "Resultados de Exercícios Futuros" no balanço patrimonial, devendo o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 ser reclassificado para o passivo não-circulante.
- vi) No patrimônio líquido não há mais a inclusão da rubrica "lucros acumulados", "prêmio recebido na emissão de debêntures" e "doações e subvenções para investimentos".
- vii) Na demonstração do resultado, em lugar das receitas e despesas não operacionais passarão a ser apresentados "outras receitas e despesas".

A Companhia está apresentando as receitas e despesas não operacionais na linha de outras receitas e despesas operacional, assim como sua divulgação em nota explicativa.

- viii) No ativo imobilizado deverão também ser registrados direitos decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle de bens.
- ix) A avaliação das aplicações em instrumentos financeiros será efetuada pelo seu valor de mercado, quando se tratar de "aplicações destinadas à negociação" ou "disponíveis para venda". As demais aplicações e os direitos e títulos de crédito serão registrados pelo custo acrescidos de juros e/ou atualização monetária, quando aplicáveis, e ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior.
- x) Os elementos do ativo e do passivo decorrentes de operações a longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ativos e passivos ajustados quando houver efeito relevante.
- xi) Determina a análise periódica sobre a recuperação ao valor provável de realização dos itens classificados no ativo imobilizado e intangível.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- xii) A CVM estabelecerá normas especiais para a avaliação e contabilização das operações de transformação, incorporação, fusão e cisão que envolvam companhia aberta.

A Companhia registrou e está apresentando os impactos da adoção inicial da Lei nº. 11.638, diretamente na conta de lucros acumulados no Patrimônio Líquido, conforme opção contida na Deliberação CVM nº. 565, de 17 de dezembro de 2008.

Com base em estudo preparado pela Companhia, a exceção dos impactos descritos nos itens "i" a "iv" e "vi" a "xi" acima, não foram identificadas outras alterações às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008, decorrentes da primeira adoção inicial da Lei nº. 11.368 e Medida Provisória nº. 449, os quais estão sumariados a seguir:

Demonstração quantificada dos efeitos das mudanças aplicadas pela Companhia

Visando ao melhor entendimento das demonstrações contábeis após os ajustes da Lei nº. 11.638, destacamos os efeitos em cada grupo de contas nas demonstrações contábeis pelo período findo em 31 de dezembro de 2008.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

I) Efeitos da aplicação das práticas contábeis introduzidas pela Lei no balanço patrimonial - Ativo.

		Saldos antes dos Ajustes	Ajustes da Lei nº. 11.638	Saldo Ajustado
ATIVO				
CIRCULANTE				
	Notas			
Disponibilidades	4	1.541.853	-	1.541.853
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	1.372.485	-	1.372.485
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	384.039	-	384.039
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	297.730	-	297.730
Serviços prestados	8	22.873	-	22.873
Devedores diversos	9	3.494	-	3.494
Almoxarifado		45.831	-	45.831
Contas a receber - Acordos	10	91.018	-	91.018
Outros créditos	11	96.095	-	96.095
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(209.576)	-	(209.576)
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	13	349.550	-	349.550
Despesas pagas antecipadamente		2.113	-	2.113
Total do circulante		3.997.505	-	3.997.505
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	7.951	-	7.951
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	80.424	-	80.424
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	872.639	947	873.586
Cauções e depósitos vinculados	21	539.549	-	539.549
Contas a receber - Acordos	10	128.192	-	128.192
Outros créditos	11	159.273	-	159.273
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(71.985)	-	(71.985)
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	13	152.370	-	152.370
		1.868.413	947	1.869.360
Investimentos	14	9.202	-	9.202
Imobilizado - líquido	15	6.342.490	80.903	6.423.393
Intangíveis	15	256.929	-	256.929
		6.608.621	80.903	6.689.524
Total do não circulante		8.477.034	81.850	8.558.884
TOTAL		12.474.539	81.850	12.556.389

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

II) Efeitos da aplicação das práticas contábeis introduzidas pela Lei no balanço patrimonial - Passivo.

		Saldos antes dos Ajustes	Ajustes da Lei n°. 11.638	Saldo Ajustado
PASSIVO				
CIRCULANTE				
	Notas			
Fornecedores	16	808.954	-	808.954
Folha de pagamento		3.382	-	3.382
Tributos e contribuições sociais	17	568.781	-	568.781
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	30.475	-	30.475
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	36.394	14.036	50.430
Encargos de dívidas	18	100.497	-	100.497
Obrigações com entidade de previdência privada	19	258.385	-	258.385
Obrigações estimadas	20	77.093	-	77.093
Provisões para litígios e contingências	21	229.778	-	229.778
Dividendos	25	622.552	(1.841)	620.711
Juros sobre capital próprio - TJLP	25	60.665	-	60.665
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	22	77.338	-	77.338
Operações de swap cambial	36	20.291	(96)	20.195
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	13	96.141	-	96.141
Pesquisa e Desenvolvimento		237.041	-	237.041
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip		25.806	-	25.806
Contas a pagar (Banco Santos)	21	244.539	-	244.539
Outras obrigações	23	126.158	-	126.158
Total do circulante		3.624.270	12.099	3.636.369
NÃO CIRCULANTE				
Tributos e contribuições sociais	17	38.420	-	38.420
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	524.834	-	524.834
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.824.199	69.751	1.893.950
Obrigações com entidade de previdência privada	19	1.865.980	-	1.865.980
Provisões para litígios e contingências	21	1.223.035	-	1.223.035
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	13	4.110	-	4.110
Reserva para Reversão		66.085	-	66.085
Outras obrigações	23	4.782	-	4.782
Total do não circulante		5.551.445	69.751	5.621.196
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	24	1.057.629	-	1.057.629
Reserva de reavaliação	24	2.142.917	-	2.142.917
Reserva legal		98.279	-	98.279
Ações em Tesouraria		(1)	-	(1)
Total do patrimônio líquido		3.298.824	-	3.298.824
TOTAL		12.474.539	81.850	12.556.389

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

III) Efeitos da aplicação das práticas contábeis introduzidas pela Lei no balanço patrimonial - Resultado.

	Notas	Saldos antes dos Ajustes	Ajustes da Lei nº. 11.638	Saldo Ajustado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia elétrica		4.983.813	-	4.983.813
Suprimento de energia elétrica		3.945	-	3.945
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		6.676.315	-	6.676.315
Outras receitas operacionais		86.462	-	86.462
Receita operacional bruta		11.750.535	-	11.750.535
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
ICMS		(2.178.530)	-	(2.178.530)
PIS		(193.479)	-	(193.479)
COFINS		(889.583)	-	(889.583)
Quota para RGR		(56.186)	-	(56.186)
Encargo de capacidade emergencial - ECE		(365)	-	(365)
Encargo de aquisição de energia emergencial - EAEE		7	-	7
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE		(78.827)	-	(78.827)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(330.753)	-	(330.753)
Conta de desenvolvimento energético - CDE - CVA		(12.344)	-	(12.344)
Conta de consumo de combustível - CCC		(312.604)	-	(312.604)
Conta de consumo de combustível - CCC - CVA		(153.093)	-	(153.093)
Encargos do consumidor - Outros encargos (Proinfra)		(14.118)	-	(14.118)
ISS		(800)	-	(800)
Receita operacional líquida	26	(4.220.675)	-	(4.220.675)
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		7.529.860	-	7.529.860
Custo com Energia Elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	27	(3.753.902)	-	(3.753.902)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	27	(957.531)	11.141	(946.390)
Custo de Operação				
Pessoal		(207.824)	-	(207.824)
Entidade de previdência privada		(26.391)	-	(26.391)
Material		(31.840)	-	(31.840)
Serviços de terceiros		(165.193)	-	(165.193)
Depreciação e amortização		(339.878)	(4.027)	(343.905)
Outras		(20.134)	-	(20.134)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	28	(5.502.693)	7.114	(5.495.579)
CUSTO OPERACIONAL BRUTO		9.091	-	9.091
DESPESAS OPERACIONAIS		(5.493.602)	7.114	(5.486.488)
Despesas com vendas	29	(161.320)	-	(161.320)
Despesas gerais e administrativas	29	(383.964)	-	(383.964)
Outras despesas operacionais	29	(233.242)	2.444	(230.798)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	30	(778.526)	2.444	(776.082)
RESULTADO DO SERVIÇO		(6.272.128)	9.558	(6.262.570)
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		1.257.732	9.558	1.267.290
Receitas financeiras	31	614.183	-	614.183
Despesas financeiras	31	(233.911)	(11.081)	(244.992)
Juros sobre capital próprio - TJLP	31	(68.813)	-	(68.813)
Variações monetárias e cambiais líquidas	31	(171.213)	222	(170.991)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		140.246	(10.859)	129.387
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		59.583	-	59.583
Outras receitas	32	115.652	-	115.652
Outras despesas	32	(56.069)	-	(56.069)
RESULTADO OPERACIONAL		1.457.561	(1.301)	1.456.260
Contribuição social	33	(123.288)	-	(123.288)
Imposto de renda	33	(317.824)	-	(317.824)
Contribuição social - diferido	33	(10.716)	116	(10.600)
Imposto de renda - diferido	33	(46.577)	325	(46.252)
LUCRO ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS		(498.405)	441	(497.964)
Reversão dos juros sobre capital próprio - TJLP		959.156	(860)	958.296
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		68.813	(860)	68.813
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - EM R\$		1.027.969	(860)	1.027.109
		-	-	6,14

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia continuará a acompanhar e avaliar eventuais impactos decorrentes de novos pronunciamentos a serem emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e referendados através de deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, para regulamentar as alterações promovidas por essa Lei nº. 11.638 e pela MP nº. 449. O impacto dos novos pronunciamentos serão incluídas em próximas demonstrações financeiras à medida em que vierem a ser elaboradas.

A seguir apresentamos um quadro sumariando os pronunciamentos emitidos pelo CPC e referendados pela CVM durante o exercício de 2008:

Deliberação CVM nº.	Data	Pronunciamento CPC nº.	Descrição
534	29/01/08	02	Trata dos efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.
539	14/03/08	00	Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.
469	02/05/08	-	Orientações sobre a aplicação da Lei nº. 11.638.
547	13/08/08	03	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC.
553	12/11/08	04	Ativos Intangíveis.
554	12/11/08	06	Operações de Arrendamento Mercantil.
555	12/11/08	07	Subvenções e Assistências Governamentais.
556	12/11/08	08	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.
557	11/12/08	09	Demonstração do Valor Adicionado.
560	11/12/08	05	Divulgações sobre Partes Relacionadas.
562	17/12/08	10	Pagamento Baseado em Ações.
563	17/12/08	11	Contrato de Seguro
564	17/12/08	12	Ajuste a Valor Presente
565	17/12/08	13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007.
566	17/12/08	14	Instrumentos financeiros

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Despacho ANEEL nº. 2.877 - Alteração de sistemática contábil

Em cumprimento às determinações do Despacho ANEEL nº. 2.877, de 1º de agosto de 2008, a Companhia alterou, a partir de setembro de 2008, a forma de contabilização da conta de Compensação de Variação dos Itens da Parcela A - CVA (passivo regulatório). De acordo com esse Despacho, os registros contábeis de passivos regulatórios devem estar associados à correspondente redução na receita de fornecimento. Anteriormente a esse Despacho, na hipótese de reconhecimento de um passivo regulatório, a sistemática vigente à época recomendava registrar o passivo regulatório como parte da despesa operacional que o originou (energia comprada, encargos de transmissão, etc.).

Com a finalidade de possibilitar a comparabilidade, as despesas correspondentes aos passivos regulatórios, registradas em 2007, estão sendo reclassificadas de acordo com essa nova sistemática contábil.

b) Práticas contábeis específicas do setor

Encargos financeiros e efeitos inflacionários: em virtude do disposto nas Instruções Gerais nº. 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros, incluindo os efeitos inflacionários e cambiais, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

Custos indiretos de obras em andamento: parte dos gastos da Administração Central é apropriada às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente, com base nos gastos com pessoal e mão-de-obra de terceiros relacionados às obras em curso.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. O saldo dessa conta é apresentado como conta redutora do ativo imobilizado na nota nº. 15, corrigido até 31 de dezembro de 1995, e a partir de julho de 2007 passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação dos ativos as quais deram origem.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: as compras (custo de energia comprada) e as vendas (receitas de suprimento) são registradas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas pelo CCEE. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pelo CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando as informações disponíveis no mercado.

Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA - Ativo e Passivo (Circulante e Não Circulante): referem-se principalmente aos custos incluídos na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - "CVA" e respectivos encargos. Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº. 296 e nº. 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, e Resoluções complementares da ANEEL - nota nº. 13.

c) Práticas contábeis gerais

Disponibilidades: incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias da data do balanço e são registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não apresenta diferença em relação ao seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na nota nº. 4.

Consumidores, concessionárias e permissionárias: incluem os valores faturados e não faturados, a receita referente à energia e uso do sistema de distribuição utilizado até a data do balanço; a recomposição tarifária extraordinária, energia livre e Desconto da TUSD, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo (CCEE) - nota nº. 5.

Contas a receber - acordos: correspondem a créditos derivados do fornecimento de energia e da prestação de serviços, renegociados parceladamente, acrescidos de encargos até a data da renegociação - nota nº. 10.

Almoxarifado: refere-se a materiais destinados à manutenção das operações, valorados ao custo médio das compras. Os materiais destinados às construções são classificados como imobilizações em curso.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: está constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão sendo demonstrados nas diversas rubricas do Ativo que as originaram - notas n.ºs 5, 6, 8, e 10.

Despesas pagas antecipadamente: referem-se a dispêndios de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, de contratação de seguros e de despesas de emissão das debêntures, os quais estão sendo apropriados ao resultado proporcionalmente ao período de vigência e de acordo com o regime de competência.

Investimentos: os imóveis destinados a uso futuro estão avaliados ao custo reavaliado e os demais investimentos estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Provisão para perdas prováveis na realização é constituída, quando aplicável - nota n.º 14.

Imobilizado: esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescidos do valor de reavaliação. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que variam entre 2,50% e 4,00% para edificações, obras civis e benfeitorias; 2,44% e 7,70% para máquinas e equipamentos relacionados com as linhas e redes de distribuição, de sub-transmissão e subestações; e 10,00% e 20,00% para os demais equipamentos - nota n.º 15.

Intangível: refere-se a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

Fornecedores: inclui, obrigações com fornecedores de energia, materiais, serviços e custo correspondente à energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - nota n.º 16.

Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária e cambial, determinada em cada modalidade, incorrida até a data do balanço, a qual é apropriada em despesas financeiras com os juros e demais encargos, exceto pela parte apropriada ao custo das obras em andamento que é registrada no ativo imobilizado em curso - nota n.º 18.

Obrigações com Entidade de Previdência Privada: os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados, na data do balanço, por atuários independentes, seguindo os critérios estabelecidos na Deliberação CVM n.º 371. - nota n.º 19.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Arrendamento mercantil financeiro: os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil que não são propriedade da Companhia, mas cujo controle, riscos e benefícios são exercidos pela Companhia são registrados como parte do ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base. Em 2007, os contratos de arrendamento eram classificados como arrendamento operacional e alocados ao resultado a medida do pagamento das contraprestações.

Instrumentos financeiros: as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo, estão avaliados pelo seu valor justo, quando classificados como “destinadas à negociação” ou “disponíveis para venda”, e pelo seu valor de custo de aquisição ou emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e títulos de crédito.

Ajuste a valor presente: os itens do ativo e passivo são ajustados a valor presente, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

Provisão para recuperação de ativos: a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

Provisões para litígios e contingências: são constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia - nota nº. 21.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente a depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados, líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota nº. 24.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contribuição social e imposto de renda: a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente gerem créditos ou débitos tributários diferidos - notas n.ºs 7, 17 e 33.

Tributação sobre receitas: as receitas estão sujeitas a tributação não cumulativa do Pis (1,65%) e da Cofins (7,6%).

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do Pis/Cofins são apresentados dedutivamente das despesas que o originaram na demonstração do resultado.

Resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia já realizado, porém ainda não faturado ao consumidor. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização - notas n.ºs 27 a 33 e 37.

Lucro por ação: é determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Disponibilidades

	2008	2007
Numerário Disponível	5.509	115.475
Numerário em Trânsito (i)	477	219
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (ii)	73.947	293.499
Aplicações Financeiras (iii) (*)	1.461.920	923.393
	1.541.853	1.332.586

(i) O saldo de numerário em trânsito corresponde a valores que transitam junto à instituições financeiras e destinam-se ao pagamento de diversas obrigações com fornecedores.

(ii) A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2008 aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas à 100% da taxa Selic e têm características de liquidez imediata.

(iii) A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2008 aplicações financeiras em CDB e Operações Compromissadas, as quais são remuneradas à 103% do CDI e têm características de liquidez imediata.

(*) Aplicações financeiras estão compostas da seguinte forma:

Tipo de Operação	2008	2007
Divesp	1.714	1.647
CDB	1.460.206	921.746
	1.461.920	923.393

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

	Saldo		Saldo vencido				Total		Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)		Saldo líquido de PCLD	
	vencidos		até 90 dias		mais de 90 dias							
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
CIRCULANTE												
Consumidores - Fornecimento:												
Residencial	205.704	191.573	185.620	137.776	44.534	15.448	435.858	344.797	(79.192)	(30.892)	356.666	313.905
Industrial	63.572	74.823	34.196	28.154	36.002	36.857	133.770	139.834	(37.476)	(51.374)	96.294	88.460
Comercial	133.953	125.042	61.742	58.743	40.229	45.341	235.924	229.126	(36.622)	(47.598)	199.302	181.528
Rural	207	161	420	101	54	63	681	325	(13)	(8)	668	317
Poder público:												
Federal	1.448	2.129	1.071	437	336	937	2.855	3.503	(383)	(480)	2.472	3.023
Estadual	6.552	8.984	4.076	2.567	432	771	11.060	12.322	(131)	(630)	10.929	11.692
Municipal	3.533	10.080	2.081	5.137	2.023	6.129	7.637	21.346	(5.159)	(7.362)	2.478	13.984
Iluminação pública	11.588	11.628	2.581	714	1.654	715	15.823	13.057	(1.556)	(1.127)	14.267	11.930
Serviço público	8.875	8.964	1.049	6.155	6.385	6.756	16.309	21.875	(5.224)	(4.745)	11.085	17.130
Total - Faturado	435.432	433.384	292.836	239.784	131.649	113.017	859.917	786.185	(165.756)	(144.216)	694.161	641.969
Não Faturado	438.879	406.928	-	-	-	-	438.879	406.928	-	-	438.879	406.928
Não Faturado - Pis/Cofins	52	-	-	-	-	-	52	-	-	-	52	-
Total	874.363	840.312	292.836	239.784	131.649	113.017	1.298.848	1.193.113	(165.756)	(144.216)	1.133.092	1.048.897
Concessionárias e permissionárias:												
Encargos do uso da rede	805	-	-	-	-	13	805	13	-	-	805	13
Energia no curto prazo - CCEE (**)	7.151	16.191	-	6.780	-	6.979	7.151	29.950	-	-	7.151	29.950
EMAE	622	1.082	-	-	2.085	-	2.707	1.082	-	-	2.707	1.082
Petrobrás	-	1.334	-	-	-	-	-	1.334	-	-	-	1.334
Transmissoras	20.744	37.201	-	-	-	-	20.744	37.201	-	-	20.744	37.201
Total	29.322	55.808	-	6.780	2.085	6.992	31.407	69.580	-	-	31.407	69.580
Consumidores - Racionamento:												
Desconto da TUSD (**)	42.230	44.619	-	-	-	-	42.230	44.619	(1.367)	-	40.863	44.619
Total	42.230	44.619	-	-	-	-	42.230	44.619	(1.367)	-	40.863	44.619
Total - CIRCULANTE	945.915	940.739	292.836	246.564	133.734	120.009	1.372.485	1.307.312	(167.123)	(144.216)	1.205.362	1.163.096
NÃO CIRCULANTE												
Concessionárias e permissionárias:												
EMAE	1.938	2.391	-	-	-	-	1.938	2.391	-	-	1.938	2.391
Petrobrás	-	2.949	-	-	-	-	-	2.949	-	-	-	2.949
Transmissoras	-	18.601	-	-	-	-	-	18.601	-	-	-	18.601
Total	1.938	23.941	-	-	-	-	1.938	23.941	-	-	1.938	23.941
Consumidores - Racionamento:												
Desconto da TUSD (**)	6.013	17.636	-	-	-	-	6.013	17.636	-	-	6.013	17.636
Total	6.013	17.636	-	-	-	-	6.013	17.636	-	-	6.013	17.636
Total - NÃO CIRCULANTE	7.951	41.577	-	-	-	-	7.951	41.577	-	-	7.951	41.577
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	953.866	982.316	292.836	246.564	133.734	120.009	1.380.436	1.348.889	(167.123)	(144.216)	1.213.313	1.204.673

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº. 12.

A Administração da Companhia continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas suas diversas esferas, objetivando a diminuição dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vencidos.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	2008	2007
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto de renda	18.786	78.705
Contribuição social	6.285	25.575
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	2.860	7.345
ICMS	38.356	22.174
Cofins	14.602	11.412
Pis	3.677	2.969
Finsocial	299.092	-
Outros	381	380
Subtotal	384.039	148.560
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº. 12	(1.951)	(3.204)
Saldo líquido de PCLD	382.088	145.356
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pis - Crédito tributário	54.724	52.441
ICMS	25.700	22.697
Subtotal	80.424	75.138
Total Geral	464.463	223.698

Os tributos e contribuições sociais compensáveis referem-se principalmente à antecipação do imposto de renda e contribuição social, em decorrência da sistemática de recolhimento prevista na legislação vigente e à retenção na fonte sobre o fornecimento de energia a órgãos públicos federais.

ICMS: refere-se à créditos oriundos de aquisição de bens do ativo imobilizado.

Pis - Crédito tributário: refere-se à valores indevidamente recolhidos no período de junho de 1990 a outubro de 1995 e que foram pleiteados judicialmente, sendo que a perspectiva de desfecho da causa é avaliada positivamente pelos consultores jurídicos. Esse montante está sendo atualizado com base na remuneração da taxa Selic e sobre o mesmo não se espera incorrer em qualquer perda, quando da realização.

Finsocial: Em 31 de agosto de 1994, a Companhia impetrou uma ação judicial contra o Governo Federal para reivindicar reembolso dos montantes pagos a título de FINSOCIAL referentes ao período de 1989 a 1992. Durante este período a Companhia efetuou contribuição ao FINSOCIAL com majorações de alíquotas previstas nas Leis nº.s 7.689/1988, 7.787/1989 e 7.984/1989 e 8.147/1990. A Companhia impetrou tal ação judicial, em virtude do Supremo Tribunal Federal ter reconhecido como inconstitucional as majorações de alíquotas (0,5% a 2%) para todas as empresas que exerciam atividade comercial ou mista (prestadora de serviços e comercial).

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em julho de 1996, a Companhia teve decisão desfavorável em primeira instância, fazendo com que os seus assessores legais, ingressassem com um Recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) da Terceira Região.

Em sessão realizada em 13 de setembro de 2006, por unanimidade de votos, o TRF da Terceira Região deu provimento ao Recurso, reformando a sentença de primeiro grau, para o fim de reconhecer o direito da Companhia à restituição dos valores recolhidos indevidamente a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Em face dessa decisão, o Governo Federal apresentou vários recursos culminando com o Recurso de Agravo de Instrumento perante o Supremo Tribunal Federal - STF, o qual em decisão proferida em 19 de dezembro de 2008 negou seu seguimento. Em 16 de fevereiro de 2009, expirou o prazo para a Secretaria da Receita Federal apresentar recursos contra a decisão proferida em 19 de dezembro de 2008. Em razão de não ter sido apresentado nenhum recurso, a decisão favorável à Companhia datada de 19 de dezembro de 2008 tornou-se definitiva, permitindo a compensação dos créditos tributários no montante de R\$ 88.907, relacionados ao valor principal do FINSOCIAL, acrescido de atualização monetária no montante de R\$ 210.185. Em consequência a Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2008, em "Outras Receitas" o valor dos créditos tributários de R\$88.907, e em "Receitas financeiras" a atualização monetária de R\$210.185.

7. Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

	2008	2007
ATIVO		
CIRCULANTE		
Créditos sobre:		
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	78.811	63.348
Prejuízos fiscais	-	407
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	218.919	216.122
Subtotal	297.730	279.877
NÃO CIRCULANTE		
Créditos sobre:		
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	177.419	210.014
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	696.167	762.953
Subtotal	873.586	972.967
Total do Ativo	1.171.316	1.252.844
	2008	2007
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Débitos sobre:		
Contribuição social sobre reavaliação	(8.067)	(3.464)
Imposto de renda sobre reavaliação	(22.408)	(5.222)
Subtotal	(30.475)	(8.686)
NÃO CIRCULANTE		
Débitos sobre:		
Contribuição social sobre reavaliação	(129.759)	(142.428)
Imposto de renda sobre reavaliação	(360.441)	(400.035)
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	(9.168)	(6.148)
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	(25.466)	(17.079)
Subtotal	(524.834)	(565.690)
Total do Passivo	(555.309)	(574.376)
Total Geral - Líquido	616.007	678.468

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contribuição Social e Imposto de Renda sobre Reavaliação: valor dos impostos provisionados às alíquotas regulares, 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social, apurados sobre o valor da reavaliação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado e amortizado em função das correspondentes realizações desses ativos por meio das respectivas depreciações e baixas.

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2008	2007	2008	2007
A) Demonstração da base de cálculo dos tributos diferidos (Ativo e Passivo):				
Provisão de reserva matemática - CVM nº. 371/00	1.690.908	1.946.056	1.690.908	1.946.056
Provisão para contingências	1.434.832	1.473.352	602.427	575.339
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	274.873	271.588	274.873	271.588
Operações de Swap	195.926	171.794	195.926	171.794
Ajuste a valor presente - outras prefeituras	-	21.944	-	21.944
Gratificações	43.260	31.111	43.260	31.111
Prejuízo fiscal - Não operacional	-	1.628	-	-
Provisão para Realização de Incentivos Fiscais - Finam/Finor	-	-	19.059	19.059
Reserva de reavaliação deduzida dos itens não depreciáveis	(1.531.395)	(1.621.027)	(1.531.395)	(1.621.027)
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	(101.866)	(68.314)	(101.866)	(68.314)
Materiais e serviços	15.662	-	15.662	-
Outros	4.885	461	4.885	461
Base de cálculo	2.027.085	2.228.593	1.213.739	1.348.011
Alíquotas nominal	25%	25%	9%	9%
Subtotal	506.771	557.146	109.236	121.322

	2008		
	Imposto de renda Renda	Contribuição Social	Total
B) Prazo de recuperação dos créditos (Ativo) tributários diferidos:			
2009	218.919	78.811	297.730
2010	84.717	32.215	116.932
2011	71.041	25.575	96.616
2012	55.919	18.469	74.388
2013	63.398	22.823	86.221
2014	268.541	23.420	291.961
2015	46.315	16.673	62.988
2016	53.821	19.375	73.196
2017	40.204	14.473	54.677
2018	12.211	4.396	16.607
	915.086	256.230	1.171.316

De acordo com a Instrução CVM nº. 371/2002, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. Serviços Prestados

	2008	2007
<u>CIRCULANTE</u>		
Serviços prestados a terceiros - Faturados	14.837	15.974
Serviços em curso	7.870	5.269
Outros - Iluminação Pública - Interior	166	6
Total	22.873	21.249
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº. 12	(10.184)	(11.109)
Saldo líquido de PCLD	12.689	10.140

Os serviços prestados estão relacionados, principalmente, à manutenção de linhas e redes de iluminação pública, de distribuição, de corrente contínua do sistema trolebus e que foram efetuados às prefeituras municipais, à “SPTrans” - São Paulo Transportes S.A. e EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos e aos demais consumidores.

9. Devedores Diversos

	2008	2007
<u>CIRCULANTE</u>		
Créditos com empregados	987	868
Outros	2.507	2.465
Total	3.494	3.333

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Contas a Receber - Acordos

	2008	2007
CIRCULANTE		
Termo de confissão de dívida:		
Governo do Estado de São Paulo	-	14.390
Prefeituras municipais diversas	23.837	48.081
Consumidores	65.403	41.326
Outros	1.778	1.369
Total	91.018	105.166
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº. 12	(16.871)	(25.343)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais Diversas - nota nº. 12	(13.447)	-
Saldo Líquido de PCLD	60.700	79.823
NÃO CIRCULANTE		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	112.905	115.158
Consumidores	14.523	7.162
Outros	764	2.227
Total	128.192	124.547
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais Diversas - nota nº. 12	(69.726)	(85.717)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordos outros - nota nº. 12	(2.259)	(1.999)
Saldo Líquido de PCLD	56.207	36.831

Consumidores: Referem-se a TCD's (Termo de Confissão de Dívida) para recebimento parcelado de créditos de consumo de energia elétrica e/ou prestação de serviços a consumidores, atualizados monetariamente até o recebimento das parcelas pelo IGP-M, sendo que os TCD's de fraude, até abril de 2004, foram registrados integralmente quando da sua assinatura e formalização.

Prefeituras municipais diversas: Referem-se a acordos para quitação de débitos de faturas de energia elétrica e de prestação de serviços a diversas prefeituras, a saber:

Prefeituras Municipais de:	Circulante	Não Circulante	PCLD	Saldo Líquido 2008	Saldo Líquido 2007
Cajamar	1.304	3.260	-	4.564	5.055
Cotia	2.281	7.898	(10.179)	-	4.374
Diadema	4.803	24.701	-	29.504	26.944
Embú-Guaçu	-	-	-	-	577
Itapeccerica da Serra	996	6.427	-	7.423	4.681
Jandira	-	-	-	-	161
Jandira V	804	1.979	(2.783)	-	-
Juquitiba	397	199	(596)	-	19
Mauá	1.987	3.363	-	5.350	5.056
Mauá I	774	-	-	774	-
Osasco	6.600	52.668	(59.268)	-	16.731
Pirapora do Bom Jesus	398	2.178	(2.576)	-	179
Ribeirão Pires	127	-	-	127	1.448
Santana do Parnaíba	1.359	3.241	-	4.600	379
Santana do Parnaíba II	380	612	-	992	-
Santo André	-	-	-	-	6.943
São Bernardo do Campo	414	-	-	414	4.809
Taboão da Serra	987	6.379	(7.366)	-	166
Biritiba Mirim	226	-	(226)	-	-
Total	23.837	112.905	(82.994)	53.748	77.522

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Outros Créditos

	2008	2007
<u>CIRCULANTE</u>		
Quota de RGR - recolhimento efetuado a maior	915	2.814
Financiamento à Cesp	892	733
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	20.652	19.094
Programa baixa renda	33.846	6.983
Dividendos a receber de Eletropaulo Telecom	-	14.000
PIS/Cofins Geradoras - AES Tietê	-	96.415
Eletrobrás - Bônus Itaipu	7.156	-
Alienação de bens e direitos	26.810	-
Outros	5.824	4.187
Total	96.095	144.226
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Financiamento à Cesp	6.910	5.914
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda.	42.998	42.998
Alienação de bens e direitos	52.682	57.680
Programa Reluz - PMSP	23.175	34.239
Bens e direitos destinados a alienação (*)	24.853	1.295
Outros	8.655	7.219
Total	159.273	149.345

(*) nota nº. 14.

PIS/Cofins Geradoras - AES Tietê: Refere-se ao reembolso dos valores que foram pagos a maior pela Companhia à AES Tietê, em função da aplicação do regime não-cumulativo (9,25%) de incidência das contribuições para o PIS e Cofins, sobre as receitas decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica com a Companhia. A AES Tietê reembolsou a Companhia o valor atualizado pelo IGP-M, em 12 parcelas mensais encerradas em junho de 2008.

Contribuição para o custeio do serviço de iluminação Pública - Cosip: São representados por valores a receber de consumidores a serem repassados às Prefeituras Municipais detentoras desses créditos, de conformidade com convênios assinados com as referidas Prefeituras.

Alienação de Bens e Direitos: Refere-se à materiais inservíveis e imóveis, principalmente terrenos alienados que encontram-se em processo de regularização registrária para conclusão da venda.

Programa Baixa Renda: A ANEEL homologou os valores relativos às diferenças mensais referentes à redução de receita no período de maio de 2002 a janeiro de 2005. Em 31 de dezembro de 2008 o saldo remanescente é de R\$ 33.846 (R\$ 6.983 em 31 de dezembro de 2007).

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda.: A Companhia mantém investimentos na Eletropaulo Telecomunicações Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada constituída em 1998, com o objetivo de prestar serviços de telecomunicação em geral e serviços técnicos, de consultoria e de manutenção.

A ANEEL através do Ofício nº. 561/2005-SFF exigiu a segregação da participação acionária detida pela Companhia na Eletropaulo Telecomunicações Ltda., baseada no artigo 8º. da Lei nº. 10.848/04, onde é vedado às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, deterem participação societária em outras sociedades, cujo objeto social seja estranho ao objeto do contrato de concessão.

Tendo em vista o acima exposto, a Companhia efetuou, em 15 de setembro de 2005, a transferência acionária, através de contrato de compra e venda de quotas (valor contábil registrado em julho de 2005 de R\$ 42.998), para a AES Transgás Empreendimentos S.A (atualmente Companhia Brasileira de Energia).

O referido contrato de compra e venda, entre outras, inclui as seguintes principais condições:

- A dívida assumida pela Companhia Brasileira de Energia junto à Companhia no valor de R\$ 42.998, não sofrerá qualquer tipo de atualização;
- Eventuais dividendos que venham a ser pagos pela Eletropaulo Telecomunicações serão integralmente repassados à Companhia;
- Eventuais resultados apurados quando da alienação desse investimento pela Companhia Brasileira de Energia, também serão integralmente repassados à Companhia.

Referida operação foi deliberada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de setembro de 2005 e anuída pela ANEEL através do Despacho nº. 1.363, de 28 de setembro de 2005.

Durante 2008, não houve qualquer efeito reconhecido no resultado da Companhia, decorrente dessa operação. Com relação aos dividendos registrados em 2007 no montante de R\$ 14.000 e recebidos integralmente em 2008, a Companhia faz jus em função da cláusula 2ª. do referido contrato que versa sobre o “usufruto das quotas”.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Programa Reluz - PMSP: Refere-se a recursos que estão sendo aplicados integralmente no projeto Reluz no município de São Paulo, e que destina-se ao custeio de execução de obras de substituição e eficientização de equipamentos de iluminação pública. A Prefeitura do Município de São Paulo assinou com a Companhia compromisso de pagamento que reflete os mesmos termos e condições do passivo adquirido junto à Eletrobrás.

Bens e Direitos Destinados à Alienação: Refere-se à Bens e Direitos antes classificados como “Investimento - Destinados à Uso Futuro” que foram destinados à alienação.

12. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, durante o período, foi como segue:

	Saldo em 2007	Provisões e Reversões	Baixa para Perdas	Saldo em 2008
Rubricas de Origem				
<u>CIRCULANTE</u>				
Consumidores - nota nº. 5	144.216	96.936	(75.396)	165.756
Serviços Prestados - nota nº. 8	11.109	(808)	(117)	10.184
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº. 10	25.343	5.864	(14.336)	16.871
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº. 10	-	13.447	-	13.447
INSS - Auxílio Doença - nota nº. 6	3.204	1.951	(3.204)	1.951
TUSD - Resolução nº. 166/2005	-	1.367	-	1.367
Outros Créditos - PIS/Cofins Geradoras - nota nº. 11	-	30	(30)	-
Total	183.872	118.787	(93.083)	209.576
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº. 10	85.717	15.761	(31.752)	69.726
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº. 10	1.999	260	-	2.259
Total	87.716	16.021	(31.752)	71.985
Total Geral	271.588	134.808	(124.835)	281.561

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os principais critérios a seguir descritos:

Consumidores/Acordos - Classes

- residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- industriais e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Serviços Prestados/Outros Créditos

d) Faturas vencidas há mais de 360 dias.

A Companhia inclui no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa as faturas vencidas em períodos inferiores aos acima estabelecidos, para os consumidores enquadrados nos critérios “a” a “d”, acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui análise individual de outras contas julgadas de difícil recebimento.

As baixas de créditos enquadrados nos parâmetros de perdas são efetuados após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos na Lei nº. 9.430/96: Faturas e créditos com valores de até R\$ 5, vencidos há mais de 180 dias; valores de R\$ 5 a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias; valores superiores a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias desde que tomadas e mantidas medidas judiciais de cobranças.

Os acordos de parcelamento - TCD - inadimplentes, são registrados pelo seu valor total, independentemente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, regra essa válida para PCLD ou para enquadramento em Perda.

Os recebimentos de créditos que foram baixados das contas a receber originais, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados à crédito de Outras Despesas Operacionais.

Os saldos desta rubrica estão sendo complementarmente apresentadas nas notas explicativas correspondentes às contas do Ativo que os originaram - notas nº.s. 5, 8, 10 e 11.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. Compensação de Variação dos Itens da Parcela A - CVA (*)

	Saldos em 2008					Recomposição Tarifária	TOTAL
	Parcela "A"	CVA					
		Período de 1.1.2001 até 25.10.2001	Período após 4.6.2006 até 4.6.2007	Período após 4.6.2007 até 4.6.2008			
ATIVO							
CIRCULANTE							
Conta de Consumo de Combustível - CCC	45.568	983	9.352	38.109	-	94.012	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	3.056	273	-	3.329	
Energia Itaipu - custo/variação cambial	96.636	115	-	-	-	96.751	
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	24.268	40.986	-	65.254	
Encargos de Conexão a Rede	7	-	-	-	-	7	
Transporte de energia - Itaipu	22	1	-	34	-	57	
Transporte de energia pela rede básica	160	65	2.184	1.118	-	3.527	
Taxa de Fiscalização	1.040	-	-	-	-	1.040	
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	5.493	18.973	-	24.466	
Compra de Energia	-	-	-	52.876	-	52.876	
Proinfa	-	-	8.231	-	-	8.231	
Subtotal	143.433	1.164	52.584	152.369	-	349.550	
NÃO CIRCULANTE							
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	38.109	-	38.109	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	273	-	273	
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	40.986	-	40.986	
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	34	-	34	
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	1.117	-	1.117	
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	18.975	-	18.975	
Compra de Energia	-	-	-	52.876	-	52.876	
Subtotal	-	-	-	152.370	-	152.370	
Total	143.433	1.164	52.584	304.739	-	501.920	
PASSIVO							
CIRCULANTE							
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(141)	-	-	-	(141)	
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	(11.617)	-	-	(11.617)	
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(42)	-	-	-	(42)	
Transporte de energia - Itaipu	-	-	(6)	-	-	(6)	
Compra de energia elétrica	-	(132)	(32.018)	-	-	(32.150)	
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	(8.604)	-	-	(8.604)	
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.511)	-	-	-	-	(1.511)	
Sobrecontratação	-	-	(12,421)	-	-	(12,421)	
Proinfa	-	(115)	-	(4,110)	-	(4,225)	
EMAE	-	-	-	-	(1,981)	(1,981)	
Petrobrás	-	-	-	-	(2,699)	(2,699)	
Transmissoras	-	-	-	-	(20,744)	(20,744)	
Subtotal	(1,511)	(430)	(64,666)	(4,110)	(25,424)	(96,141)	
NÃO CIRCULANTE							
Proinfa	-	-	-	(4,110)	-	(4,110)	
Subtotal	-	-	-	(4,110)	-	(4,110)	
Total	(1,511)	(430)	(64,666)	(8,220)	(25,424)	(100,251)	
Total Geral - Líquido	141,922	734	(12,082)	296,519	(25,424)	401,669	

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldos em 2007					TOTAL
	Parcela "A"	CVA			Recomposição Tarifária	
		Período de 1.1.2001 até 25.10.2001	Período após 4.6.2005 até 4.6.2006	Período após 4.6.2006 até 4.6.2007		
ATIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	132.067	662	-	6.076	-	138.805
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	276	8.130	2.233	-	10.639
Energia Itaipu - custo/variação cambial	280.072	-	-	-	-	280.072
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	240	2.447	-	-	2.687
Encargos de Conexão a Rede	21	-	-	-	-	21
Transporte de energia - Itaipu	65	-	-	-	-	65
Transporte de energia pela rede básica	463	-	-	3.203	-	3.666
Taxa de Fiscalização	3.013	-	-	-	-	3.013
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	2.243	-	-	2.243
Compra de Energia	-	1.302	5.029	-	-	6.331
Proinfa	-	235	6.596	1.344	-	8.175
PIS	-	-	-	-	746	746
COFINS	-	-	-	-	1.842	1.842
Subtotal	415.701	2.715	24.445	12.856	2.588	458.305
NÃO CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	38.948	-	-	6.076	-	45.024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	2.233	-	2.233
Energia Itaipu - custo/variação cambial	82.596	-	-	-	-	82.596
Encargos de Conexão a Rede	6	-	-	-	-	6
Transporte de energia - Itaipu	19	-	-	-	-	19
Transporte de energia pela rede básica	137	-	-	3.203	-	3.340
Taxa de Fiscalização	889	-	-	-	-	889
Proinfa	-	-	-	1.343	-	1.343
Subtotal	122.595	-	-	12.855	-	135.450
Total	538.296	2.715	24.445	25.711	2.588	593.755
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(56.600)	-	-	(56.600)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	(5.136)	-	(5.136)
Transporte de energia - Itaipu	-	-	(33)	(5)	-	(38)
Transporte de energia pela rede básica	-	(890)	(3.710)	-	-	(4.600)
Compra de energia elétrica	-	-	-	(38.928)	-	(38.928)
Ajuste Financeiro e Outros	-	(10.266)	-	(6.602)	-	(16.868)
Exposição Financeira CCEAR's	-	-	(14.008)	(749)	-	(14.757)
Reserva Global de Reversão - RGR	(4.379)	-	-	-	-	(4.379)
EMAE	-	-	-	-	(1.082)	(1.082)
Petrobrás	-	-	-	-	(1.334)	(1.334)
Transmissoras	-	-	-	-	(37.201)	(37.201)
Subtotal	(4.379)	(11.156)	(74.351)	(51.420)	(39.617)	(180.923)
NÃO CIRCULANTE						
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	(5.136)	-	(5.136)
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	(5)	-	(5)
Compra de energia elétrica	-	-	-	(38.928)	-	(38.928)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	(6.396)	-	(6.396)
Exposição Financeira CCEAR's	-	-	-	(749)	-	(749)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.292)	-	-	-	-	(1.292)
EMAE	-	-	-	-	(2.391)	(2.391)
Petrobrás	-	-	-	-	(2.949)	(2.949)
Transmissoras	-	-	-	-	(18.600)	(18.600)
Subtotal	(1.292)	-	-	(51.214)	(23.940)	(76.446)
Total	(5.671)	(11.156)	(74.351)	(102.634)	(63.557)	(257.369)
Total Geral - Líquido	532.625	(8.441)	(49.906)	(76.923)	(60.969)	336.386

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No Ofício Circular nº. 2.775/2008-SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2008, foi observado que, em reunião realizada entre a ANEEL e o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, foi discutida a possível reversão dos registros de ativos e passivos regulatórios em função do item 58 do Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis do CPC.

A análise quanto a inadmissibilidade do registro de ativos e passivos regulatórios surgiu em decorrência do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade uma vez que o International Accounting Standard Board - IASB havia dado essa orientação. Entretanto, em dezembro de 2008, o IASB decidiu colocar em sua agenda para o ano de 2009 a análise de atividades com tarifas reguladas, mais especificamente para rever o tratamento contábil a ser dado ao registro de ativos e passivos regulatórios.

Em razão dessa análise que será efetuada pelo IASB, foi decidido por não haver alteração nos critérios utilizados até o momento para registro de ativos e passivos regulatórios.

14. Investimentos

	2008	2007
Imóveis destinados a uso futuro (*)	2.876	41.609
Outros	6.326	6.463
Total	9.202	48.072

(*) A redução nessa rubrica é decorrente de imóveis antes classificados como “destinados a uso futuro” e que neste exercício foram efetivamente destinados à alienação - nota nº. 11.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. Imobilizado e Intangíveis

A composição do imobilizado e intangível é como segue:

Custo	2008			Depreciação Acumulada	Valor Líquido	2007	
	Histórico	Reavaliação				Valor Líquido	Valor Líquido
		1998	2007				(***)
Em Serviço	(*)			(***)			
Distribuição	7.491.487	1.398.490	1.454.045	(3.759.151)	6.584.871	6.567.676	
Terrenos	119.040	794.259	287.677	-	1.200.976	1.208.388	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	256.439	4.975	(54.684)	(113.750)	92.980	91.828	
Máquinas e Equipamentos	7.059.647	607.269	1.221.052	(3.610.014)	5.277.954	5.255.690	
Veículos	28.100	(4.302)	-	(19.513)	4.285	3.948	
Móveis e Utensílios	28.261	(3.711)	-	(15.874)	8.676	7.822	
Administração	230.307	(20.375)	42.104	(127.331)	124.705	111.889	
Terrenos	2	4.499	31.036	-	35.537	42.952	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	8.706	2.637	11.057	(7.201)	15.199	16.487	
Máquinas e Equipamentos	79.816	(4.133)	11	(55.279)	20.415	23.466	
Veículos	48.909	(1.719)	-	(17.432)	29.758	5.699	
Móveis e Utensílios	92.874	(21.659)	-	(47.419)	23.796	23.285	
Comercialização	34.415	830	7.156	(16.326)	26.075	24.590	
Terrenos	225	2.686	6.753	-	9.664	9.665	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.632	(117)	403	(693)	2.225	2.276	
Máquinas e Equipamentos	18.824	(324)	-	(10.219)	8.281	9.699	
Veículos	380	(136)	-	(244)	-	-	
Móveis e Utensílios	12.354	(1.279)	-	(5.170)	5.905	2.950	
Atividade Não Vinculada	61.591	21.554	-	(40.396)	42.749	46.304	
Terrenos	37	4.721	-	-	4.758	4.758	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	456	307	-	(466)	297	327	
Máquinas e Equipamentos	61.052	16.526	-	(39.928)	37.650	41.171	
Veículos	-	-	-	-	-	48	
Móveis e Utensílios	46	-	-	(2)	44	-	
Subtotal	7.817.800	1.400.499	1.503.305	(3.943.204)	6.778.400	6.750.459	
Em Curso							
Distribuição	187.340	-	-	-	187.340	161.611	
Administração	11.347	-	-	-	11.347	6.475	
Comercialização	678	-	-	-	678	4.355	
Atividade não Vinculada	210	-	-	-	210	50	
Subtotal	199.575	-	-	-	199.575	172.491	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	-	-	-	-	(554.582)	(513.190)	
Subtotal	8.017.375	1.400.499	1.503.305	(3.943.204)	6.423.393	6.409.760	
Intangível (**)							
Distribuição	203.232	-	-	(108.800)	94.432	33.866	
Administração	56.088	-	-	(33.579)	22.509	31.709	
Comercialização	176.812	-	-	(36.824)	139.988	150.318	
Subtotal	436.132	-	-	(179.203)	256.929	215.893	
Total do Imobilizado / Intangível	8.453.507	1.400.499	1.503.305	(4.122.407)	6.680.322	6.625.653	

(*) Valores corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

(**) Composto basicamente de "faixas de servidão" e direitos de uso de softwares

(***) Inclui depreciação acumulada do custo histórico e das reavaliações

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Registro de mais-valia (reavaliação) dos bens do ativo imobilizado

Em reunião realizada em 13 de julho de 2007, o Conselho de Administração da Eletropaulo apreciou e aprovou o Laudo de Reavaliação elaborado pela Avex, o qual apurou, para a data-base de 31 de março de 2007, um acréscimo do valor do ativo imobilizado da Companhia de R\$ 1.537.270.

O Laudo de Reavaliação foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de julho de 2007, efetivando dessa forma a reavaliação de ativos, mediante o registro contábil em 30 de junho de 2007 do acréscimo do valor do ativo imobilizado da Companhia em R\$ 1.537.270, em contrapartida ao aumento da conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido em R\$ 1.128.336 e constituição de Imposto de Renda Diferido (Passivo) de R\$ 408.934.

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº. 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações especiais vinculadas à concessão

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores relativos à participação financeira recebida dos consumidores, destinados ao atendimento de pedido de fornecimento de energia, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007	Adições/(Baixas)	Devolução	Amortização	2008
Em Serviço					
Participação financeira do consumidor	419.339	33.416	(382)	(22.538)	429.835
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.913	9.079	-	(842)	21.150
Eficiência Energética	5.021	1.344	-	(259)	6.106
Doações e Subvenções para Investimento	47.624	-	-	(2.407)	45.217
Participação União, Estados e Municípios	1.974	6.315	-	(416)	7.873
Outros	4.565	1.056	-	(274)	5.347
	491.436	51.210	(382)	(26.736)	515.528
Em Curso					
Participação financeira do consumidor	14.291	4.107	(232)	-	18.166
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.718	1.484	-	-	5.202
Eficiência Energética	1.890	4.532	-	-	6.422
Doações e Subvenções para Investimento	561	2.245	-	-	2.806
Participação União, Estados e Municípios	1.294	5.164	-	-	6.458
	21.754	17.532	(232)	-	39.054
Total	513.190	68.742	(614)	(26.736)	554.582

A taxa média de amortização das obrigações especiais foi apurada levando-se em consideração as unidades de cadastro da atividade de distribuição.

Enterramento de Redes

Em 27 de outubro de 2006, o Decreto nº. 47.817 foi publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo regulamentando a Lei nº. 14.023/2005 que determina o enterramento das redes de Concessionárias de Serviços Públicos no referido Município.

A Companhia considera que as chances de aplicação imediata da referida legislação são remotas, tendo concluído por não registrar nenhum efeito sobre esse assunto nas presentes demonstrações.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. Fornecedores

A composição das contas “Fornecedores - suprimento”, “Transmissão de energia elétrica” e “Materiais e serviços” é a seguinte:

	2008	2007
<u>CIRCULANTE</u>		
<u>Suprimento:</u>		
Itaipu - Repasse (Eletrobrás)	198.574	200.238
Contratos bilaterais - AES Tietê	188.458	162.140
Contratos bilaterais - AES Uruguaiana	2.905	4.897
Contratos bilaterais - outros	877	5.469
Energia no curto prazo - CCEE	4.768	771
Energia livre - AES Tietê	-	286
Energia livre - Outros	19.036	18.750
Uso de rede básica	87.305	75.444
Encargos do serviço do sistema - CCEE	28.718	-
Conexão à rede básica	7.855	5.794
Transmissão	8.303	8.179
Uso do sistema de distribuição	2.287	5.284
Operador Nacional do Sistema - ONS	2.578	2.140
Leilão - CCEAR	149.531	109.165
Subtotal	701.195	598.557
Materiais e Serviços	107.759	84.972
Total	808.954	683.529

17. Tributos e Contribuições Sociais

	2008	2007
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social	49.931	3.412
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviço - ICMS	277.296	216.739
Cofins	44.627	36.476
Pis	9.689	7.919
Imposto de renda - corrente	89.448	14.050
PIS - Parcelamento	76.526	69.648
Outros	21.264	19.398
Total	568.781	367.642
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
PIS - Parcelamento	37.848	104.057
Outros	572	989
Total	38.420	105.046

ICMS: Refere-se principalmente ao valor apurado sobre o faturamento das receitas de operações com energia elétrica.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PIS - parcelamento: refere-se a débito correspondente às alterações promovidas pela Lei nº. 9.715/1998, cujo montante foi homologado pelo Fisco e está sendo pago através de parcelamento.

18. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas

a) Composição:

	2008	2007
<u>ENCARGOS DE DÍVIDAS</u>		
Moeda estrangeira	3	3
Moeda nacional	100.494	90.639
Total	100.497	90.642
<u>PRINCIPAL - CIRCULANTE</u>		
Moeda estrangeira	27.477	20.826
Moeda nacional	22.953	11.889
Total	50.430	32.715
<u>PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE</u>		
Moeda estrangeira	139	20.931
Moeda nacional	1.893.811	1.832.977
Total	1.893.950	1.853.908
Total geral	2.044.877	1.977.265

b) Moeda Estrangeira:

		2008				
Vencimento	Moeda	(% a.a.) (*)	Encargos	Circulante	Não Circulante	
Banco do Brasil S.A. (Lei nº. 7976/89) - a1	2009	US\$	L+0,8125	-	27.442	-
STN - Resolução nº. 96/93	2013	US\$	6	3	35	139
Subtotal				3	27.477	139

(*) L = Libor

		2007				
Vencimento	Moeda	(% a.a.) (*)	Encargos	Circulante	Não Circulante	
Banco do Brasil S.A. (Lei nº. 7976/89) - a1	2009	US\$	L+0,8125	-	20.800	20.800
STN - Resolução nº. 96/93	2013	US\$	6	3	26	131
Subtotal				3	20.826	20.931

(*) L = Libor

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Moeda Nacional:

	2008				
	Vencimento	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
RELUZ - Eletrobrás - a2	2009	5	-	8.917	-
Debêntures - 9ª. Emissão - a3	2018	CDI+1,75	13.853	-	250.000
Debêntures - 10ª. Emissão - a6	2013	CDI+0,90	25.387	-	600.000
Debêntures - 11ª. Emissão - a7	2018	CDI+1,75	4.827	-	200.000
Euro Real Bonds - a4	2010	19,125	50.369	-	474.060
Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - a5	2015	CDI+1,20	5.783	-	300.000
Leasing (*)			-	14.036	69.751
Outros			275	-	-
Total			100.494	22.953	1.893.811

	2007				
	Vencimento	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
RELUZ - Eletrobrás - a2	2009	5	-	11.889	8.917
Debêntures - 9ª. Emissão - a3	2018	CDI+1,75	11.358	-	250.000
Debêntures - 10ª. Emissão - a6	2013	CDI+0,90	19.918	-	600.000
Debêntures - 11ª. Emissão - a7	2018	CDI+1,75	3.934	-	200.000
Euro Real Bonds - a4	2010	19,125	50.369	-	474.060
Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - a5	2015	CDI+1,20	4.785	-	300.000
Outros			275	-	-
Total			90.639	11.889	1.832.977

(*) Em função da adoção do disposto no artigo 1º. da Lei nº. 11.638/2007, que deu, entre outras, nova redação ao artigo 183 da Lei nº. 6.404/1976, a Companhia reconheceu os ativos relacionados aos contratos de arrendamento mercantil, locação e outros contratos de fornecimento classificados como leasing em contrapartida a rubrica de empréstimos e financiamentos - nota nº. 2.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de dois índices financeiros: (i) relação da dívida bruta com o Ebitda ajustado e (ii) Ebitda sobre despesa financeira caixa. Em 31 de dezembro de 2008, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

Alguns empréstimos e financiamentos têm como garantia a receita da Companhia, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. Estas dívidas são: (i) Banco do Brasil S.A. (Lei nº. 7976/89), (ii) STN - Resolução nº. 96/93 e (iii) RELUZ - Eletrobrás.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a.1) Banco do Brasil S.A. - Lei nº. 7.976, de 27 de dezembro de 1989 - refinanciamento do estoque de dívida originada de empréstimos concedidos pelo Tesouro Nacional, amparado pelos Avisos MF nº. 030 e nº. 09, de 29 de agosto de 1983 e 2 de fevereiro de 1984, respectivamente, correspondente ao saldo existente em 1º de janeiro de 1990, contratado até 31 de dezembro de 1988. Em garantia desse refinanciamento foram dadas receitas próprias da Companhia. Os juros, equivalentes a Libor + 0,8125% ao ano, são pagos mensalmente e o principal amortizado semestralmente.
- a.2) RELUZ - Eletrobrás - financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás.
- a.3) Debêntures - 9ª. Emissão - emissão de R\$ 250.000 em debêntures no mercado local com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,75% ao ano, prazo final de 11 anos e pagamentos de principal anuais de 2015 a 2018, sendo o valor das parcelas devidas em 2015, 2016 e 2018 equivalente a 30% cada uma e em 2017 equivalente a 10% do montante total emitido.
- a.4) Euro Real Bonds - emissão de R\$ 474.060 em títulos no mercado externo denominados em reais com pagamento único de principal no vencimento e taxa de juros de 19,125% ao ano, sendo os juros pagos semestralmente.
- a.5) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - Empréstimo Sindicalizado no Brasil formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Citibank S.A., no montante principal de R\$ 300.000. Empréstimo composto por duas tranches com remuneração semestral de CDI + 1,20% ao ano, com prazo final de 96 meses, sendo que serão pagas parcelas anuais sucessivas a partir do 36º mês, inclusive, e o valor de cada parcela será de R\$ 50.000 (somando as 2 tranches).
- a.5) Debêntures - 10ª. Emissão - emissão de R\$ 600.000 em debêntures no mercado local com prazo final de 6 anos, com pagamentos semestrais de juros a CDI + 0,90% ao ano e pagamento anual de principal a partir do quarto ano.
- a.6) Debêntures - 11ª. Emissão - emissão de R\$ 200.000 em debêntures no mercado local com prazo final de 11 anos, com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,75% ao ano e pagamento de principal no 9º e 11º anos.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) O principal de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição de moeda e indexadores:

b1) Moeda estrangeira

	2008			2007		
	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%
Taxa Fixa	74	173	0,63	89	157	0,38
Taxa Variável (*)	11.743	27.443	99,37	23.486	41.600	99,62
Total	11.817	27.616	100,00	23.574	41.757	100,00

(*) Indexada a Libor

b2) Moeda nacional

	2008		2007	
	R\$	%	R\$	%
CDI	1.350.000	70,43	1.350.000	73,18
Taxa fixa	566.764	29,57	494.866	26,82
Total	1.916.764	100,00	1.844.866	100,00

c) Em 31 de dezembro de 2008, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional
	US\$ mil	R\$	R\$
2010	15	35	528.057
2011	15	35	253.212
2012	15	35	253.152
2013	15	34	253.152
2014	-	-	53.172
2015	-	-	128.172
2016	-	-	178.172
2017	-	-	28.172
2018	-	-	178.172
após 2018	-	-	40.378
	60	139	1.893.811

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização de empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento:

	2008	2007	2008	2007
	R\$	R\$	%	%
US\$ (Ptax)	2,3370	1,7713	31,94	(17,15)
TR (*)	-	-	1,63	1,45
IGP-M (*)	-	-	9,81	7,75
Selic (**)	-	-	13,67	11,18
CDI (**)	-	-	13,62	11,12

(*) Ao ano

(**) Índice do último dia do ano

19. Obrigações com Entidade de Previdência Privada

A Companhia patrocina um plano de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. Referido plano é administrado pela Fundação CESP.

Através do Acordo assinado entre a Companhia, os empregados, o sindicato e a Fundação CESP, devidamente aprovado pela SPC - Secretaria da Previdência Complementar, no ano de 1997, antes da privatização, foi garantido a todos os empregados ativos, na data da privatização, o direito de receber, na data de aposentadoria, o saldo individual das reservas matemáticas relativo ao serviço passado, incluindo a parte financiada pela Companhia e a parte financiada pelos empregados, denominado Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS. A Companhia assumiu a quitação do déficit integral desse Plano por meio de contrato de ajuste de Reservas a amortizar, assinado em setembro de 1997 e aditado em dezembro de 2006.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de abril de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com a Deliberação CVM 371/00

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2008, seguindo os critérios determinados pela Deliberação CVM nº. 371/2000, o passivo atuarial da Companhia é conforme segue:

(a) Premissas atuariais:

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	2008	
	Taxa	
	Real	Nominal
<u>Premissas econômicas:</u>		
Taxa de desconto	7,75% a.a.	12,06% a.a.
Taxa de retorno esperada sobre os ativos (investimento) dos planos	7,88% a.a.	12,20% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	2,00% a.a.	6,08% a.a.
Taxa de reajuste de benefícios		4,00% a.a.
Taxa da inflação esperada		4,00% a.a.
<u>Premissas demográficas:</u>		
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-83	
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Tábua Mercer	
Taxa de rotatividade esperada	0,30 / (tempo de serviço+1)	
Método de avaliação atuarial	Método da unidade de crédito projetada	
	2007	
	Taxa	
	Real	Nominal
<u>Premissas econômicas:</u>		
Taxa de desconto	7,25% a.a.	11,54% a.a.
Taxa de retorno esperada sobre os ativos (investimento) dos planos	8,23% a.a.	12,56% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	3,00% a.a.	7,12% a.a.
Taxa de reajuste de benefícios		4,00% a.a.
Taxa da inflação esperada		4,00% a.a.
<u>Premissas demográficas:</u>		
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-83	
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Tábua Mercer	
Taxa de rotatividade esperada	0,30 / (tempo de serviço+1)	
Método de avaliação atuarial	Método da unidade de crédito projetada	

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Avaliação atuarial:

	2008	2007
Número de participantes ativos	3.682	3.909
Número de participantes inativos	12.666	12.584
Total	16.348	16.493
	2008	2007
Valor presente da obrigação atuarial	7.360.857	6.968.689
Valor justo dos ativos do plano	(5.757.904)	(5.624.097)
Obrigação descoberta	1.602.953	1.344.592
Ganho atuarial não reconhecidos	521.412	920.091
Passivo total a ser registrado	2.124.365	2.264.683
Passivo registrado a maior (ainda não registrado) (*)	-	62.572
Passivo registrado até 31 de dezembro - líquido	2.124.365	2.327.255

(*) Após revisão do estudo atuarial preparado por atuários independentes, foi decidido efetuar a reversão do passivo registrado a maior para adequar o saldo do passivo atuarial aos valores do relatório de avaliação atuarial.

(c) Conciliação contábil do passivo (circulante e não circulante):

	2008	2007
Saldo inicial	2.327.255	2.415.088
Despesa do exercício	88.145	111.936
Ajuste Relatório atuarial	(62.572)	-
Pagamentos de contribuições e confissões de dívidas (i)	(227.683)	(199.769)
Outros	(780)	-
Saldo final	2.124.365	2.327.255

(i) Segregações dos pagamentos por modalidade

			Parcelas	Vencimento
	2008	2007	Restantes	Final
Confissão de dívida IIa	(29.855)	-	160	30.4.2022
Confissão de dívida IIb	(15.492)	-	160	30.4.2022
Contrato de ajustes de reserva matemática	(178.897)	(194.482)	232	30.4.2028
Contribuição Empresa - Plano misto (BD/CD)	(3.439)	(5.287)	mensal	indeterminado
	(227.683)	(199.769)		

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) **Equacionamento financeiro com a Fundação Cesp:**

	2008	2007
Saldo das confissões de dívidas registrado	635.003	578.596
Parcela do contrato de ajuste de reserva registrada	1.489.362	1.748.659
Subtotal - saldo registrado	2.124.365	2.327.255
Saldo do contrato de ajuste de reserva - não registrado	896.639	236.819
Saldo total dos contratos formalizados	3.021.004	2.564.074
Passivo registrado em 31.12.2008, conforme avaliação atuarial (a)	(2.124.365)	(2.264.683)
Valor dos contratos (maior) menor do que o valor do passivo total da Eletropaulo (*)	(896.639)	(299.391)

(*) A parcela do contrato de ajuste de reserva não registrada, no montante de R\$ 896.639 (R\$ 299.391, em 31 de dezembro de 2007), é decorrente da diferença de premissas utilizadas pela Companhia para fins de atendimento da Deliberação CVM nº. 371/2000 e aquelas utilizadas pela Fundação Cesp (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento das Resoluções do Conselho Geral de Previdência Complementar, órgão regulador dos fundos de pensão. Por ter o referido contrato de confissão de dívida um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

As operações com a Fundação Cesp estão detalhadas conforme segue:

	2008		2007	
	Saldo do contrato	Diferença	Contabilizado	Contabilizado
<u>Empréstimos e financiamentos:</u>				
Confissão de dívida IIa (i)	418.052	-	418.052	380.918
Confissão de dívida IIb (ii)	216.951	-	216.951	197.678
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	2.386.001	(896.639)	1.489.362	1.748.659
Subtotal	3.021.004	(896.639)	2.124.365	2.327.255
Outras contribuições a pagar	-	-	-	7.819
Total	3.021.004	(896.639)	2.124.365	2.335.074
Circulante	258.385	-	258.385	251.599
Não Circulante	2.762.619	(896.639)	1.865.980	2.083.475
Total	3.021.004	(896.639)	2.124.365	2.335.074

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela segunda vez em 29 de setembro de 2006, para pagamento em 196 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2005. Esse contrato é corrigido por índice contratualmente estipulado: IGP-DI + 6% ao ano ou variação da TR + 8% a.a., dos dois o maior.
- (ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação Cesp à Companhia, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela segunda vez em 29 de setembro de 2006, para pagamento em 196 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2005. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou por IGP-DI+6% ao ano, deles o que for maior.
- (iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.
- (d) Despesas do exercício:**

A composição das despesas anuais relacionadas ao Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão - PSAP e ao Plano de Contribuição Definida, tanto a apropriada em 2008 como a ser apropriada em 2009, é como segue:

	2009
	Estimada
<u>Plano de benefício definido</u>	
Custo do serviço corrente bruto	16.577
Contribuições dos participantes	(3.918)
<u>Custo do serviço corrente líquido</u>	12.659
Juros sobre a obrigação atuarial	848.390
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(680.432)
Custo do serviço passado não reconhecido	70
Total geral	180.687

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Obrigações Estimadas

	2008	2007
<u>CIRCULANTE</u>		
Folha de pagamento - férias e gratificações	67.954	48.442
Encargos sociais sobre férias e gratificações	8.576	7.942
Programa de Desligamento Voluntário - 2007	563	17.563
Total	77.093	73.947

21. Provisões para Litígios e Contingências

	Passivo				Ativo		
	2007	Atualizações/ Ingressos	Baixas	Reversões Reclassificações	Depósito judicial		
		2008			2008	2007	
Trabalhista (a)	401.007	169.981	(152.498)	-	418.490	390.453	312.055
Cofins (b)	898.012	125.046	-	(190.654)	832.404	-	-
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (c)	67.161	14.207	(41.381)	-	39.987	30.922	34.479
Processos civis (d)	57.050	48.838	(36.673)	-	69.215	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	3.916	-	(2.336)	-	1.580	-	-
Processos fiscais (f)	42.205	22.345	(9.681)	7.549	62.418	118.071	66.355
Outros	9.958	18.968	(207)	-	28.719	104	1.600
Total	1.479.309	399.385	(242.776)	(183.105)	1.452.813	539.549	414.489
Circulante	331.874				229.778	-	-
Não Circulante	1.147.435				1.223.035	539.549	414.489
Total	1.479.309				1.452.813	539.549	414.489

- a) Trabalhista: os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares. Os valores dos depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas são decorrentes da necessidade de constituições de depósitos judiciais correspondentes aos valores de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do pleito.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- b) Cofins: a Companhia impetrou Mandado de Segurança questionando a constitucionalidade das modificações do ato da autoridade legislativa nos termos da Lei nº. 9.718/1998, referente aos artigos 3º. e 8º., mantendo provisionada a parcela da Cofins acrescida dos encargos relativos à atualização monetária dos valores devidos referentes à majoração da alíquota de 2% para 3% e ampliação da base de cálculo. Em 29 de outubro de 2007, o Tribunal Regional Federal julgou recurso da União Federal e manifestou-se pela inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo desta contribuição e pela validade do aumento de alíquota. Contra tal decisão, a Companhia apresentou recurso em 5 de novembro de 2007, o qual foi julgado, em 10 de junho de 2008, desfavoravelmente à Companhia. Em 1º. de julho de 2008, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração, o qual foi julgado em 23 de setembro de 2008. Tal recurso não alterou a decisão acima mencionada e a parte da decisão que entendeu válida a majoração da alíquota se tornou definitiva.

No entanto, tendo em vista que a Companhia continua discutindo a cobrança de tais valores com fundamento na ocorrência de decadência do direito da União Federal de lançar/constituir esta contribuição, a mesma tomou a decisão de não efetuar o pagamento dessa obrigação. Contudo após decorrido o prazo de 30 dias, Artigo 63 da Lei nº. 9.430/1996, contados à partir de 23 de setembro de 2008 para quitação dessa obrigação legal, sem a incidência de multa moratória de 20%, a Companhia registrou a multa de R\$ 71.500.

No que tange à parte da decisão relativa à ampliação da base de cálculo, a União Federal tomou conhecimento da mesma em 13 de outubro de 2008 e apresentou recurso às instâncias superiores dentro do prazo legal. Contudo, mesmo diante destes recursos, a Companhia, apoiada em opiniões legais e de especialista contábil, concluiu que a decisão é irreversível, em razão dos fortes precedentes dos Tribunais Superiores favoráveis à demandas análogas à da Companhia e na análise do conteúdo dos recursos apresentados pela União. Diante disto, em dezembro de 2008, a Companhia reverteu do passivo relativa a demanda, no montante de R\$ 190.654, mesmo antes do trânsito em julgado.

O saldo remanescente referente à majoração da alíquota, foi formado por valores dos meses de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 e que em 31 de dezembro de 2008 está assim composto.

	Período	Principal	Multa	Juros	Total
Majoração de alíquota	Fev/99 a Jan/04	357.501	71.500	384.942	813.943
Noventena	Mai/04 a Jul/04	11.461	-	7.000	18.461
Total		368.962	71.500	391.942	832.404

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A partir de fevereiro de 2004, a Companhia passou a reconhecer e a recolher os valores do Cofins, apurado na modalidade não-cumulativa, na forma da Lei nº. 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

- c) Plano Cruzado - reajuste de tarifa: refere-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgado que extinguiram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente os processos prosseguem apenas com relação à parte controvertida, resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes.
- d) Processos cíveis: existem processos cíveis de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perde é considerada provável.
- e) Processos Administrativos - prefeituras: existem processos administrativos de prefeituras municipais de natureza administrativa. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perde é considerada provável.
- f) Processos fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perde é considerada provável.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme preceitua o pronunciamento do IBRACON por meio da Norma e Procedimento de Contabilidade NPC 22, aprovado pela Deliberação CVM nº. 489, de 3 de outubro de 2005, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais classificadas como de probabilidade de perdas possíveis, e portanto, ainda não registradas contabilmente. A avaliação das probabilidades está embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2008.

Descrição da Contingência	Valor de Contingência Estimada	
	31.12.2008	
21.1 Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986		931.479
21.2 Ação Civil Pública - Represa Billings		526.958
21.3 Plano Cruzado - Reajuste de tarifa		39.987
21.4 SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica SP		13.971
21.5 Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública		Não determinado
21.6 Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais		Não determinado
21.7 Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal		Não determinado
21.8 Abertura de Agências - Ação Civil Pública		Não determinado
21.9 Contas Vencidas - Ação Civil Pública		Não determinado
21.10 Ação Indenizatória - Volkswagen		1.417
21.11 Autuação PCLD - Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa		32.058
21.12 Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC		Não determinado
21.13 COSIP - repasse		1.648
21.14 Ação Popular - Maruzan Conrado		11.939
21.15 Baixa Renda - Ação Civil Publica		Não determinado
21.16 DER - Remanejamento de postes		Não determinado
21.17 Ecovias - Remanejamento de postes		Não determinado
21.18 Ecovias - Uso do solo		Não determinado
21.19 AIT		103.334
21.20 Ação Civil Pública - City Boaçava		Não determinado
21.21 Ação Civil Pública - ETD Panorama		Não determinado
21.22 Swap Banco Santos		244.539
21.23 IRPJ e CSLL - Dedutibilidade - Previdência Privada		1.415.830
21.24 Recolhimento do FGTS		70.104
21.25 PASEP - Suspensão de Exigibilidade		36.742
21.26 FGTS - Moradia		8.407
21.27 NFLDs - Execuções Fiscais		41.175
21.28 CPMF - Operações Simbólicas		3.129
21.29 CSLL - Base Negativa		89.090
21.30 IRPJ e CSLL - Overseas		543.532
21.31 Execuções Fiscais Municipais - Diversas		14.000

21.1) Eletrobrás - Contrato de Financiamento

Em 30 de outubro de 1986 a empresa Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) para fins de investimento e modernização de linhas de transmissão.

Tendo-se em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1998 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª. Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª. Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 04 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S/A (Companhia), Bandeirante Energia S/A (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S/A (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª. Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do já mencionado Contrato, reconhecendo que a Eletropaulo Estatal estava em mora com a Eletrobrás.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ao não enviar os termos da Sentença para uma reanálise do TJRJ, na medida em que não apresentou quaisquer dos Recursos cabíveis à época em que as ações foram sentenciadas, a Eletropaulo Estatal sagrou-se perdedora em todas as questões referentes à correção monetária do referido Contrato de Financiamento.

Em Setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª. Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais das empresas Eletropaulo Metropolitana (90,11%) e CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Eletropaulo Metropolitana de valor que corresponde aos atuais R\$ 936.838, quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento, devidamente atualizado até dezembro de 2008.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª. Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a empresa não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento 1046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhe foi desfavorável a Eletrobrás, em Dezembro de 2003, apresentou Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas à cassação da decisão do TJRJ. Por sua vez, a CTEEP, em março de 2004, também buscou a reversão da decisão do TJRJ através de Recursos aos Tribunais Superiores.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sem adentrar nos mérito dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006, o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, mais importante, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª. Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram interpostos, em dezembro de 2006 recurso de “Embargos de Declaração”, em abril de 2007 “Embargos de Divergência”, e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos não foram decididos em favor da Companhia.

Em novembro de 2007 e outubro de 2008, o STJ e o STF, respectivamente, mantiveram a decisão que determinou o retorno do processo à primeira instância (5ª. Vara Cível). Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância.

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª. Vara Cível, sendo que o referido processo visa a obtenção decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa.

Os assessores legais da Companhia afirmam que as decisões citadas acima em nada mudam o mérito, mantendo a classificação de êxito como possível. Desta forma, de acordo com o que preceitua o NPC 22, aprovado pela Deliberação CVM nº. 489, de 3 de outubro de 2005, não é requerido qualquer provisão no encerramento do exercício de 2008.

A Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia a qualquer momento, sendo que quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender será necessário apresentar garantia nos termos do Código de Processo Civil (CPC).

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ainda de acordo com o disposto no CPC, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa. Porém tais fatos não alterarão a classificação de risco.

21.2) Ação Civil Pública - Represa Billings

O Ministério Público Estadual ajuizou ação de reparação de danos ambientais contra Sabesp, Cetesb, Departamento de Águas do Estado de SP e Companhia, alegando dano ambiental em face do bombeamento das águas dos rios Pinheiros e Tietê para a represa Billings. A ação foi contestada, sendo realizada perícia que concluiu pela existência de danos ambientais, todavia a mesma foi impugnada e nessa ocasião havia sido determinada nova perícia. A 2ª. perícia não foi realizada, embora o Perito Judicial tenha sido intimado diversas vezes para fazê-lo e, baseando-se na 1ª. perícia, a ação foi julgada procedente, condenando as rés a repararem os danos ambientais. A Companhia interpôs Recurso de Apelação, que aguarda distribuição e julgamento no Tribunal de Justiça. A chance de perda é possível, pois a condenação teve por base (i) perícia amplamente contestada, (ii) foi desprezada a realização da 2ª. perícia, antes considerada indispensável pelo próprio Juiz e (iii) tampouco foi analisado o dano ambiental que a falta das obras poderia ter acarretado, fator preponderante e não abordado pela 1ª. perícia. Assim sendo, as chances de anulação da sentença proferida e realização de outra perícia, incluindo as análises não realizadas são boas, justificando a manutenção do status do caso.

21.3) Plano Cruzado - Reajuste de Tarifa - Reflexo e Consumidores Residenciais e Comerciais

Refere-se a ação de um grande cliente industrial isolado, que obteve sentença condenando a Companhia a restituir o chamado “efeito cascata”, isto é, percentual específico repercutido em todas suas contas de energia relativo aos benefícios econômicos que perseguiu a propósito do indevido aumento da tarifa de energia elétrica quando da adoção do Plano Cruzado.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Como é cediço, e consagrado na própria jurisprudência que se produziu em decorrência das centenas de ações aforadas contra a Companhia por conta desse referido aumento indevido, não cabe o chamado “efeito cascata” no caso em tela, já que o aumento foi tido por indevido em período específico, sem projetar seus efeitos para o futuro, não contaminando, portanto, aumentos futuros.

Por tais razões, foi interposta pela Companhia Ação Rescisória, visando reverter os efeitos desta decisão que reconhece a legalidade dos “reflexos”. A ação rescisória já foi admitida pelo Poder Judiciário, o que significa que há boas chances de que seja revertida a decisão desfavorável à Companhia.

Além disso, há 31 (trinta e uma) ações de Plano Cruzado ajuizadas por clientes Residenciais e Comerciais, que não sofreram majoração das tarifas no período de março a novembro de 1986, visto que tal aumento só incidiu sobre as tarifas aplicadas aos clientes Industriais. Os assessores legais da Companhia entendem que as chances de perda são possíveis nestes casos.

21.4) SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo

Foi condenado o demandante SIEESP (representando a Companhia) a pagar verba honorária à União Federal e à Eletrobrás. A Companhia seria responsável por cerca de 30%, do Passivo total que corresponde a aproximadamente R\$ 13.971. Trata-se de contingência que, a princípio, cabe apenas ao Sindicato vencido suportar.

21.5) Enquadramento de Consumidores na Tarifa Baixa Renda - Ação Civil Pública

Ação Civil Pública aforada pelo Ministério Público Federal visando ampliar o conceito da legislação setorial, para enquadrar um maior número de consumidores na classe baixa renda, com pedidos de multa diária e devolução de valores supostamente cobrados a maior.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21.6) Revisão Tarifária - Contratos

O Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública requerendo a condenação definitiva da ANEEL a não fazer qualquer reposicionamento tarifário futuro, utilizando no cálculo da tarifa de energia elétrica valores contratados entre a concessionária e empresas do mesmo grupo econômico, nos contratos bilaterais, supostamente superiores aos valores praticados no mercado; obrigação de fazer de aditar os valores considerados nos reajustes e revisões tarifárias; editar instrumento normativo que permita participação de sociedade civil por ocasião de auditorias; e, em relação à Companhia: requereu seja obrigada a devolver em dobro, acrescidos de correção monetária e juros legais, os valores supostamente indevidos.

21.7) Revisão Tarifária - Benefício Fiscal

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública requerendo a condenação definitiva da ANEEL a incluir na composição tarifária da Companhia os valores de benefícios fiscais relativos aos juros sobre capital próprio; obrigação de aditar os valores considerados nos reajustes e revisões tarifárias; e, em relação à Companhia, requereu que esta seja obrigada a devolver em dobro, acrescidos de correção monetária e juros legais, os valores supostamente cobrados indevidamente.

21.8) Abertura de Agências - Ação Civil Pública

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública visando a adequação da Companhia às normas da ANEEL referentes à implantação de postos de atendimento ao consumidor, totalizando 106 agências, além de manter em funcionamento 124 postos de atendimento, assim como requer a condenação da ré ao pagamento de danos morais, requerendo a antecipação de tutela para a abertura imediata de postos de atendimento.

21.9) Contas vencidas

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela, fixando como pretensão, em linhas gerais, o reconhecimento de que seria abusiva e ilegal a cobrança da Companhia referente às faturas de contas de luz vencidas há mais de 5 (cinco) anos, assim como débitos contraídos por terceiros, afirmando que tal conduta, ainda, estaria respaldada pela omissão da ANEEL em relação à regulamentação sobre a matéria, que permite este tipo de abuso.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21.10) Ação Indenizatória - Volkswagen

Ação indenizatória movida pela Volkswagen, por meio da qual pretende indenização por supostas falhas no fornecimento de energia elétrica pela Eletropaulo, que teriam ocasionado danos e prejuízos à montadora.

21.11) Autuações PCLD

Duas ações ajuizadas contra autos de infração lavrados contra a Eletropaulo pela ANEEL, em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. Ambas as ações foram julgadas improcedentes, sendo que contra as decisões prolatadas foram interpostos os Recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento pelo Tribunal competente. De acordo com o último cálculo apresentado pela ANEEL o valor atualizado apresenta o valor de R\$ 32.058. Das análises realizadas pelos Advogados Externos da Eletropaulo, conclui-se que as chances de perda destas demandas são possíveis, isso porque ainda não existe precedente sobre a questão discutida nos dois processos.

21.12) Ação Civil Pública Plano Cruzado – ASSOBRAE e ANDEC

A ASSOBRAEE alega que a Companhia, nos meses de março a novembro de 1986, teria se beneficiado do aumento supostamente ilegal de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº. 38/86 e 45/86 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. À vista disso, requer a devolução dos valores pagos por todos os usuários de energia elétrica naquele período.

21.13) COSIP - repasse

Visa o repasse mensal dos valores arrecadados a título de COSIP, pela Companhia, sem necessidade prévia de apuração de haveres, bem como o pagamento de multa, custas processuais e honorários decorrente do atraso no repasse dos meses 12/2004, 01/2005 e 02/2005.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21.14) Ação Popular - Maruzan Conrado

O autor requer sejam desconstituídos os “Termos de Confissão de Dívida” firmados pelo co-réu Fernando Fernandes Filho com as co-rés Companhia e Sabesp, bem como sejam ressarcidos os danos supostamente causados ao erário. De acordo com o autor, o TCD firmado com a Companhia trata dos valores em aberto por conta dos acordos firmados em 28/07/2000 e 19/09/2002 e pelo consumo durante o período de 23/09/2002 até a assinatura do novo TCD, no valor histórico de R\$ 8.162. No momento o processo aguarda a manifestação do Ministério Público do Estado de São Paulo acerca das defesas apresentadas pelas co-rés.

21.15) Baixa Renda - Ação Civil Pública

Pretende enquadrar como baixa renda todos aqueles incluídos nos empreendimentos habitacionais implementados pelo Poder Público, ainda que com participação da iniciativa privada, bem como a devolução dos valores cobrados a mais destes consumidores.

21.16) DER - Remanejamento de Postes

O Departamento de Estradas e Rodagem (DER) ajuizou ação visando obrigar a Companhia a remanejar os postes para distribuição de energia instalados nas margens de determinada rodovia por ela administrada sem o pagamento dos custos em virtude da obra de sua duplicação.

21.17) Ecovias - Remanejamento de Postes

A Ecovias ajuizou ação visando obrigar a Companhia a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a Ecovias.

21.18) Ecovias - Uso do Solo

A Ecovias ajuizou ação contra a Companhia, visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21.19) AIT

A AIT pretende a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por suposto término indevido do contrato de prestação de serviços firmado entre as partes.

21.20) Ação Civil Pública - City Boaçava

Ação Civil Pública que visa impedir a construção de reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem nas imediações da linha de transmissão.

21.21) Ação Civil Pública - Sociedade Amigos Dos Jardins - ETD Panorama

Ação Civil Pública que visa impedir a construção da ETD Panorama. A alegação é de que as radiações produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem nas imediações da linha de transmissão.

21.22) Swap Banco Santos

A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2008 um contas a pagar relacionado a operações vencidas, no montante de R\$ 244,5 milhões, com o Banco Santos S.A., o qual teve sua falência decretada em 20 de setembro de 2005.

Em 11 de dezembro de 2008, a Companhia firmou um acordo com a massa falida do Banco Santos S.A., na forma de um Instrumento Particular de Transação, para encerrar as ações judiciais em curso, o qual foi homologado em 22 de janeiro de 2009 pelo Juízo da 2ª. Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo. Em decorrência de tal acordo, em 29 de janeiro de 2009 a Companhia realizou pagamento no valor de R\$ 151,2 milhões, quitando, desta forma, o saldo total relativo a tais contratos. (nota nº. 40b)

21.23) IRPJ e CSLL - dedutibilidade - previdência privada (PSAP)

Refere-se à suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, decorrente da dedução integral da base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores repassados à Fundação Cesp a título de complementação de previdência privada, sem a limitação de 20% imposta pela Lei nº. 9.532/1997. O valor total de R\$ 1.371.062 divide-se em dois períodos, o primeiro sendo de 1998 até 2002 no valor de R\$ 263.078 e sob o qual a Companhia recebeu duas autuações; e o segundo de 2003 até 2007 no valor de R\$ 1.107.984 sob o qual não há autuações até o momento. Tais valores já contemplam multa de 75% e juros Selic desde a data do suposto vencimento até o presente.

Em agosto de 2008 a Companhia obteve decisão favorável em Segunda Instância Administrativa do Conselho de Contribuinte, referente à autuação que abrange o período de 1998 a 2000, e aguarda-se a publicação desta decisão.

A segunda autuação, referente ao período de 2000 a 2002, permanece no Conselho de Contribuintes (Esfera Administrativa), aguardando julgamento dos Recursos interpostos pela Companhia.

21.24) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Trata-se de três notificações referentes ao período de janeiro de 1993 a setembro de 1998, lavradas em 5 de novembro de 1998, por suposta ausência de recolhimento do FGTS. A fiscalização identificou que a Companhia teria deixado de computar parcelas integrantes da remuneração dos empregados, sonegando recolhimentos fundiários e identificando empregados em situação irregular.

A Companhia apresentou defesa e recurso administrativo alegando, em resumo, além de nulidade, afronta ao princípio da legalidade, eis que as notificações se limitam às diferenças dos lançamentos contábeis no livro razão em relação à folha de pagamento para extrair o fato gerador da obrigação contributiva do FGTS, constituindo, ademais, verdadeira presunção. A defesa e o recurso administrativos, no entanto, foram indeferidos.

Assim, com o encerramento do processo administrativo, em 22 de março de 2007, esses débitos foram inscritos na dívida ativa no valor total de R\$ 63.600. Em 23 de março de 2007, a Companhia ajuizou ação cautelar e obteve liminar suspendendo a exigibilidade deste débito até decisão final.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21.25) PASEP - Suspensão de Exigibilidade - Débitos apurados no Processo Administrativo 10880.036851/90-51

Trata-se de Mandado de Segurança interposto com o objetivo de suspender a exigibilidade de supostos débitos de PASEP apurados no Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, bem como afastar todo e qualquer procedimento tendente à inscrição dos mesmos no CADIN e na Dívida Ativa da União Federal e, portanto, sua cobrança judicial.

A liminar foi indeferida e o crédito inscrito na Dívida Ativa da União. Diante disto, a empresa distribuiu Ação Cautelar, na qual foi deferida a medida liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito mediante apresentação de fiança bancária.

21.26) FGTS - Moradia

A Companhia propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal visando afastar a incidência de FGTS sobre as casas oferecidas aos funcionários que realizavam obras para a empresa. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

21.27) NFLDs - Execuções Fiscais

O INSS propôs três Execuções Fiscais (2007.61.82.006923-8, 2005.61.82.000188-0 e 2005.61.82.000187-8) visando a cobrança de supostos créditos tributários não recolhidos a título de contribuições previdenciárias, apurados nos autos dos processos administrativos 350034290, 354166450, 350034273, 350034281 e 354166476. Atualmente, ambas as Execuções aguardam julgamento em Primeira Instância.

21.28) CPMF - Operações Simbólicas

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Companhia visando o reconhecimento da não incidência de CPMF sobre operações simbólicas de compra e simultânea venda de moeda estrangeira. Depósito judicial integral em 18.02.05 no valor de R\$ 1.811. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Diante disso, a Fazenda Nacional apresentou recurso perante Tribunal Regional Federal, o qual, até a presente data, aguarda julgamento.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21.29) CSLL - Base Negativa

A Companhia propôs Ação Declaratória visando afastar a aplicação da Medida Provisória nº. 2.158-35/2001, que determinou que as empresas objeto de cisão não poderiam utilizar créditos de base negativa de CSLL. Ocorre que a Companhia já realizou a compensação dos créditos de base negativa de CSLL, no montante de R\$ 89.090 em 31.12.2008, certa de que a Medida Provisória acima mencionada não teria efeito sobre tais créditos em razão do princípio da irretroatividade das normas. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

21.30) IRPJ - Overseas

Em 19 de dezembro de 2007, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por, supostamente, ter deixado de oferecer à tributação de IRPJ e CSLL (i) os lucros auferidos por intermédio de sua Controlada, Metropolitana Overseas II Limited (extinta em 2007), com sede nas Ilhas Cayman, e (ii) os rendimentos obtidos por consequência de determinado contrato de mútuo celebrado entre duas empresas. A Fazenda Nacional sustenta suas alegações, em síntese, nos seguintes pontos: (i) deveria ser aplicada a taxa de câmbio vigente em 31.12.2002 sobre o total dos lucros auferidos nos anos-calendários de 2000 e 2001, nos termos do art. 74 da MP nº. 2.158/2001; (ii) que a Companhia deveria ter oferecido à tributação o resultado positivo da equivalência patrimonial dos recursos direcionados à Overseas no ano de 2002; (iii) que nos anos de 2002, 2003 e 2004, a Companhia deveria ter aplicado a taxa de juros mínima exigida pela legislação brasileira (taxa LIBOR, acrescida de 3%) ao contrato de mútuo celebrado entre duas empresas; e (iv) que as bases de cálculo de IRPJ e CSLL relativas ao ano-calendário de 2002 deveriam ter sido ajustadas ao que restou decidido nos autos do Processo Administrativo nº. 19515.000234/2005-06. Feito o pagamento do valor relativo ao item (iii) acima, a Companhia apresentou defesa administrativa que ainda pende de julgamento em Segunda Instância Administrativa.

Em decorrência os itens supracitados, a fiscalização aponta débitos de:

Débitos 31.12.2008	IRPJ	CSLL	Total
Principal	169.675	39.753	209.428
Juros de Mora	147.113	29.920	177.033
Multa - 75%	127.256	29.815	157.071
Total	444.044	99.488	543.532

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21.31) Execuções Fiscais Municipais - Diversas

Trata-se de Execuções Fiscais, com chance de perda possível, promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos, tais como IPTU, ISS, Taxas Municipais, Multas Posturais, entre outros.

22. Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher

	2008	2007
<u>CIRCULANTE</u>		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	27.687	27.443
Quota para a CCC - Sistemas Isolados	41.270	23.540
Quota para a Reserva Global de Reversão	7.811	7.990
Outras encargos	570	571
Total	77.338	59.544

23. Outras Obrigações (Passivo Circulante e Não Circulante)

	2008	2007
<u>CIRCULANTE</u>		
Empréstimo compulsório Eletrobrás	4.529	583
Brasil Ferrovias S.A.	3.257	3.258
Pagamento em Duplicidade - Baixa Tensão	3.257	4.828
Programa Baixa Renda	3.528	3.532
IPTU - Outras prefeituras	770	3.271
Consumidores - Acordo USP	279	3.347
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	44.970	7.854
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.365	1.594
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão - nota nº. 15	32.999	46.377
Adiantamentos recebidos para alienação de imóveis	-	24.657
Outras	31.204	22.769
Total	126.158	122.070
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Consumidores - Acordo USP	-	278
Obrigações Estimadas	2.313	6.372
Outras	2.469	1.542
Total	4.782	8.192

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Capital Social e Reserva de Reavaliação

a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.057.629.

Em 1º. de abril de 2008, as ações da Companhia foram grupadas em uma razão de 250 ações para 1 ação. Sendo assim, nesta data o capital social da Companhia passou a ser representado por 167.343.887 ações, sendo 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Composição acionária

		2008		2007	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas	Tipo				
AES Elpa S.A.	ON	51.825.798	30,97	12.956.450.381	30,97
União Federal	ON	13.342.384	7,97	3.335.596.142	7,97
Outros	ON	1.436.635	0,86	359.157.829	0,86
Subtotal	ON	66.604.817	39,80	16.651.204.352	39,80
Outros	PNA	2.369.349	1,42	592.337.266	1,42
Companhia Brasileira de Energia	PNB	7.434.391	4,44	1.858.602.977	4,44
Light Participações - LIGHTPAR	PNB	2.095.644	1,25	523.911.075	1,25
Outros	PNB	88.839.686	53,09	22.209.916.006	53,09
Subtotal	PNB	98.369.721	58,78	24.592.430.058	58,78
Total das ações		167.343.887	100,00	41.835.971.676	100,00

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2008 o saldo correspondente à reserva de reavaliação montava R\$ 2.142.917 (R\$ 2.220.773, em 31 de dezembro de 2007), e está sendo apresentado líquido do imposto de renda e contribuição social sobre o valor da reavaliação dos bens depreciables, vide comentários adicionais nota nº. 15. Os efeitos tributários sobre realização, por alienação ou baixa, de reserva de reavaliação de terrenos, são reconhecidos diretamente em conta de lucros acumulados, no momento da alienação ou baixa do respectivo terreno.

	Reavaliação		Total
	1998	2007	
Saldo em 31.12.2007	1.115.749	1.105.024	2.220.773
Realização da reserva de reavaliação	(33.456)	(75.362)	(108.818)
(-) IR sobre realização de reserva	6.159	16.607	22.766
(-) CS sobre realização de reserva	2.217	5.979	8.196
Saldo em 31.12.2008	<u>1.090.669</u>	<u>1.052.248</u>	<u>2.142.917</u>

Conforme facultado pelo art. 4º. da Instrução CVM nº. 469, de 2 de maio de 2008, a Administração da Companhia decidiu pela manutenção do saldo da Reserva de Reavaliação constituída em período anterior à vigência da Lei nº. 11.638/2007.

De acordo com o item I do parágrafo 4º. desse mesmo artigo, em se mantendo o saldo da Reserva de Reavaliação o valor do Ativo Imobilizado reavaliado existente no início do exercício passa a ser considerado como o novo valor de custo para fins de mensuração futura e de determinação do valor recuperável. Conforme item II desse mesmo parágrafo a obrigatoriedade de realização de reavaliações periódicas deixa de ser aplicável.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. Destinação do Resultado

A base de apuração de dividendos, pode ser apresentada como segue:

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	1.027.109	712.631
Realização da reserva de reavaliação - líquida	71.740	40.036
Ajustes relacionados a Lei nº 11.638	(981)	-
Constituição de reserva legal	(54.893)	(37.634)
Subtotal	1.042.975	715.033
Dividendos intermediários distribuídos (i)	(359.472)	(487.845)
Juros sobre Capital Próprio propostos (ii)	(68.813)	(67.790)
Dividendos complementares propostos	(614.690)	(159.398)
Saldo de Lucros Acumulados	-	-

- (i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2008, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 359.472.
- (ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de dezembro de 2008, foi aprovada a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 68.813.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei. As ações preferenciais têm direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ordinárias, na forma do Estatuto e da Lei.

	Ação	2008	2007
	Tipo	R\$ p/ Ação	R\$ p/ lote 1.000
Dividendos intermediários distribuídos	ON	2,03	11,00
	PN	2,23	12,10
Juros sobre Capital Próprio propostos - (Bruto)	ON	0,39	1,53
	PN	0,43	1,68
Dividendos complementares propostos	ON	3,46	3,59
	PN	3,81	3,95

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. Receita Operacional Líquida

Fornecimento de energia elétrica	Nº. de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Classe de consumidores						
Residencial	5.419.310	5.243.659	14.426.622	13.499.852	3.899.127	3.839.015
Industrial	31.192	31.604	6.559.163	6.475.434	1.644.670	1.577.649
Comercial	364.638	360.027	10.301.095	10.071.659	2.753.909	2.766.324
Rural	818	793	27.330	26.967	3.576	3.457
Poder público:						
Federal	1.178	1.359	160.680	207.709	44.118	58.712
Estadual	3.911	3.266	538.761	493.661	149.880	141.052
Municipal	8.355	8.383	400.785	386.284	114.992	115.881
Iluminação pública	1.479	1.443	877.823	877.959	124.474	129.213
Serviço público	1.212	1.163	567.513	537.433	120.944	118.694
Encargos de capacidade emergencial	-	-	-	-	365	(142)
Encargo de aquisição de energia emergencial	-	-	-	-	(7)	(6)
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	(4.953.437)	(4.371.529)
Subtotal - Fornecimento	5.832.093	5.651.697	33.859.772	32.576.958	3.902.611	4.378.320
Outras						
RTE - Amortização	-	-	-	-	-	(289.747)
Energia Livre - Amortização	-	-	-	-	-	(67.346)
Revisão tarifária - Ajustes - Amortização	-	-	-	-	5.373	-
Transmissoras	-	-	-	-	43.007	(55.801)
Energia Livre	-	-	-	-	-	(15.270)
PIS/Cofins - Contrato inicial/CTEEP - Amortização	-	-	-	-	-	23.151
PIS/Cofins - Diferença de Alíquota	-	-	-	-	(31.305)	(6.890)
CVA Energia/Transporte/Encargos Setoriais/Itens Financeiros	-	-	-	-	124.969	14.307
Não faturado	-	-	-	-	17.972	(62.900)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	216	218	7.382.788	7.354.927	465.534	477.442
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	4.953.437	4.371.529
Energia no curto prazo	-	-	-	-	3.945	42.150
Outras receitas	-	-	-	-	86.462	314.575
Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	-	-	(56.186)	(59.623)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	(365)	142
Encargo de aquisição de energia emergencial	-	-	-	-	7	6
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	-	-	(78.827)	(76.572)
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE - CVA	-	-	-	-	-	(3.219)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(330.753)	(317.022)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - CVA	-	-	-	-	(12.344)	(30.370)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	-	(312.604)	(399.659)
Conta de Consumo de Combustível - CCC - CVA	-	-	-	-	(153.093)	62.019
Recuperação de Energia Livre	-	-	-	-	-	5.150
Encargos do Consumidor - outros encargos (Proinfa)	-	-	-	-	(14.118)	(8.319)
Cofins - corrente	-	-	-	-	(887.741)	(856.515)
Cofins - diferido	-	-	-	-	(1.842)	(46.058)
Pis - corrente	-	-	-	-	(192.733)	(185.954)
Pis - diferido	-	-	-	-	(746)	(13.776)
Iss	-	-	-	-	(800)	(902)
Subtotal - Outras	216	218	7.382.788	7.354.927	3.627.249	2.814.528
Total	5.832.309	5.651.915	41.242.560	39.931.885	7.529.860	7.192.848

(*) Informação na auditada pelos auditores independentes.

Em consonância ao Ofício Circular nº. 2.775, de 24 de dezembro de 2008, a despesa do PROINFA - Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica, originalmente registrado no resultado sob a rubrica de Energia Comprada para Revenda - PROINFA, foi reclassificado para a rubrica de Encargos do Consumidor - Outros no grupo de Deduções à Receita da Tarifa, em montante correspondente aos valores faturados para os consumidores livres à título de PROINFA, por não representarem recursos da concessionária, sendo esta última, apenas agente repassador.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dos valores da receita com o Fornecimento de energia elétrica e Disponibilização do sistema de distribuição - TUSD, apresentados acima, estão excluídos os valores relativos ao ICMS, os quais apresentamos abaixo:

	2008	2007
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD		
Consumidores Livres	562.302	575.831
(-) ICMS	(96.768)	(98.389)
	465.534	477.442
Transferência entre atividades	6.114.013	5.718.483
(-) ICMS	(1.160.576)	(1.346.954)
	4.953.437	4.371.529
Total Líquido	5.418.971	4.848.971

27. Custo do Serviço de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$	
	2008	2007	2008	2007
a) Energia elétrica comprada para revenda:				
Moeda Nacional				
AES Tiête	-	-	-	(178.232)
Moeda Estrangeira				
ITAIPU	10.587.835	12.315.458	905.046	1.120.870
ITAIPU - CVA	-	-	203.725	49.274
Contrato bilateral - AES Tiête	11.138.112	11.107.680	1.566.738	1.470.051
Contrato bilateral - AES Uruguaiana	404.086	516.840	47.599	56.592
Contrato bilateral - Outros	223.250	210.366	31.559	30.919
Compra - CCEE	1.130.889	1.223.012	117.797	16.496
Compra - CCEAR	15.671.257	14.407.453	1.202.256	970.421
Compra - CCEAR - CVA	-	-	(27.819)	56.963
Proinfa	525.487	379.695	81.575	73.363
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	(374.574)	(352.330)
Total	39.680.916	40.160.504	3.753.902	3.314.387
			2008	2007
b) Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:				
Uso da Rede Básica			762.782	609.019
Uso da Rede Básica - CVA			2.652	(101)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS			80.799	29.898
Encargos do Serviço do Sistema - ESS - CVA				6.568
Transporte de Energia - Furnas/Itaipu			74.588	73.254
ONS - Operador Nacional do Sistema			19.974	19.384
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição			38.435	60.308
Conexão a Rede Básica - CTEEP			61.014	51.726
Conexão a Rede Básica - CTEEP - CVA			1.401	1.148
(-) Créditos PIS/Cofins			(95.255)	(68.919)
Total			946.390	782.285

(*) Informação na auditada pelos auditores independentes.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. Custo do Serviço Prestado a Terceiros

	2008	2007
Pessoal	3.804	6.238
Material	(136)	5.721
Serviço de Terceiros	(8.298)	3.222
Outros	(4.461)	346
Total	(9.091)	15.527

29. Despesas Operacionais

<u>Despesas com vendas</u>	2008	2007
Serviços de Terceiros	26.512	25.420
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD - nota nº. 12 (Recuperação)/ Perdas no Contas a Receber	34.106	(123.016)
RTE	100.702	(66.678)
Energia Livre	-	191.294
	-	200.658
Total	161.320	227.678

<u>Despesas Gerais e Administrativas</u>	2008	2007
Pessoal	247.144	254.497
Material	2.019	4.869
Serviços de Terceiros	109.609	110.804
Depreciação e Amortização	25.192	21.479
Total	383.964	391.649

<u>Outras Despesas Operacionais</u>	2008	2007
Arrendamentos e Aluguéis	559	3.588
Seguros	2.575	3.751
Tributos	18.762	5.491
Recuperação de Despesas	(11.517)	(11.130)
Doações e Contribuições	5.449	11.872
Taxa de Fiscalização - ANEEL	20.923	18.873
Provisões para Contingências	35.592	217.503
Tarifa bancária	41.857	40.290
Custas Judiciais	81.231	54.061
Outras	35.367	9.804
Total	230.798	354.103

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. Custos e Despesas Operacionais (Agrupados por Natureza de Gastos)

Descrição	2008						Total Geral
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais			
	com Energia Elétrica	de Operação	Prestado à Terceiros	com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras	
Pessoal	-	207.824	3.804	-	247.144	-	458.772
Pessoal - Entidade de Previdência Privada	-	26.391	-	-	-	-	26.391
Material	-	31.840	(136)	-	2.019	2.328	36.051
Serviço de Terceiros	-	165.193	(8.298)	26.512	109.609	-	293.016
Energia elétrica comprada para revenda	3.577.996	-	-	-	-	-	3.577.996
Energia elétrica comprada para revenda - CVA	175.906	-	-	-	-	-	175.906
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	942.337	-	-	-	-	-	942.337
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib. - CVA	4.053	-	-	-	-	-	4.053
Depreciação e amortização	-	343.905	-	-	25.192	-	369.097
Provisão para PCLD	-	-	-	34.106	-	-	34.106
Perdas no Contas a Receber	-	-	-	100.702	-	-	100.702
Provisão (Reversão) para contingências	-	-	-	-	-	35.592	35.592
Custas Judiciais	-	-	-	-	-	81.231	81.231
Outras	-	20.134	(4.461)	-	-	111.647	127.320
Total	4.700.292	795.287	(9.091)	161.320	383.964	230.798	6.262.570

Descrição	2007						Total Geral
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais			
	com Energia Elétrica	de Operação	Prestado à Terceiros	com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras	
Pessoal	-	196.339	6.238	-	254.497	-	457.074
Pessoal - Entidade de Previdência Privada	-	111.936	-	-	-	-	111.936
Material	-	19.106	5.721	-	4.869	-	29.696
Serviço de Terceiros	-	136.551	3.222	25.420	110.804	-	275.997
Energia elétrica comprada para revenda	3.208.150	-	-	-	-	-	3.208.150
Energia elétrica comprada para revenda - CVA	106.237	-	-	-	-	-	106.237
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	774.670	-	-	-	-	-	774.670
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib. - CVA	7.615	-	-	-	-	-	7.615
Depreciação e amortização	-	308.976	-	-	21.479	-	330.455
Provisão para PCLD	-	-	-	(123.016)	-	-	(123.016)
Recuperação no Contas a Receber	-	-	-	(66.678)	-	-	(66.678)
Provisão (Reversão) para contingências	-	-	-	-	-	217.503	217.503
Custas Judiciais	-	-	-	-	-	54.061	54.061
RTE	-	-	-	191.294	-	-	191.294
Energia Livre	-	-	-	200.658	-	-	200.658
Outras	-	8.707	346	-	-	82.539	91.592
Total	4.096.672	781.615	15.527	227.678	391.649	354.103	5.867.244

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. Receitas e Despesas Financeiras

	2008	2007
<u>Receitas Financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	156.868	34.119
Selic - Parcela A/CVA	54.615	71.737
Selic - RTE	-	22.686
Selic - Energia livre	-	25.776
Selic - Finsocial - nota nº. 6	210.185	-
Acréscimo moratório - consumidores	64.092	65.609
Multas	9.313	9.434
Renda dos Títulos e Valores Mobiliários Alienados - LFT	12.231	66.075
Outras	11.838	54.266
Tributos e contribuições sobre receitas financeiras (a)	95.041	-
Total	614.183	349.702
<u>Despesas Financeiras</u>		
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(126.175)	(165.509)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	(1.385)	(60.576)
Transferido para o custo das imobilizações em curso	14.313	22.488
Operações de swap	1.587	(57.751)
Juros sobre Pis/Pasep e Cofins (a)	(43.282)	(72.497)
CPMF	(588)	(54.531)
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	(2.185)	(5.885)
Outras	(87.277)	(36.949)
Total	(244.992)	(431.210)
<u>Juros sobre Capital Próprio - TJLP</u>		
Juros sobre Capital Próprio - TJLP	(68.813)	(67.790)
<u>Variações Monetárias e Cambiais Líquidas</u>		
Moeda Nacional	(169.902)	(96.951)
Moeda Estrangeira	(20.859)	146.478
Transferido para o custo das imobilizações em curso	19.770	(4.199)
Total	(170.991)	45.328
Total Líquido	129.387	(103.970)

- a) Em 23 de setembro de 2008, o Tribunal Regional Federal da Terceira Região declarou inconstitucional o alargamento da base de cálculo trazido pela Lei nº. 9.718/1998, conforme o pleito da Companhia (nota nº. 21). Em 13 de outubro de 2008, a Fazenda Nacional foi intimada, na pessoa do seu procurador, acerca da referida decisão e, em 12 de novembro de 2008, apresentou recursos contra a mesma. Todavia, os recursos apresentados não têm condições de alterar a decisão do TRF 3R, tornando-se a mesma irreversível.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com a decisão mencionada, a Companhia está desobrigada de pagar Cofins sobre outras receitas daqueles períodos. A Companhia já havia constituído provisão para esta ação judicial e em função da decisão proferida, efetuou reversão desta provisão no valor total de R\$ 190.654, sendo R\$ 95.041 na rubrica Tributos e contribuições sobre receitas financeiras e R\$ 95.613 em Juros sobre Pis/Pasep e Cofins.

32. Outras Receitas e Despesas

	2008	2007
<u>Outras Receitas</u>		
Finsocial - nota nº. 6	88.907	-
Ganhos na alienação de bens e direitos	26.737	13.240
Outras	8	8
Total	115.652	13.248
<u>Outras Despesas</u>		
Perdas na desativação de bens e direitos (*)	(53.933)	(93.371)
Perdas na alienação de bens e direitos	(1.797)	(549)
Perdas - Ativo Imobilizado em Curso - Obras em andamento	-	(7.986)
Outras	(339)	(1.821)
Total	(56.069)	(103.727)
Total Líquido	59.583	(90.479)

(*) Refere-se a desmobilização de ativos do sistema de automação de subestações no ano de 2007.

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a Provisões Temporariamente Indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e Reserva de Reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (nota nº. 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2008	2007	2008	2007
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(317.824)	(255.648)	(123.288)	(67.310)
Diferidos	(46.252)	(54.613)	(10.600)	(44.622)
Total	(364.076)	(310.261)	(133.888)	(111.932)

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2008	2007	2008	2007
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	1.456.260	1.067.034	1.456.260	1.067.034
Adições (exclusões):				
Equivalência patrimonial e perda sobre a conversão das demonstrações contábeis de controlada	-	64.121	-	64.121
Serviços Contratados - Coligadas Exterior	-	(3.939)	-	(3.939)
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	5.143	10.640	5.143	10.640
Baixa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.321	24.253	4.321	24.253
Baixa de Créditos Fiscais Indedutíveis	-	904	-	904
Doações	14.070	9.204	14.070	9.204
Tributação de lucros disponibilizados por controladas no exterior - Overseas II	-	72.732	-	72.732
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	3.533	714	3.533	714
Benefício fiscal P&D - Perquisa e Desenvolvimento - 2006	(8.196)	(8.633)	(8.196)	(8.633)
Dividendos Recebidos	-	(22.200)	-	(22.200)
Outros	14.138	23.245	14.138	23.245
Total das adições (exclusões)	33.009	171.041	33.009	171.041
Base de cálculo	1.489.269	1.238.075	1.489.269	1.238.075
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	372.317	309.519	134.034	111.427
Incentivos	(7.916)	(7.275)	-	-
Provisão IR/CS Auto de Infração Overseas	89	1.715	-	505
Provisão IRPJ/LL	(1.364)	6.317	-	-
Compensação da Base de Cálculo	(24)	(24)	-	-
Ajuste IRPJ	974	9	(146)	-
Total da despesa (receita) com tributos	364.076	310.261	133.888	111.932

34. Partes Relacionadas

a) As principais transações e saldos entre partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, estão demonstradas a seguir:

	2008			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Outros créditos	Fornecedores	Energia elétrica comprada para revenda	Serviços de terceiros
Companhia Brasileira de Energia - nota nº. 11	42.998	-	-	-
Eletropaulo Telecomunicações - nota nº. 8	-	-	-	103
AES Tietê - notas nºs. 16 e 29	-	188.458	1.566.738	-
AES Uruguaiana Empreendimentos Ltda. - nota nº. 16 e 29	43	2.905	47.599	-
AES Sul	2.759	-	-	-
AES Infoenergy	19	-	-	-
AES Big Sky (ii)	-	-	-	7.347
Total	45.819	191.363	1.614.337	7.450

	2007				
	Ativo	Passivo	Resultado		
	Outros créditos	Fornecedores	Energia elétrica comprada para revenda	Despesa financeira líquida	Serviços de terceiros
Metropolitana Overseas II Ltd. (i)	-	-	-	69.986	-
Companhia Brasileira de Energia - nota nº. 11	42.998	-	-	-	-
AES Tietê - notas nºs. 16 e 29	96.415	162.140	1.470.051	-	-
AES Uruguaiana Empreendimentos Ltda. - nota nº. 16 e 29	-	4.897	56.592	-	-
AES Sul	131	-	-	-	-
AES Big Sky (ii)	-	-	-	-	12.546
Controladora	139.544	167.037	1.526.643	69.986	12.546
Ajustes de consolidação	-	-	-	(69.986)	-
Consolidado	139.544	167.037	1.526.643	-	12.546

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- i) O saldo passivo na controladora refere-se a contrato de mútuo ajustado com base na variação do dólar norte-americano e juros de 11,5% a.a.
- ii) Refere-se a valor relativo à contratação para prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a empresa coligada AES Big Sky.
- b) A remuneração da alta administração - De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº. 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. No exercício de 2008 e de 2007, a remuneração anual foi conforme segue:

Descrição	2008	2007
Salário	4.625	4.426
Gratificações (PLR - Bônus)	965	1.425
Outros Benefícios	481	461
Total	6.071	6.312

A remuneração da alta administração da Companhia é determinada por um comitê de remuneração, sendo considerada as performances individuais e as tendências de mercado.

35. Seguros

Em 31 de dezembro de 2008, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Data de Vigência		Importância Segurada
	de	até	
Riscos Operacionais	1-abr-2008	1-abr-2009	1.402.200
Vida em grupo	1-nov-2008	1-nov-2009	25 X salário
Responsabilidade Civil	1-jun-2008	1-jun-2009	15.000
Frota Caminhões - RCF	12-ago-2008	12-ago-2009	RCF Garantia Única 1.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

36. Instrumentos Financeiros

As operações da Companhia compreendem a compra e a distribuição de energia elétrica em 24 municípios, predominantemente da Grande São Paulo, incluindo a Capital do Estado, atendendo a aproximadamente 5,8 milhões de clientes. Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos:

Risco de crédito

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

Riscos financeiros

O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco de mercado - taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2008, o saldo total de empréstimos e financiamentos montava R\$ 2.044.877 (R\$ 1.977.265, em 31 de dezembro de 2007). O montante de R\$ 27.619, equivalente a US\$ 11.818, refere-se a captações denominadas em dólar norte-americano (R\$ 41.760 em 31 de dezembro de 2007, equivalente a US\$ 23.576).

Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia à volatilidade deste fator de risco, foram efetuadas operações de swap cambial trocando a variação do dólar mais juros pré-fixados pela variação do CDI. Estas operações foram contratadas para os mesmos vencimentos das dívidas, não ocasionando descasamentos de fluxo de caixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi apurado um resultado líquido positivo de R\$ 1.587 e em 31 de dezembro de 2007, negativo de R\$ 57.751, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis na rubrica Receitas/Despesas Financeiras.

O valor principal dessas operações de swap em 31 de dezembro de 2008 é de US\$ 9.422 mil (US\$ 16.243 em 2007).

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O montante de R\$ 244.539 (R\$ 242.536 em 2007) referentes a operações vencidas com o Banco Santos S.A., o qual teve sua falência decretada em 20 de setembro de 2005, estão classificadas na rubrica Outras Obrigações e equivalem a US\$ 107.831 mil.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano), mas o resultado da Companhia está protegido através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

Em 31 de dezembro de 2008 os instrumentos financeiros passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Valor Contabil		Valor Justo	
	2008	2007	2008	2007
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos (inclui encargos)				
Moeda estrangeira	27.619	41.760	27.619	41.760
Moeda nacional	2.017.258	1.935.505	1.868.890	1.996.242
	<u>2.044.877</u>	<u>1.977.265</u>	<u>1.896.509</u>	<u>2.038.002</u>
Outras obrigações - Swap cambial	20.195	44.252	20.195	44.252
Total	<u>2.065.072</u>	<u>2.021.517</u>	<u>1.916.704</u>	<u>2.082.254</u>

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos empréstimos foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos às taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada dívida na data do balanço. Para os instrumentos de hedge, foram utilizadas as curvas de mercado nesta mesma data.

Informações qualitativas e quantitativas sobre derivativos

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

Uma vez identificados os riscos a serem mitigados, a Companhia busca os instrumentos mais adequados para contratar o hedge.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os principais fatores que deverão direcionar a decisão do instrumento a ser utilizado estão listados a seguir:

- Situação de liquidez da Companhia;
- Condição de crédito junto ao mercado financeiro;
- Cenário de mercado

Definido o objeto do hedge e o instrumento a ser utilizado, a Companhia precifica tais operações sempre seguindo as metodologias de mercado vigentes.

O valor de mercado do hedge é calculado com base nos preços médios divulgados diariamente pela BMF (Bolsa de Mercadorias e Futuros) e considera a variação cambial do período com base na PTAX- V (câmbio médio divulgado diariamente pelo BACEN após o fechamento do mercado) do dia imediatamente anterior da data inicial e do período analisado.

Em 31 de dezembro de 2008 as operações contratadas pela Companhia podem ser resumidas com segue:

Descrição	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Efeito acumulado 31.12.2008	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos de "swaps"						
Posição ativa	9.422	16.243	26.876	43.136	26.876	-
Moeda	US\$	US\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Índices	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$
Posição passiva	47.071	87.515	47.071	87.515	-	47.071
Moeda	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Índices	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI
					Posição passiva	20.195

Com a finalidade de reduzir a exposição à volatilidade da taxa de cambio incidente sobre empréstimos e financiamentos denominados em dólar, a Companhia mantém operações de swap cambial, trocando a variação do dólar mais cupom pela variação do CDI.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Segue tabela com as características dos swaps vigentes na carteira da Companhia.

Contratos de "swaps"			
Bancos	Início	Vencimento	US\$ mil
UNIBANCO	26.10.2004	30.06.2009	2.402
UNIBANCO	26.10.2004	30.06.2009	2.337
CSFB	12.11.2004	30.12.2009	2.384
UNIBANCO	12.11.2004	30.12.2009	2.299
			<u>9.422</u>

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do instrumento financeiro ao qual a Companhia estava exposta (swap cambial) em 31.12.2008 definimos 3 cenários conforme requerido pela Instrução Normativa CVM nº. 475:

- I - uma situação considerada provável pela administração e referenciada por fonte externa independente: R\$ 2,25 (FOCUS 26.12.08);
- II - uma situação, com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada: R\$ 2,8125;
- III - uma situação, com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada: R\$ 3,3750.

Os instrumentos de derivativos utilizados pela companhia não demandam chamada de margem de garantia e estão devidamente registrados na CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação).

Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Hedge	Derivativo (risco queda US\$)	996	(5.445)	(11.886)
Dívida em US\$	Dívida (risco aumento US\$)	(1.022)	5.584	12.189
Efeito Líquido		(26)	139	303

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2008, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26/12/08 foi extraído a projeção do indexador SELIC / CDI para o ano de 2009 e este definido como o cenário provável; a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31.12.08 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
Selic / CDI	6,22	9,33	12,44	15,55	18,66	
Posição em 31.12.08						
Aplicações Financeiras:	R\$ 1.461.921					
Títulos e Val. Mobiliários	R\$ 73.947					
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Aplicações Financeiras	CDI	R\$ 90.931	R\$ 136.397	R\$ 181.863	R\$ 227.329	R\$ 272.794
Títulos e Valores Mobiliários	SELIC	R\$ 4.599	R\$ 6.899	R\$ 9.199	R\$ 11.499	R\$ 13.798

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2008, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26/12/08 foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e com base na curva futura da BM&F de 31/12/08 foi extraída a projeção da LIBOR, todos para o ano de 2009 e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2009. A data base utilizada da carteira foi 31.12.08 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros	Saldo de Principal em 31.12.2008	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2009					
		Queda		Base Case	Aumento		
		de 25%	de 50%		de 25%	de 50%	
DÍVIDAS EM REAIS COM TAXA PRE-FIXADA							
Bonds	19,125%aa	474.060	NA	NA	NA	NA	NA
Eletrobrás - Reluz	5,00%aa	8.917	NA	NA	NA	NA	NA
MOEDA ESTRANGEIRA							
Lei 7976/89	L + 0,8125% a.a	27.443	1,6875 (7.804)	1,1250 (14.492)	2,2500 (1.051)	2,8125 5.770	3,3750 12.657
Resolução 96/93 (Bib's)	6,00% a.a.	173	(48,11)	(89,78)	(6,44)	35,22	76,89
LIBOR							
Lei 7976/89	L + 0,8125% a.a	27.443	1,52% 639	1,01% 500	2,02% 777	2,53% 916	3,03% 1.054
CDI							
Debêntures - 10a Emissão	CDI+0,90%aa	600.000	9,33% 61.884	6,22% 43.056	12,44% 80.712	15,55% 99.540	18,66% 118.368
Debêntures - 9a Emissão	CDI+1,75%aa	250.000	28.108	20.197	36.019	43.930	51.841
Debêntures - 11a Emissão	CDI+1,75%aa	200.000	22.487	16.158	28.815	35.144	41.473
CCB - Citibank	CDI+1,20%aa	300.000	31.926	22.484	41.368	50.810	60.252
IGPDI							
Fundacao Cesp	IGPDI+ 6,00%aa	3.021.004	4,13% 313.354	2,75% 269.323	5,50% 357.385	6,88% 401.416	8,25% 445.447

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de preço

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou através da Resolução Homologatória nº. 675 de 1º. de julho de 2008, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Eletropaulo resultantes do processo de reajuste tarifário de 2008, cujo aumento médio percebido pelos consumidores foi da ordem de 8,12%.

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X.

O resultado da segunda revisão tarifária periódica ocorrida em 2007 foi alterado através da Resolução Homologatória nº. 674 de 1º. de julho de 2008, no entanto, a exemplo do ocorrido no ano passado o mesmo permanece provisório.

Os principais itens considerados em caráter provisório nesta revisão tarifária são:

1. Perdas elétricas regulatórias;
2. Custos operacionais definidos através do modelo da Empresa de Referência;
3. Receitas Irrecuperáveis e;
4. Fator Xe.

Estes itens foram objeto de discussão através da Audiência Pública nº. 052/2007, aberta em dezembro de 2007, tendo como resultado desta Audiência Pública a Resolução Normativa nº.338, de 25 de novembro de 2008.

Em conformidade ao contrato de concessão, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica a cada 4 anos.

Nos processos de revisão tarifária, a Parcela B deixa de ser apurada pela variação do IGP-M ajustado pelo Fator X e passa a ser calculada através de metodologias definidas pela ANEEL, apresentadas na Resolução Normativa ANEEL nº. 234, de 31 de outubro de 2006 posteriormente alterada pela Resolução Normativa nº. 338, de 25 de novembro de 2008.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de mercado

O *portfolio* de contratos de energia de 2008 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais com AES Tietê e AES Uruguaiana e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e Proinfa; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's decorrentes do 1º. e 2º. Leilão Público de Energia Existente realizados em dezembro/2004 e abril/2005, respectivamente e do 1º. Leilão de Energia Nova realizado em dezembro/2005. De acordo com o Decreto MME nº. 5.163/2004, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME, de três a quinze anos para energia proveniente de empreendimentos existentes e, de quinze a trinta anos, para energia proveniente de novos empreendimentos de usinas térmicas e hidrelétricas, respectivamente.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº. 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme disposto na Portaria MME nº. 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº. 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

A alta variação cambial tem impacto direto sobre os pagamentos da energia adquirida de Itaipu, mas, como se tratam de custos não gerenciáveis pelas distribuidoras, estes efeitos deverão ser capturados no próximo reajuste tarifário.

Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

37. Reajuste Tarifário 2008

Em 1º. de Julho de 2008, em Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi autorizado um reajuste tarifário médio de 8,01% à Companhia, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de Julho de 2008.

O reajuste autorizado pela ANEEL em 1º. de julho de 2008 é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2008		
Parcela A	Encargos Setoriais	2,27%
	Energia Comprada	0,58%
	Encargos de Transmissão	0,96%
Parcela A		3,81%
Parcela B		2,65%
Reajuste Base		6,46%
CVA Total		0,08%
Outros custos financeiros de Parcela A		0,42%
Outros custos financeiros de Parcela B		1,05%
Reajuste Total		8,01%

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 5,36%. A participação positiva de 3,81% no reajuste econômico refere-se a:

- (i) Encargos Setoriais - R\$ 1.022,56 milhões. Com destaque para o aumento de 1.590,23% nos Encargos de Serviço do Sistema - ESS, que totalizaram R\$ 103,00 milhões, devido à expectativa de despachos de térmicas até novembro de 2008 com vista a aumentar a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).
- (ii) Energia Comprada - R\$ 3.849,38 milhões. A baixa representatividade no percentual total do reajuste, de 0,58%, decorre da redução no custo de energia comprada de Itaipu, uma vez que houve apreciação do Real frente ao Dólar nos últimos 12 meses. A taxa de câmbio utilizada para valorar o repasse atual foi de R\$ 1,64/US\$, enquanto na Revisão Tarifária de 2007 foi considerada a cotação de R\$ 1,94/US\$.
- (iii) Encargos de Transmissão - R\$ 954,20 milhões. Reflete a publicação pela ANEEL das novas tarifas de transmissão, por meio da Resolução Homologatória nº. 671, válidas a partir de 1º. de julho de 2008.

Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi de 9,15%. A participação de 2,65% em relação ao Índice de Reajuste Tarifário resulta da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 13,44%, dos 12 meses findos em 30 de junho de 2008, e
2. Fator X equivalente a 4,30%, composto por:
 - Xa de 2,01%, fruto da diferença positiva entre o IGP-M (13,44%) e o IPCA (5,90%) no período tarifário, e
 - Xe de 2,05%, resultado da nova metodologia de cálculo que introduziu um fator de produtividade a ser aplicado nos custos operacionais projetados.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

38. Demonstração do Resultado por Atividade - (Não Auditado)

	2008			
	Distribuição	Comercialização	Atividade Não Vinculada	Total
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia elétrica	-	4.983.813	-	4.983.813
Energia elétrica de curto prazo	-	3.945	-	3.945
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	6.676.315	-	-	6.676.315
Outras receitas operacionais	66.960	9.664	9.838	86.462
Receita operacional bruta	6.743.275	4.997.422	9.838	11.750.535
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
ICMS	(1.257.344)	(921.186)	-	(2.178.530)
PIS	(111.573)	(81.743)	(163)	(193.479)
COFINS	(512.993)	(375.842)	(748)	(889.583)
Quota para RGR	(55.818)	(368)	-	(56.186)
Encargo de Capacidade Emergencial - ECE	-	(365)	-	(365)
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial - EAEE	-	7	-	7
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	(45.495)	(33.332)	-	(78.827)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(330.753)	-	-	(330.753)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - CVA	(12.344)	-	-	(12.344)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(312.604)	-	-	(312.604)
Conta de Consumo de Combustível - CCC - CVA	(153.093)	-	-	(153.093)
Encargos do Consumidor - outros encargos (Proinfra)	(14.118)	-	-	(14.118)
ISS	(800)	-	-	(800)
	(2.806.935)	(1.412.829)	(911)	(4.220.675)
Receita operacional líquida	3.936.340	3.584.593	8.927	7.529.860
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo com Energia Elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	-	(3.753.902)	-	(3.753.902)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(946.390)	-	-	(946.390)
Custo de Operação				
Pessoal	(169.493)	(37.734)	(597)	(207.824)
Entidade de previdência privada	(25.875)	(489)	(27)	(26.391)
Material	(30.667)	(1.024)	(149)	(31.840)
Serviços de terceiros	(116.995)	(47.563)	(635)	(165.193)
Depreciação e amortização	(308.856)	(31.776)	(3.273)	(343.905)
Outras	(19.188)	(2.019)	1.073	(20.134)
	(1.617.464)	(3.874.507)	(3.608)	(5.495.579)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	13.735	(757)	(3.887)	9.091
CUSTO OPERACIONAL BRUTO	(1.603.729)	(3.875.264)	(7.495)	(5.486.488)
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	(14.040)	(147.141)	(139)	(161.320)
Despesas gerais e administrativas	(383.964)	-	-	(383.964)
Outras despesas operacionais	(226.581)	(4.217)	-	(230.798)
	(624.585)	(151.358)	(139)	(776.082)
CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.228.314)	(4.026.622)	(7.634)	(6.262.570)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.708.026	(442.029)	1.293	1.267.290
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA				
Receitas Financeiras	406.316	207.143	724	614.183
Despesas Financeiras	(236.230)	(8.762)	-	(244.992)
Juros sobre Capital Próprio - TJLP	(68.813)	-	-	(68.813)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(115.278)	(55.713)	-	(170.991)
	(14.005)	142.668	724	129.387
	1.694.021	(299.361)	2.017	1.396.677
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	59.894	-	(311)	59.583
Outras receitas	115.541	-	111	115.652
Outras despesas	(55.647)	-	(422)	(56.069)
RESULTADO OPERACIONAL	1.753.915	(299.361)	1.706	1.456.260
Contribuição Social	(153.444)	30.298	(142)	(123.288)
Provisão para Imposto de Renda	(393.915)	76.450	(359)	(317.824)
Contribuição Social - diferido	(13.902)	3.317	(15)	(10.600)
Imposto de Renda - diferido	(60.656)	14.472	(68)	(46.252)
	(621.917)	124.537	(584)	(497.964)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	1.131.998	(174.824)	1.122	958.296
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio - TJLP	68.813	-	-	68.813
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.200.811	(174.824)	1.122	1.027.109
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - EM R\$				6,14

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

39. Investimentos em Meio Ambiente - (Não Auditado)

Gastos Meio Ambiente	2008	2007
Custos Diretos - Gerência de Meio Ambiente	2.330	2.010
SGA - Sistema de Gestão Ambiental e outros	119	334
Licenciamentos e Compensações Ambientais	379	548
Recuperação da Qualidade do Solo e Águas Subterrâneas	5.350	405
Prevenção à Poluição (construção de bacias coletoras de óleo - ETD's)	844	43
Adequação a Sistemas de Incêndio (Cambuci)	960	63
Treinamentos Operacionais (Brigada - Emergência Química)	192	12
Comunicação (Semana do meio ambiente, divulgação, impressos, etc.)	67	59
Subtotal	10.241	3.474
Projetos de P&D (arborização, biomassa, campos eletromagnéticos, etc) (*)	1.295	521
Projetos de Eficiência Energética (116 projetos) (*)	53.731	41.742
Total	65.267	45.737

(*) Em conformidade com a Lei nº. 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente em 2008, R\$ 57.696 foram imputados ao resultado do exercício e R\$ 7.571 foram destinados à investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do MCSPEE.

A Companhia continuará trabalhando em busca de seu objetivo estratégico de ser reconhecida por sua excelência ambiental, ampliando seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades até 2012 e em atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para tal estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, com previsão de investimentos até 2015 para construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações. Ainda estão previstos investimentos em projetos relativos à regularização de toda a sua infra-estrutura de subtransmissão - linhas e subestações, melhoria da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos, comunicação e projetos em parceria com prefeituras.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ainda haverá o desenvolvimento de projetos de eficiência energética de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no âmbito da Convenção das Nações Unidas de Mudanças do Clima e de P&D, como continuação das pesquisas sobre campos eletromagnéticos e avaliação do potencial de reciclagem de materiais descartados da rede.

40. Evento Subseqüente

a) Homologação do acordo com o Banco Santos

A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2008 um contas a pagar relacionado a operações vencidas, no montante de R\$ 244.539, com o Banco Santos S.A., o qual teve sua falência decretada em 20 de setembro de 2005.

O passivo registrado em 31 de dezembro de 2008, derivam de, contratos de swap firmados junto ao Banco Santos S.A. e tinham a finalidade de reduzir a exposição cambial da dívida da Companhia naquela época, trocando a variação do dólar mais juros pré-fixados pela variação do CDI.

Em 11 de dezembro de 2008, a Companhia firmou um acordo com a massa falida do Banco Santos S.A., na forma de um Instrumento Particular de Transação, pondo fim às ações judiciais em curso, o qual foi homologado em 22 de janeiro de 2009 pelo Juízo da 2ª. Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo. Em decorrência de tal acordo, em 29 de janeiro de 2009 a Companhia realizou pagamento no valor de R\$ 151.200, quitando, desta forma, o saldo total relativo a tais contratos.

Em função da homologação do acordo em 22 de janeiro de 2009, não houve impacto nos resultados de 2008. A Companhia estuda o tratamento contábil adequado para está operação.

b) Finsocial

No período de 1989 a 1992, a Companhia recolheu a contribuição ao FINSOCIAL com majorações de alíquotas previstas nas Leis nº.s 7.689/1988, 7.787/1989 e 7.984/1989 e 8.147/1990. Tais majorações de alíquotas (0,5% a 2%) foram reconhecidas como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal para todas as empresas que exerciam atividade comercial ou mista (prestadora de serviços e comercial), razão pela qual a Companhia impetrou uma ação judicial contra o Governo Federal em 30 de agosto de 1994.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	9
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	12
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	13
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	14
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	15
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	16
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	18
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	45
15	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	129

